



PAULO MEDEIROS JUNIOR

**ORAÇÕES RELATIVAS LIVRES DO PB:
SINTAXE, SEMÂNTICA E DIACRONIA**

**CAMPINAS,
2014**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

Paulo Medeiros Junior

**ORAÇÕES RELATIVAS LIVRES DO PB:
SINTAXE, SEMÂNTICA E DIACRONIA**

Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas para a obtenção do título de Doutor em Linguística.

**Orientadora:
Prof^a. Dr^a Mary Aizawa Kato**

Campinas,
2014

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Haroldo Batista da Silva - CRB 5470

M467o Medeiros Junior, Paulo, 1972-
Orações relativas livres do PB : sintaxe, semântica e diacronia / Paulo
Medeiros Junior. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

Orientador: Mary Aizawa Kato.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos
da Linguagem.

1. Língua portuguesa – Brasil – Orações relativas. I. Kato, Mary Aizawa, 1934-.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III.
Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Brazilian Portuguese free relative clauses : syntax, semantics and diachronic issues

Palavras-chave em inglês:

Portuguese language - Brazil - Relative clauses

Área de concentração: Linguística

Titulação: Doutor em Linguística

Banca examinadora:

Mary Aizawa Kato [Orientador]

Carlos Miotto

Eloísa Nascimento Silva Pilati

Sonia Maria Lazzarini Cyrino

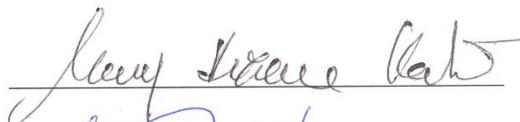
Charlotte Marie Chamberland Galves

Data de defesa: 19-11-2014

Programa de Pós-Graduação: Linguística

BANCA EXAMINADORA:

Mary Aizawa Kato



Carlos Mioto



Eloísa Nascimento Silva Pilati



Sonia Maria Lazzarini Cyrino



Charlotte Marie Chambelland Galves



Ruth Elisabeth Vasconcellos Lopes

Juanito Ornelas de Avelar

Sandra Quarezemin

IEL/UNICAMP
2014

Esta tese analisa o fenômeno das orações relativas livres em português do Brasil, debatendo, à luz da teoria de Princípios e Parâmetros, em sua versão conhecida como Programa Minimalista, (tal como proposto em Chomsky (1995) e trabalhos subsequentes), questões referentes à sintaxe, semântica e à evolução da estrutura desse tipo de sentença na história do PB. A análise dos dados mostrou que relativas livres em PB são construções do tipo DP em posição argumental e PP em posição não-argumental, derivadas via movimento de sintagma-Wh e são, nessa língua, sujeitas 100% ao chamado efeito de compatibilidade (*Matching effect*). Entende-se que a derivação de relativas livres envolva uma operação complexa de incorporação de núcleos funcionais (C^0 e D^0 diretamente implicados no processo de relativização) – tal como proposto em Medeiros Junior 2005 –, a qual se reflete na morfologia do sintagma-Wh que integra esse tipo de construção. Tal operação de confluência de núcleos funcionais está, nos termos do que aqui se propõe, diretamente relacionada à presença de um sufixo *-ever* nulo que, adentrando a numeração da sentença, não pode ficar “desgarrado” (cf. Lasnik 1995). Com base em análise translinguística quanto ao comportamento das relativas livres com *-ever* em línguas como o inglês, o basco, o persa, o norueguês e o árabe moderno, e considerando que algumas restrições sintáticas encontradas nessas línguas são também verificados no PB, o que se propõe aqui é que toda relativa livre do português seja um relativa livre do tipo *wh-ever*, com um sufixo nulo. Entende-se que esse fato esteja diretamente ligado à interpretação essencialmente maximalizante/universal para relativas livres do PB, considerando a possibilidade de se associar o composto *quer que* ao *wh* dessas estruturas. Toma-se como análise alternativa a esta a hipótese aventada em Ott (2011), constituída com base no panorama de Fases do Programa Minimalista, segundo a qual o fato de relativas livres em sua derivação apresentarem, em dado momento, a estrutura de um CP e a forma final DP se deve ao fato de que o DP *wh* adjungido a CP se projete na estrutura, resultando na constituição final dessas sentenças. A análise histórica, baseada na teoria de pistas sintáticas de David Lightfoot, revelou que, no português clássico, relativas livres apresentam-se com duas estruturas básicas, uma que chamamos relativa semilivre, com uma preposição intervindo entre o determinante “o” e o relativizador “que”, e outra em que *o que* e *quem* alternam-se livremente. Em face da redução da ocorrência da preposição interveniente, um processo de reanálise faz novas gerações de falantes convergirem massivamente para a segunda estrutura em detrimento da primeira, o que também se propõe alternativamente, pelas características da mudança, se tratar de um processo de gramaticalização nos termos de Roberts e Roussou (2003).

Palavras-chave: Relativas livres. Maximização. Incorporação. Sufixo nulo. Reanálise. Gramaticalização.

This thesis concerns the phenomenon of the Free Relatives (FR) in Brazilian Portuguese (BP), discussing – throughout the Principles and Parameters theory in its version known as the Minimalist Program (as set by Chomsky (1995) and following works) – issues on the derivation of the syntactic structure, the semantics and historical evolution of this kind of sentence in BP. Analyzed data revealed that Brazilian Portuguese FR must be understood as DP structures in argument position and PPs in A' positions, derived via Wh-movement along with the fact that in BP those sentences are a hundred percent subject to the so called matching effect, supposed to affect FRs in general. The derivation of a FR is supposed to involve a complex head incorporation process (just as proposed by Medeiros Junior 2005) throughout which the C⁰ and the D⁰ heads strictly implicated in relativization constitute one single head, as a reflex of the morphology of the wh-expression integrating these structures. This head incorporation process is said to be straightly related to the presence of a null suffix of the type *-ever*, which – entering the derivation – could not be unconnected (*stray* in Lasnik's (1995) terms). Based on a cross linguistic analysis of the behavior of FRs with *-ever* in languages as Basque, English, Norwegian, and Modern Arabic, and considering the fact that some of the syntactic restrictions observed in those languages are also found in Brazilian Portuguese, I propose here that every FR in BP is understood as a WH-ever FR with a null suffix. This is supposed to be directly connected to the necessity of interpreting the *wh*-phrase in a FR as a maximalizing element (with a preferential universal reading). An alternative analysis for the present one is found out in Ott (2011), which – based on the Phase Program in Minimalist perspectives – proposes that throughout its derivation, a FR show up in some moment a CP structure and reach the final form of a DP, and this is due to the fact that the adjoined *wh*-DP projects itself in the structure (instead of the host). The diachronic analysis, based on David Lightfoot's syntactic cues theory, showed that in Classic Portuguese FRs exhibited two basic structures: one called Semi-free Relative, containing mostly an intervening preposition between the determiner “o” and the relativizer “que”, and another one in which *o que* and *quem* alternate freely. In face of the reduction of the intervening preposition, a reanalysis process conducted new generations to converge massively to the second structure, despite the first. Considering the characteristics of the syntactic change, one could also propose a process of grammaticalization in the terms of Roberts & Roussou (2003).

Keywords: Free relatives. Maximalization. Incorporation. Null suffix. Reanalysis. Grammaticalization.

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	xv
EPÍGRAFE	xvii
AGRADECIMENTOS	xix
NOTA PRÉVIA	1
1. QUESTÕES GERAIS	9
1.1 Apresentação do Problema	9
1.2 Questões para investigação e Objetivos da Pesquisa	11
1.2.1 A Estrutura de RLs	11
1.2.2 A Morfologia do termo-wh	13
1.2.3 Semântica	14
1.2.4 <i>Matching</i>	15
1.2.5 O problema das pseudo-clivadas	16
1.2.6 Questões sobre Fatos Históricos	18
1.3. Avaliação Inicial de Relativas Livres	22
1.3.1 A Sintaxe das Relativas Livres	22
1.3.2 A semântica das Relativas Livres	24
1.3.2.1 Relativas Livres comuns ou <i>Plain Free Relatives</i>	24
1.3.2.2 Relativas Livres com <i>-ever</i> .	25
1.4. Metodologia	26
1.4.1 A Escolha dos Dados.	26
1.4.2 Base Teórica para a Análise Histórica	27
1.4.2 A Divisão do Trabalho	27
2. UMA VISÃO RETROSPECTIVA DO FENÔMENO DA RELATIVIZAÇÃO	29
2.1 Construções Relativas: Definição e Tipologia como Proposto em De Vries (2002)	29
2.1.1 Definição e Análise	30

2.1.2. Relativas Restritivas	32
2.1.2.1 Estrutura interna	32
2.1.2.2 As Propriedades da Relativa Restritiva (questões semânticas)	33
2.1.3. Correlativas	36
2.1.4. Relativas Circumnominiais	37
2.1.5. Relativas Adverbiais	38
2.1.6. Relativas Livres	39
2.1.7. Clivadas e Pseudo-clivadas	41
2.2. Relativização: Avaliando propostas de análise do fenômeno	43
2.2.1. Preâmbulo de uma Análise Arrojada: o Caminho da Construção da Hipótese de complementação a D.	43
2.2.2 O Modelo <i>Raising</i> de Kayne (1994)	46
2.3 Conclusões parciais	48
3. RELATIVAS LIVRES E EFEITOS DE COMPATIBILIDADE: UM PASSEIO PELAS ABORDAGENS DO FENÔMENO	51
3.1 O Problema das Relativas Livres na Perspectiva da Teoria da Gramática	51
3.1.1 Bresnan & Grimshaw (1978)	53
3.1.2 Gross & Riemsdijk (1981) / van Riemsdijk (2000)	55
3.1.3 Análise de Mória (1992)	57
3.1.4 A visão de Caponigro (2002)	59
3.1.5 A Análise de Medeiros Junior (2005)	62
3.1.6 A proposta de Donati (2006)	66
3.1.7 A análise de Kato e Nunes (2009)	67
3.1.8 A hipótese de Ott (2011)	68
3.2 <i>Matching</i>: a questão dos efeitos de combinação	70
3.2.1 <i>Matching</i> categorial	70
3.2.2 <i>Case matching</i>	71
3.2.3 E Quando não Combina? Relativas Livres sem <i>Matching</i> no PB?	74

3.3 Outros casos de <i>Mismatching</i>: para Além das Infinitivas e Subjuntivas (uma análise alternativa a Marchesan 2008)	76
3.3.1 A análise de Suñer	77
3.3.2 A análise de Harbert (1983)	78
3.3.3 A abordagem de Izvorski	79
3.4 Analisando os Dados do Português do Brasil	80
3.4.1 <i>Pied-piping</i> da preposição	80
3.4.2 Clivagem	81
3.4.3 O Duplo Preenchimento do COMP	82
3.4.4 Semântica	83
3.5 Delineando uma proposta para o português do Brasil	83
3.6 O caso das pseudo-clivadas	85
3.6.1 Pseudo-clivadas: Definição e Estrutura	85
3.6.2 A análise de Resenes (2009)	87
3.7 Conclusões Parciais	89
4. ALGUMAS QUESTÕES NA SINTAXE NA SEMÂNTICA DE RELATIVAS LIVRES: ANÁLISE E PROPOSTA DE TRABALHO	91
4.1. RLs: CPs comum ou DPs?	91
4.2. A Estrutura de Relativas Livres	97
4.3. A derivação de Relativas Livres do PB e o Movimento-wh	98
4.3.1 O Problema.	98
4.3.2 “Movendo-se?”: Estratégias de Derivação de Relativas Livres no PB.	99
4.3.3 Da Impossibilidade do pied-piping da Preposição em Relativas Livres em Oposição ao Movimento em Interrogativas Indiretas.	101
4.4. Proposta desta Tese para a Estrutura de Relativas Livres	102
4.4.1 Questões Formais no Programa Minimalista.	102
4.4.2 Delineando a proposta: Relativas Livres do Tipo <i>wh-ever</i> .	104

4.5. Toda Relativa Livres do Português é uma RL do tipo <i>wh-ever</i>	108
4.5.1 Relativas Livres em Posição Argumental	108
4.5.2 Relativas Livres em Posição de Adjunto	111
4.6 Evidências Translinguísticas	112
4.7. Retomando Ott (2011): Uma Análise Alternativa	115
4.8. Conclusões Parciais	117
5. RELATIVAS LIVRES NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA: VARIAÇÃO E MUDANÇA NO PB	119
5.1 Retomando questões teóricas relevantes	120
5.1.1 Inatismo, Aquisição e Mudança	120
5.1.2 Pistas Sintáticas: Uma Proposta de Análise	121
5.2. Discussão teórica e hipótese principal para a mudança diacrônica no português.	123
5.3 Relativas Livres no Português Clássico: sobre a natureza de [o que]	125
5.4. A Questão dos Traços Formais e a Natureza de [o que]	129
5.5 De [DP o [CP que]] para [DP o que]: o Curso da Mudança	130
5.5.1 A Língua-E e o ambiente de variação	131
5.5.2 O Percurso da Mudança	131
5.6 Gramaticalização: uma Análise Alternativa	136
5.7 Questão Translinguística na Comparação com o Espanhol: avaliando Rivero (1984)	138
5.8. Conclusões Parciais	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
REFERÊNCIAS	149

À Zenóbia, ao Paulo e à Bárbara – minha história primeira – e à Marly e ao João – minha história derradeira.

“Qualquer pessoa que tenha compromisso com o trabalho científico sabe que aqueles que se recusam a ir além dos fatos raramente chegam aos fatos em si.”

Thomas Huxley

AGRADECIMENTOS

Sempre que nos voltamos para nós mesmos e percebemos que não andamos sozinhos certa caminhada, que houve outros que nos ajudaram na travessia sem nos deixar perder as forças, animando-nos sempre a seguir em frente, entendemos que é hora de agradecer.

Quero, antes de tudo, agradecer a Deus, que tem sido meu companheiro sempre, e que foi minha fonte de inspiração para a superação das barreiras que a vida me impôs, assim como foi a força para a realização deste trabalho.

É preciso agradecer à INESTIMÁVEL Mary Aizawa Kato, pela inspiração em todo o tempo e pelo modelo de pessoa íntegra, e, acima de tudo, pelo modelo de linguista comprometida com o avanço dos estudos sobre a faculdade de linguagem e sobre as propriedades universais e os parâmetros específicos que regulam as línguas humanas. Só quem teve o privilégio de ser orientado por Mary Kato sabe o que realmente significa desenvolver um trabalho sob a supervisão de alguém tão incrível e que detém uma intuição INIGUALÁVEL sobre as verdades que se escondem nos dados da língua. Orgulho-me profundamente de ter sido conduzido nessa jornada pelo olhar de Mary Kato, mas – acima de tudo – sou grato por ter recebido a oportunidade de conhecer o grande ser humano por trás da linguista. À Mary meus agradecimentos e reconhecimento eternos.

Agradeço, também, à professora Heloisa Maria Moreira de Almeida Lima Sales, por ter iniciado a minha formação em sintaxe, quando eu ainda era um aluno de mestrado, engatinhando na teoria da gramática. Devo muito do que sou hoje ao apoio e suporte dessa linguista sem paralelos.

Agradeço aos meus queridos professores do IEL, que deixaram suas marcas eternamente em mim:

Ruth Lopes, que é e será uma inspiração; seu conhecimento e simplicidade me fazem desejar ser um pouco como a professora que ela é;

Juanito Avelar, por ter me ensinado que é preciso fazer ciência linguística com seriedade;

Sonia Cyrino, por ser uma inspiração de pesquisadora dedicada e séria, comprometida com a pesquisa linguística de maneira como eu poucas vezes vi;

Charlotte Galves, pelo encanto com que exerce suas ações docentes e pela seriedade do trabalho de pesquisa que realiza, além de ser um ser humano inigualável;

Jairo Nunes, por me ensinar que, às vezes, é preciso desistir de uma ideia em função de um punhado de outras boas ideias.

Agradeço aos meus colegas de Pós-Graduação, com os quais dividi alguns dos melhores momentos de minha vida, quando nos reuníamos semanalmente nos encontros do nosso INESQUECÍVEL GEMI:

Sabrina Casagrande, por seu sorriso sempre franco e por suas palavras sempre oportunas;

Pablo Faria, por sua inteligência e simplicidade e pela maneira vibrante com que encara a pesquisa linguística;

Carlos Felipe Pinto, por ser quem é, sem ter medo da vida, com quem aprendi que é sempre possível dizer aquilo que se pensa, mesmo em face das consequências;

Vivian Meira, pela meiguice e pelo carinho sempre presente, pela simplicidade e acima de tudo pelo companheirismo incondicional;

Elizangela Gonçalves, pela honestidade e por sua força e por me fazer ver a determinação que é necessária para implementar uma pesquisa em sintaxe;

Aline Gravina, pela verdade em suas palavras e pela coragem de assumir sem medo o delicioso sotaque mineiro;

Lilian Teixeira, por sua vontade de lutar;

Marcos Eroni Pires, por ter uma percepção aguçada dos fatos da vida e por sua perseverança em alcançar seus objetivos;

André Antonelli, por sua inteligência e generosidade em partilhar o que sabe com os que sabem menos, como eu;

Aroldo Andrade, por seus conselhos e pelas conversas sobre a teoria;

Leonor Simioni, por ser incrivelmente amável e infalivelmente gentil, além de possuir uma inteligência invejável (apesar de não ter estado no GEMI);

Mariana Resenes, que me ensinou um pouco da doçura da vida e da ansiedade da ciência. A todos vocês, os meus mais sinceros agradecimentos.

Agradeço de maneira incondicional ao meu amigo de todas as horas, Marcus Lunguinho, porque é e sempre será uma inspiração pra mim: generoso, amigo fiel, gentil, amável e possuidor de uma das memórias mais prodigiosas com que um ser humano já foi dotado. Muito obrigado, prezado amigo Marcus, por ter cruzado meu caminho e me feito ter vontade de ser um linguista com predicados como os seus.

Agradeço ao Claudio Platero, na secretaria da Pós-Graduação, por sua paciência eterna e sua incansável generosidade e disposição em sempre ajudar; e, extensivamente, agradeço a todos os integrantes da secretaria da Pós, pelo apoio sempre dispensado a mim e a outros.

Sou grato aos professores Carlos Miotto, Sônia Cyrino, Charlotte Galves, Eloísa Pilatti, Juanito Avelar, Ruth Lopes e Sandra Quarezemin, por participarem comigo deste momento especial e por contribuírem para a forma final deste trabalho.

Agradeço aos meus pais, Paulo e Zenóbia, pelo apoio incondicional, sem o qual nada disso seria possível; à minha irmã, Barbara Reis, por torcer sempre por mim, mesmo distante; e à Marly e ao João, minha esposa e filho, que souberam compreender a minha ausência, tão necessária em alguns momentos, mas para eles – estou certo – absolutamente dolorosa. Muito obrigado a vocês, por serem o que são e por representarem pra mim o meu local seguro.

Agradeço finalmente à vida (só quem já esteve no limite sabe o valor que ela tem) por ter me agraciado com a presença de todas essas pessoas maravilhosas que, tomadas em seus predicados, definitivamente não caberiam neste trabalho.

A discussão sobre a noção de gramática e sobre os campos de atuação de uma ciência linguística que se ocupe do que se chama “gramática” têm ocupado a mente de linguistas em cenários os mais diversos. De uma perspectiva histórica, a uma abordagem estrutural, a avaliação do que se chama gramática percorreu, ao longo dos tempos, um caminho longo, durante o qual se tentou explicar as bases do funcionamento da linguagem humana.

A linha teórica que se denominou Gramática Gerativa, iniciada pelos estudos de Noam Chomsky na década de 50, estabelece uma proposta de análise da gramática com base em propriedades radicadas na mente humana. Essa perspectiva entende que a mente, modular, possui um espaço especificamente destinado à utilização da linguagem (conhecida por Gramática Universal), e essa dotação genética da espécie vem equipada com uma série de princípios, que se entende serem universais, e de parâmetros, que são fixados de forma particular, com a exposição aos dados de uma dada língua. Uma espécie de sistema computacional, operando com base em um algoritmo específico, organiza objetos sintáticos que são enviados a uma interface fonológica e a uma componente semântica, que interpretam, cada uma, os traços relevantes para si desses objetos, fechando assim o processo de organização da linguagem.

Quanto à aquisição, essa perspectiva de análise da linguagem entende que línguas naturais são adquiridas automaticamente (por meio do funcionamento da GU), quando falantes são inseridos no período crítico de aquisição em uma comunidade linguística, sendo expostos aos dados primários. Essa exposição aos dados, mesmo sendo o ambiente caótico e os dados quase sempre fragmentados, dispara na mente o funcionamento da linguagem e permite à criança, em muito pouco tempo, o domínio completo das estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas de sua língua.

A GU, com seu sistema computacional operando na constituição de objetos sintáticos, é comum a toda a espécie, assim como os princípios da base da organização linguística. Os parâmetros, por seu turno, são fixados de forma particular, a partir da exposição do falante aos dados.

Se os parâmetros de uma língua são fixados de forma particular no processo de aquisição da linguagem, não sendo, portanto, regulados universalmente, não se espera que todas as línguas apresentem a mesma formatação paramétrica e, assim, a mesma configuração superficial. De fato, o que ocorre é que as línguas podem variar de maneira sincrônica unicamente devido às distinções

paramétricas: línguas particulares são o resultado de processos particulares de escolhas de parâmetros dentro de um conjunto disponível.

Para a perspectiva de princípios e parâmetros dos estudos linguísticos, a mudança linguística passa a ser entendida como uma alteração na marcação dos valores paramétricos¹ (que, como ficou claro antes, são específicos para cada língua), os quais subjazem à estrutura superficial da organização sintática. Entende-se que novas gerações de falantes, pela exposição aos dados primários, podem reanalisar estruturas e convergir para um parâmetro sintático diferente do que se tinha fixado anteriormente. Esse processo de reinterpretação e fixação de parâmetros de maneira distinta por novas gerações de falantes seria disparado por aquilo que se convencionou chamar gatilho ou (*trigger experience*), na forma de dados linguísticos primários.

Trabalhos como o de Lightfoot (1999, 2007), versando sobre como as línguas mudam diacronicamente, propõem que a mudança linguística se dê com base num procedimento de análise por novas gerações de falantes do que ele chama de *syntactic cues*, que nesta tese passo a denominar pistas sintáticas. Com algum tipo de alteração nos dados primários, novas gerações têm o “gatilho” que dispara a reanálise da estrutura e a posterior fixação de parâmetros de maneira distinta do que ocorrera na geração de falantes anterior.

Assim sendo, três elementos passam a ser cruciais, na hipótese de Lightfoot para a mudança linguística:

1. A existência de língua interna (e por consequência de uma língua externa, que corresponde às realizações concretas dos enunciados de uma língua particular);
2. A existência de princípios (universais) e parâmetros (particulares), que regulam o funcionamento das línguas; e
3. A presença do que se chama aqui “experiência detonadora”², nos dados primários, capaz de conduzir novos falantes a reanalisar a estrutura e marcar um parâmetro distinto.

Lightfoot não discute profundamente as razões extralinguísticas que permitem aos dados primários uma mudança tão marcante em sua expressão, que façam que as novas gerações sejam encaminhas a marcações distintas do parâmetro. Mas o fato é esse: em algum momento, os dados primários passam a expressar elementos que conduzem a uma direção diversa.

¹ Cf. Lightfoot (1999), Roberts & Roussou (1999, 2003).

² Tradução livre para a expressão *triggering experience*.

É importante salientar que o que se entende por reanálise tem de fato a ver com a alteração da estrutura subjacente aos enunciados de uma língua e não necessariamente com mudanças na maneira como esses enunciados se mostram em superfície (embora uma alteração nos dados decorrente de um processo de reanálise não esteja com isso descartada) (cf. Harris & Campbell (1995)). A ideia, entretanto, é a de que a mudança linguística ocorre quando o parâmetro é alterado internamente e, sim, essa alteração paramétrica pode resultar em reorganização da estrutura na superfície.

Um processo de reanálise, a depender de como ocorre, pode conduzir a casos do que chama em teoria sintática de gramaticalização.

Chama-se gramaticalização à criação de novo material funcional (gramatical, se assim podemos dizer). O termo foi cunhado originalmente por Meillet (1912) e visava à designação do processo de criação de itens gramaticais (funcionais) a partir de itens lexicais. Em algum momento, o termo também foi usado para designar o estudo dos processos de mudança e de criação de material funcional.

Roberts & Roussou (2003) avaliam o processo de gramaticalização como algo que ocorre translinguisticamente e como sendo decorrente da reanálise de elementos funcionais já existentes, ou da reanálise de material lexical. Esse novo material funcional passa a integrar o inventário de itens gramaticais da língua, daí a designação “gramaticalização”.

É possível listar alguns elementos que tornam os estudos sobre o processo de gramaticalização algo de interesse para a análise linguística:

I. Por sua natureza translinguística, os linguistas podem, por meio desse tipo de estudo, atingir uma compreensão de como a mente humana internaliza conceitos abstratos, por exemplo, ou de como a mente representa o mundo;

II. Esse tipo de estudo pode revelar informações relevantes sobre os processos de organização da linguagem, considerando-se o fato de a gramaticalização ocorrer sempre do concreto para o mais abstrato, de algo linguisticamente autônomo para algo linguisticamente mais dependente;

III. A gramaticalização aponta para um modelo gradual de mudança linguística e, assim, desafia modelos sincrônicos de análise que propõem a existência de propriedades gramaticais discretas;

IV. Fornece um meio interessante de explicação para a variação diacrônica das línguas.

O presente trabalho pretende, com base nas questões teóricas delineadas acima, discutir a sintaxe e a semântica das construções denominadas orações relativas livres, objetos sintáticos que se entende serem constituídos por meio do processo de relativização, e avaliar esses objetos sintáticos na história do português.

A relativização é um fenômeno comum a todas as línguas humanas e não é por acaso que tem sido objeto de inúmeros estudos nos mais diversos campos da linguística. Questões altamente interessantes de ordem sintática e semântica rondam as construções sintáticas que derivam desse processo de organização sentencial.

Do ponto de vista sintático, a relativização é algo intrigante, considerando que o nominal relativizado desempenha um papel na matriz, satisfazendo requerimentos sintáticos do predicador mais alto e também desempenha um papel na subordinada, que é a oração relativa, questão que foi denominada em de Vries (2002) como o problema do pivô. Essa questão intrigante pode ser observada no dado em (1):

(1) Eu vi a menina_i que você mencionou \emptyset_i .

Fato é que orações relativas têm, desde muito cedo, sido tratadas como estrutura de natureza adjetival, que se adjungem a um nome para modificá-lo. É o que se pode ver no estudo que faz Benveniste (1970) de uma série línguas como o chippewyan (língua falada no Canadá), o indo europeu ou mesmo o latim; para esse linguista, orações relativas são “adjetivos sintáticos” de natureza determinada, que modificam o nome antecedente, e que mantêm relação semântica com o determinante ou demonstrativo que se associa a esses nominais.

Tratamento semelhante é dado a essas construções pela Gramática Tradicional (GT). Cunha e Cintra (1985), por exemplo, definem orações relativas (ou adjetivas) como sentenças “que exercem a função de adjuntos adnominais de um substantivo ou pronome antecedente” (p. 615). Bechara (1994) afirma que orações relativas são adjetivos complexos que, adjuntas do nome, restringem-lhe ou especificam-lhe a interpretação.

Na perspectiva da teoria da gramática, o fenômeno já foi avaliado em trabalhos como os de Smits (1964), Vergnaud (1974), Chomsky (1977) e Kayne (1994), e – em pelo menos um deles – oração relativas são entendidas como adjuntos do nome que relativizam, a saber, Chomsky (1977). Chomsky entende orações relativas como sendo derivadas por meio de movimento-wh e como estando adjungidas ao NP que modificam. Já os outros três linguistas, cada um a seu modo,

capturam uma relação estrita entre a oração relativa e o determinante que toma o nominal relativizado como complemento.

A visão da relação estreita entre o relativizador e o determinante do nome relativizado, tratada mais recentemente em Kayne (1994), sob os termos do que o autor chama LCA, ou Axioma da Correspondência Linear, tem servido de base para a organização de diversos trabalhos sobre a estrutura e o funcionamento sintático de orações relativas.

Kayne (1994), com base em dados do tipo dos que se mostram a seguir, argumenta que é mais coerente entender que o processo de relativização coloca em contato direto não exatamente a oração relativa e o NP relativizado, e sim que esse processo conecta diretamente o CP relativo e o D que encabeça o DP relativizado. A ideia é que a relativa, na verdade, complementa o D, que toma o NP supostamente relativizado como seu complemento:

(2) the [picture of himself [that [Bill saw [e]]]]

(Kayne, 1994, p. 87)

Nesse caso, a categoria vazia na posição de objeto de *saw* encontra-se ligada ao sintagma “Picture of himself”, que se moveu para Spec,CP. Essa abordagem do fenômeno da relativização ficou conhecida como “promotion analysis” ou “head raising analysis”.

Nos casos em que sintagmas-wh atuam como elementos relativizadores, que é basicamente o que acontece em português, entende-se que pronomes relativos sejam gerados no interior da subordinada, como determinantes de um nome que, ao final da derivação, será o antecedente da oração relativa. Assim, a derivação de “a pessoa que eu conheço” se daria da maneira como segue:

Passo 1: o pronome relativo se origina como determinante do nome “pessoa”

(3) a [C^0 [eu conheço que pessoa]]

Passo 2: ocorre movimento-wh para o Spec,CP

(4) a [[que pessoa]_i [C^0 [eu conheço _{ti}]]]

Passo 3: o nominal pessoa move-se para Spec,DP, e temos a ordem final

(5) a [[pessoa]_j [D⁰ que *t_j* [C⁰ [eu conheço *t*]]]]

A análise de Kayne³ é a ideia de relativização que passo a adotar nesta tese por entender que é a que melhor se coaduna com a hipótese de trabalho que será aqui desenvolvida.

Como se expôs anteriormente, em geral, quando se fala em frase ou oração relativa, tem-se de imediato a ideia de uma sentença subordinada estruturada em torno de um antecedente nominal, como o que se vê entre colchetes em (6) a seguir:

(6) Convidamos as pessoas [que você indicou].

Entretanto, há um tipo de orações relativas que se organizam sem localizar no contexto sintático relevante o tal antecedente nominal; é o que está posto em (7) (a sentença entre colchetes):

(7) Convidamos [quem você mencionou].

Nesse caso, a teoria costuma denominar essas construções sintáticas “relativas livres”, pelo fato de não estarem, pelo menos visivelmente, presas a um nominal que esteja sendo relativizado.

Há ainda outro tipo de relativas, que a literatura denomina relativas semilivres⁴, que são as que se configuram da maneira que segue: *o/os ec* que; é o que se vê em colchetes em (8):

(8) Convidamos [os que você indicou].

³ Retomo em detalhes a análise de Kayne na seção 2.2.2 do capítulo 2 desta tese. A análise de Chomsky (1977) encontra-se em seção imediatamente anterior.

⁴ Uma discussão mais aprofundada sobre a estrutura e a tipologia de orações relativas encontra-se na seção 2.1, no capítulo 2 desta tese.

Seja como for, o que está claro é que a oração relativa, tanto em um caso como em outro, não parece estar presa, no enunciado, a uma forma nominal como se esperaria que ocorresse e são esses tipos especiais de estrutura relativa que ocupam o centro de investigação do presente trabalho.

Nesta tese, ponho em discussão as sentenças do tipo de (7) e (8) e avalio suas propriedades sintáticas e semânticas, buscando – dentre outras coisas – distingui-las de estruturas que a elas se assemelham, como as interrogativas indiretas e as pseudo-clivadas, bem como avalio essas construções em seu processo de evolução na história do PB.

Questões Gerais

Neste capítulo, apresento o problema que motiva inicialmente a pesquisa, traço um panorama do referencial teórico que serve de base para a análise e apresento as questões de pesquisa, bem como os objetivos do trabalho. O capítulo está dividido em 4 seções. Na primeira, logo a seguir, apresento o problema de pesquisa; na segunda, delimito as perguntas a serem respondidas e proponho os objetivos do trabalho. A terceira seção traz algumas questões teóricas quanto à estrutura e à sintaxe de relativas livres e a seção derradeira apresenta a metodologia a partir da qual o trabalho se estrutura.

1.1. Apresentação do Problema

Uma apreciação minuciosa das construções sintáticas conhecidas como relativas livres pode conduzir a situações conflituosas de análise. O primeiro e talvez mais sério momento de conflito seja o de ter de diferenciar estruturas sintáticas como as que se encontram em (1) e (2) a seguir:

- (1) a. Eu mencionei [quem você indicou].
b. A Maria dormiu [quando o Pedro chegou].

- (2) a. Eu perguntei [quem você indicou].
b. A Maria perguntou [quando o Pedro chegou].

Apesar de uma aparência superficial, trata-se de estruturas absolutamente distintas: as sentenças entre colchetes em (1) são relativas livres, enquanto as sentenças destacadas em (2) constituem interrogativas indiretas.

A literatura em geral tem se dividido quanto à classificação dos dois grupos de construção e também quanto ao que se compreende da estrutura interna de cada um dos tipos de sentenças postas em foco. Uma análise detida de sentenças como essas deve buscar respostas precisas para tais pontos.

Outra questão intrigante no que concerne às orações relativas livres é o fato de a palavra-wh que as introduz apresentar uma forma morfológica que parece resultante da fusão de unidades fonológicas distintas. Sejam os dados em (3) e (4) a seguir:

(3) Eu mencionei a pessoa / as pessoas que você indicou.

⤵

Quem

(4) A Maria dormiu no momento / na hora em que você chegou.

⤵

quando

Como se pode ver, *quem* e *quando* condensam (ambos) elementos que, fundidos, geram a sua forma morfológica final. Essa é também uma questão absolutamente intrigante cuja investigação pode conduzir à constatação de que relativas livres envolvem uma operação sintática complexa de fusão dos núcleos funcionais C e D, diretamente relacionados no processo de relativização.

Quanto à semântica, relativas livres do português parecem apresentar uma interpretação preferencialmente universal ou indefinida para a variável que contêm. Vejam-se os dados em (5) e (6) a seguir:

(5) a. O João entrevistará [quem entrar por aquela porta]. [$\forall x$ (x entra pela porta / entrevistar (J, x)] J= João

b. [Quem lê Guimarães Rosa] é meu amigo. [$\forall x$ / ler (x, G) (x é meu amigo)] G= Guimarães Rosa

(6) a. Quando a porta bate o bebê se assusta. [$\forall x$ / x um momento, o bebê se assusta em x]

b. Ela só mora onde se sente bem. [$\forall x$ / x um lugar, ele só mora em x, se se sente bem]

1.2. Questões para Investigação e Objetivos da Pesquisa

Algumas questões emergem da discussão levantada acima e organizam-se em três blocos específicos: i) dificuldades com a estrutura de relativas livres, ii) questões sobre a forma morfológica do termo-wh nessas construções, e iii) problemas com a interpretação semântica dessas construções.

1.2.1. Estrutura e Derivação de RLs

É importante começar observando a assimetria entre os dados em (7) e (8) – relativas livres – os dados em (9) – interrogativas indiretas – os que se mostram em (10) – relativas livres com uma forma verbal irrealis – e os que se mostram em (11) – também relativas livres comuns.

Sejam os dados a seguir:

- (7) a. *A Maria só conversa com [de quem_i ela gosta ~~de quem_i~~].
b. *O João se interessa por [de quem_i você gosta ~~de quem_i~~].
c. ??Eu me desliguei de [com quem_i estava falando ~~com quem_i~~].
- (8) a. *O Pedro mencionou [com quem_i você saiu ~~com quem_i~~]. (a pessoa com a qual)
b. *A Maria convidou para a festa [com quem_i você conversava ~~com quem_i~~].
c. *O João entrevistará [por quem_i você se interessa ~~por quem_i~~]. (a pessoa pela qual)
- (9) a. O João perguntou [por quem_i eu me interesso ~~por quem_i~~].
b. A Maria quer saber [de quem_i você gosta ~~de quem_i~~].
c. O Pedro me perguntou [de quem_i eu me lembrava ~~de quem_i~~].
- (10) a. Não há quem me convença a ficar aqui.
b. O Pedro não tem [com quem_i conversar ~~com quem_i~~].
c. A Maria sempre acha [do que_i se lamentar ~~do que_i~~].
d. Não há [de quem_i o João não se queixe ~~de quem_i~~].

- (11) a. O João convidou (para a reunião) quem ele teve medo de ter ofendido *e* no debate.
b. O João abraçou quem a Maria sofreu por ter visto *e*.
c. *O João convidou (para a reunião) [de quem]_i ele teve medo que você gostasse *t_i* .
d. *O João abraçou (na festa) [de quem]_i a Maria sofreu por gostar *t_i* .

O que se mostra nos dados acima é uma perfeita assimetria entre o comportamento sintático de relativas livres e interrogativas indiretas.

Como se pode ver, nos dados em (7) e (8), as sentenças entre colchetes (relativas livres típicas) não admitem o *pied piping* da preposição, enquanto nos dados em (9), as interrogativas indiretas (entre colchetes) autorizam essa operação.

A assimetria entre RLs e Interrogativas Indiretas já foi discutida em trabalhos como os de Alvarenga (1981), Rocha (1990) e Medeiros Junior (2005) e explicada em termos da distinção entre as estruturas dos dois tipos de sentença.

Entretanto, o contraste verificado em (11) ainda precisa ser avaliado. Aí parece se apresentar um conflito entre a derivação de RLs com e sem movimento. Diante disso, questiona-se:

- Como são derivadas RLs do PB? Se a derivação se dá via movimento, como se explica a assimetria em (11)?

Além disso, observe-se que nos dados em (10) ocorre algo intrigante. Observe-se que as sentenças entre colchetes nessas sentenças são relativas livres típicas com uma forma verbal dotada de um traço *irrealis*¹. Note-se que, nesses casos, o *pied piping* da preposição é autorizado, exatamente como em contextos de interrogativas. É, portanto, relevante indagar:

- O que há na derivação de relativas livres com uma forma verbal *irrealis* que as aproxima das interrogativas indiretas?

¹ Chamo aqui RLs *irrealis* aquelas que apresentam uma forma verbal sem perspectiva de consumação. Isto engloba relativas infinitivas e subjuntivas.

1.2.2. A Morfologia do termo-wh

Conforme explicitado em 1.1, a forma morfológica da palavra-wh em relativas livres parece corresponder a algum tipo de fusão entre o antecedente da relativa e o elemento relativizador. Sejam os dados a seguir:

- (12) a. O João mencionou [_{RL} Ø [quem Ø [você conhece]]].
b. O João convidou [_{RL} Ø [quem Ø [trabalha na firma]]].
- (13) a. *O João mencionou [_{RL} Ø [quem que [você conhece]]].
b. *O João convidou [_{RL} Ø [quem que [trabalha na firma]]].
- (14) a. * O João mencionou [a pessoa [quem Ø [você conhece]]].
b. * O João convidou [aquele [quem Ø [trabalha na firma]]].
- (15) a. O Pedro perguntou [_{PI} Ø [quem que fez isso]].
b. A Clara quer saber [_{PI} Ø [de quem que [você gosta]]].

Observe-se, pelo que se mostra em (12), que as posições do antecedente e do complementador em relativas livres se encontram vazias; os dados em (13) e (14) mostram que essas posições encontram-se na verdade bloqueadas para a inserção de qualquer elemento fonológico que as lexicalize. Os dados em (15), como se pode ver, evidenciam a possibilidade de lexicalização do núcleo C em interrogativas indiretas, diferentemente do que acontece em relativas livres.

Medeiros Junior (2005) propõe uma fusão sintática na derivação de RLs nos moldes de uma incorporação dos núcleos C e D implicados diretamente no processo de relativização. Essa operação teria, segundo o autor, impacto direto na forma morfológica do sintagma-Wh integrando esse tipo de oração. Considerando os elementos empíricos nos dados e essa hipótese como base, pergunta-se:

- A forma final do sintagma-wh em relativas livres representa de fato algum tipo de amálgama de natureza puramente morfológica ou, como revelam os dados acima, há alguma implicação sintática para a constituição da morfologia desse termo? E, se isso

de fato ocorre, que tipo de requerimento sintático é responsável pela realização dessa operação complexa na derivação de RLs?

1.2.3. Semântica

Conforme mencionado em seção anterior, Relativas Livres do Português parecem apresentar uma leitura essencialmente Universal (em alguns casos indefinida) para o sintagma-Wh que as integra. Sejam os dados a seguir:

- (16) a. [Quem faz isso] paga caro.
b. O João entrevista [quem entra por aquela porta].
c. [Quem comparecia a esses comícios] não temia pela própria vida.
- (17) a. Eu conheço [quem fez essa escultura].
b. O Pedro mencionou [quem estuda naquela sala].
c. A Maria beijou [quem estava na festa].
- (18) a. O bebê se assusta [quando a porta bate].
b. Maria se irritava [quando eu mencionava seu marido].

Medeiros Junior (2005) argumenta que, em RLs do português, o sintagma-Wh condensa uma noção semântica que pode ser traduzida pela expressão “quer que”:

I

[Quem faz isso] paga caro.
[Quem quer que faça isso] paga caro

II

Maria se irritava [quando eu mencionava seu marido]
Maria se irritava [quando quer que eu mencionasse seu marido]

- (19) a. O João dormiu [quando você chegou].
b. O bebê chorou [quando você saiu].

Há casos, como os de (18), em que – apesar de se ter a possibilidade de introdução da expressão “quer que” após o elemento-wh – não parece haver exatamente uma leitura universal sendo atribuída à variável, mas uma leitura indefinida. Ainda assim, pode-se dizer que o que aí se mostra é uma semântica de maximização, conforme argumentam Grosu & Landman (1998).

Relativas Livres do Inglês cujos sintagmas-Wh comportam a partícula *-ever* recebem uma interpretação preferencialmente universal (cf. Dayal 1997, Grosu & Landman 1998, Tredinnick 2005).

Algo semelhante parece tomar parte em outras línguas em que o fenômeno é posto em análise. Relativas Livres do persa contêm todas uma partícula que corresponde ao sufixo *-ever* e, portanto, recebem sempre interpretação universal (cf. Taighvaipour, 2005).

Levando em consideração as questões translinguísticas apresentadas e os fatos apontados para a interpretação de RLs em português, pergunta-se:

- Seria possível afirmar que sintagmas-Wh de RLs do português portem um sufixo *-ever* nulo? Se isso é possível, como isso se relaciona com o fato de se supor uma incorporação dos núcleos C e D no processo de derivação desse tipo de construção sintática?

1.2.4. *Matching*

Os estudos sobre relativas livres debatem uma questão que se supõe ser crucial nesse tipo de composição sintática: os efeitos de compatibilidade, expressos em inglês pela expressão *matching effects*. Entende-se que relativas livres estejam sujeitas a esse efeito de compatibilidade que exige que a categoria, ou o Caso atribuído ao sintagma-wh na matriz tem de ser compatível com a categoria selecionada ou o Caso atribuído pelo predicado da subordinada.

O que os estudos em geral apontam é a existência de línguas sem *matching*, línguas híbridas (em que a compatibilidade pode ser requerida ou não), ou línguas em que esse efeito é obrigatório (cf. Vogel 2003). O PB tem sido analisado como uma língua em que ocorre *matching* obrigatoriamente (cf. Rocha, 1990, Medeiros Junior, 2005 e Marchesan 2008); os dados a seguir parecem, entretanto, pôr um problema para essa hipótese:

- (20) a. [DP [PP *De quem]_i o Pedro não gosta t_i] veio para jantar.
 b. DP [PP *Com quem]_i o João falou t_i] possui um apartamento na Paulista.
 c. [DP [PP *Por quem]_i a Maria se interessa t_i] comprou um carro novo.

- (21) a. [DP [PP De quem]_i o João gosta t_i] é um mistério insondável.
 b. [DP [PP Com quem]_i a Ana sai t_i] não é da sua conta.
 c. [DP [PP Por quem]_i eu me interesso t_i] é de conhecimento público.

Como se vê, os dados em (21) aparentemente apresentam RLs que não combinam. Estudos relevantes têm argumentado que, em línguas *pro-drop*, RLs em posição de sujeito não precisam obedecer à restrição de compatibilidade (cf. Hirschbüler & Rivero 1983 e Suñer 1984). Mas os dados do PB (uma língua parcialmente *pro-drop*) em (20) parecem contradizer esta hipótese.

Com base no contraste entre (20) e (21), indaga-se:

- Relativas livres do PB estão ou não sujeitas aos efeitos de compatibilidade? Se estão, como explicar os dados em (21): eles confirmam ou não hipóteses como a de Hirschbüler & Rivero (1983) e (Suñer) 1984?

1.2.5. O Problema das Pseudo-Clivadas

Pseudo-clivadas são sentenças empregadas na focalização de constituintes sintáticos. Esse processo de focalização é obtido por meio da utilização de um elemento-*wh* e uma cópula, numa estrutura, em geral, como a que se mostra em A, a seguir, podendo variar como a estrutura em B e em C.

- A. Wh → cópula → XP
 B. Cópula → XP → wh²
 C. XP → cópula → wh

² Para uma visão das estruturas A e B como estruturas não diretamente relacionadas, cf. Kato e Ribeiro (2005).

Aos esquemas A, B e C, correspondem respectivamente os dados em (22), (23) e (24).

(22) Quem estuda sintaxe é [FOC o Paulo].

(23) É [FOC o Paulo] quem estuda sintaxe.

(24) [FOC O Paulo] é quem estuda sintaxe.

Diz-se que (22) apresente uma pseudo-clivada canônica no português brasileiro. No dado em (23), em que a pseudo-clivada aparece deslocada à direita, ela é denominada extraposta. Em (24), diz-se que ocorre uma pseudo-clivada invertida, porque o foco aparece à esquerda da cópula.

A grande maioria dos estudos que tocam o problema das pseudo-clivadas identifica as sentenças-wh que constituem essas estruturas como relativas livres (cf. Higgins (1973), Bosque (1999), Modesto (2001), Kato & Ribeiro (2005), Costa & Duarte (2006), entre outros)³.

Os muitos estudos sobre o tema também atestam a partição das pseudo-clivadas em sentenças de dois tipos, quando se considera a sintaxe. Considera-se que exista o que se chama de pseudo-clivada predicacional (evidenciada em (26)) e o que se denominou pseudo-clivada especificacional (dado em (25)).

(25) Quem estuda sintaxe é o Paulo.

(26) Quem estuda sintaxe é meu amigo⁴.

Trabalhos recentes para o português como os de Resenes (2008) trazem a proposta de que não se dê às sentenças em (25) e (26) tratamento semelhante, já que sua sintaxe (bem como a interpretação semântica de cada uma) parece evidenciar que se trata de construções de natureza diferente.

Observe-se que, de fato, não é possível atribuir à sentença em (25) uma interpretação universal para o sintagma-wh, fato que estaria diretamente relacionado à presença da semântica da partícula -*ever* em sentenças dessa natureza, tal como proposto em Medeiros Junior (2005) e mencionado em 1.4.3. Já para (26), a interpretação do composto como *Quem quer que estude sintaxe* é perfeitamente viável, como se vê em (27) e (28) a seguir:

³ Kato e Mito (em preparação), entretanto, constroem uma análise diferente. Baseados em Resenes 2008, esses autores propõem que pseudo-clivadas com conteúdo especificacional não contêm uma relativa livre, apenas aquelas com conteúdo predicacional. Mais sobre essa visão se detalha no capítulo 3 desta tese.

⁴ Para alguns falantes, a sentença pode soar ambígua, principalmente em locais onde o dialeto elimina o artigo desse tipo de construção. Entretanto, a ideia aqui é que “meu amigo” seja interpretado como um predicado: qualquer um que estude sintaxe tem a propriedade de ser meu amigo, como se mostra em (29).

(27) *Quem quer que estude sintaxe é o Paulo.

(28) Quem quer que estude sintaxe é meu amigo. (eu considero que seja meu amigo)

Com base nessas questões, interroga-se:

- As sentenças pseudo-clivadas podem ou não conter RLs?

1.2.6. Questões Sobre Fatos Históricos

Uma análise inicial de dados do português clássico revela que RLs nesse estágio parecem apresentar duas estruturas distintas: uma com a forma a) [DP o [CP que]], e outra com a estrutura b) [DP o que [CP]], o que se pode ver em dados do tipo de (29) e (30).

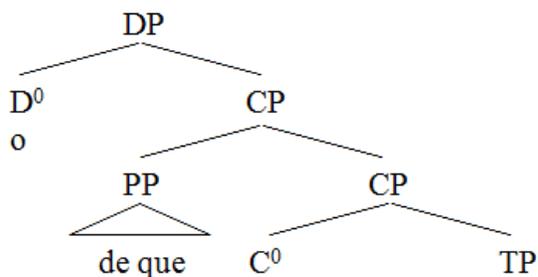
(29) (...) nisto seguirei [o de que sou notado entre eles] (Souza, Séc XVI.)

(30) a. ... e [osque falam bem] desacreditam a ela e a êles. (Lobo, Séc XVI.)

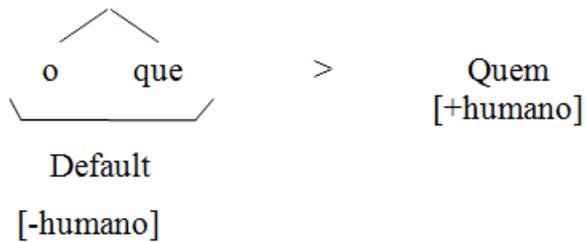
b. Quando ólho para [os que me cercaõ] (Costa, Séc XVII.)

O português antigo apresentaria uma estrutura como em A e o PB, algo mais como o que se mostra em B:

A.



3) Estágio III



Estágio I

– E´ este o de que vos aqueixades?

(Demanda do Santo Graal, séc. XV)

Estágio II

(...) e [osque falam bem] desacreditam a ela e a êles

(Lobo, séc. XVI)

Estágio III

[Quem compõe grandes tratados] costuma aclará-los em notas

(Aires, séc. XVIII)

Assim, questiona-se:

- É de fato possível propor que RLs do Português Clássico apresentam-se com duas estruturas, que no PB convergem para uma única? Se é verdade, para qual das estruturas de RLs convergem os falantes do PB?

Outra questão intrigante nos dados concerne ao tipo de entidade que o composto [o que] denota em português. O que parece acontecer é que antes do século XVI, há uma ocorrência frequente desse composto ao qual se associa um traço [+humano]. A frequência desses dados vai se tornando cada vez mais escassa, até que, no século XVI (Português Clássico), de todos os dados postos em análise, registra-se apenas uma ocorrência de *o que* com um traço [+humano], que é o dado a seguir:

(32) depois da morte há pena pera quem viveo mal, eglória pera [o que obrou bem]

Com base nesse tipo de observação pergunta-se:

- Qual a relação entre a associação do traço [+humano] ao conjunto [o que], o desaparecimento das preposições intervenientes entre os elementos *o* e *que* e a provável convergência dos falantes do PB para a estrutura [DP o que [CP]] de Relativas Livres?

É importante que se observe que, sem a interpretação [+humano], o composto [o que] não aparece com função de sujeito nas estruturas que integra. É provável que tais fatos estejam conectados.

São, portanto, objetivos deste trabalho de pesquisa:

1. Avaliar a estrutura e a derivação de relativas livres, utilizando dados do português e análise translinguística e promover uma distinção clara entre as relativas livres e estruturas aparentemente paralelas, as interrogativas indiretas.

2. Avaliar propostas recentes da derivação de relativas livres como DPs (Cf. Caponigro 2003 e 2004, Citko 2004 e Medeiros Junior 2005 e 2006) em análises de dados do português.

3. Analisar a morfologia do termo-wh que integra relativas livres e avaliar a possibilidade de que sua forma final resulte de algum tipo de operação na sintaxe que promova a incorporação dos núcleos C e D, envolvidos diretamente no processo da relativização, tal como proposto em Medeiros Junior 2005.

4. Discutir a semântica de relativas livres, considerando a possibilidade de que a interpretação preferencialmente universal que se dá à variável em seu interior se deva à existência de um sufixo nulo do tipo *-ever* em toda RL do português. Investigar a possibilidade de a mesma questão (a existência de um sufixo *-ever* nulo) no D⁰ da RL ser o responsável pelo processo de incorporação dos núcleos sintáticos C e D, já que constituiria um traço de afixo.

5. Discutir o *matching* em relativas livres do PB.

6. Avaliar a sentença wh que integra pseudo-clivadas e a sentença wh que corresponde à relativa livre.

7. Avaliar o fenômeno na perspectiva diacrônica e determinar pontos como: um emparelhamento (ou não) da estrutura de RLs no português clássico e no PB; levantamento de evidências históricas que deem (ou não) suporte a uma noção de incorporação de núcleos sintáticos na derivação de RLs.

1.3. Avaliação Inicial de Relativas Livres

1.3.1. A Sintaxe das Relativas Livres

Na perspectiva gerativista, programa teórico em que se insere este trabalho de pesquisa, muito se tem dito acerca das orações relativas livres (RLs). RLs têm sido tratadas a partir de duas hipóteses seminais: a Hipótese de Base (ou *Head Hypothesis*), tal como proposta em Bresnan e Grimshaw (1978), segundo a qual a derivação de RLs não envolve movimento e a palavra-wh é gerada na base, e a Hipótese do Comp (ou *COMP Hypothesis*), delineada em Groos e van Riemsdijk (1981), que localiza o termo-wh em Comp e propõe que em RLs, excepcionalmente, elementos nessa posição podem ser acessados pelo predicador da matriz para a satisfação de suas exigências sintáticas. Essas ideias são resgatadas e desenvolvidas em van Riemsdijk (2000).

A proposta de Bresnan e Grimshaw se estrutura em torno do que elas chamam de efeito de combinação categorial, que dotaria notavelmente RLs, e que resultaria numa tipificação categorial variada para as sentenças desse tipo. RLs poderiam ser categorialmente, segundo essa hipótese, NPs, PPs, APs, AdvPs e assim por diante, a depender das propriedades de seleção do predicador da matriz.

À visão de Bresnan e Grimshaw (1978) assomam-se opiniões como a de Larson (1987), que assume uma hipótese de relativas livres como *headed*, (estruturas com um antecedente) embora entenda que a tipologia de relativas livres esteja reduzida a apenas duas: APs e NPs⁵.

Alguns trabalhos recentes têm analisado relativas livres como DPs (cf. Caponigro 2001, 2002 e 2003, Citko 2004 e Medeiros Junior 2005 e 2007). Esses trabalhos constroem suas hipóteses de derivação de RLs com base na análise de *raising* para a derivação de relativas com antecedente expresso proposta em Kayne (1994)⁶, segundo a qual há uma relação direta entre os núcleos C e D

⁵ Algumas questões a mais sobre *matching* em RLs também podem ser vistas em Hirschbühler e Rivero (1983).

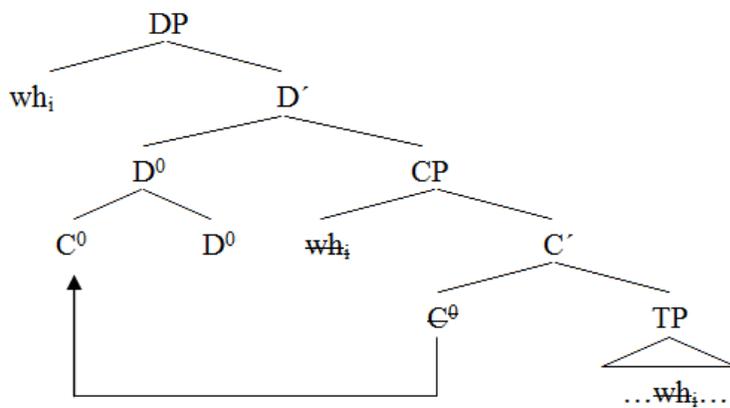
⁶ A relação entre o C e o D em relativas já havia sido observada em português por trabalhos como o de Cohen (1981).

no processo de relativização; a ideia é a de que orações relativas sejam CPs que complementam um D⁷.

Em Medeiros Junior (2005), implementa-se uma ideia da derivação de relativas livres no português como envolvendo uma operação complexa na sintaxe, com movimento de C para D e incorporação sintática desses núcleos funcionais⁸. Uma proposta semelhante pode ser encontrada em Donati (2006), para quem a derivação de relativas livres envolve movimento de núcleo.

Para Medeiros Junior (2005), a estrutura de relativas livres seria basicamente a seguinte:

(33)



A proposta de Medeiros Junior (2005) da incorporação de C em D pode achar algum apoio nos dados do Inglês, nos casos em que à palavra-wh das RLs pode ser afixado o morfema *-ever*⁹.

Observem-se os dados a seguir:

- (34) a. John will talk to whoever enters that door.
 b. I'll mail my letter whenever you mail yours.
 c. John buys whatever you ask him.

⁷ A ideia desenvolvida em Kayne (1994) acerca da relação direta entre os núcleos C e D pode ser vislumbrada num trabalho de Vergnaud (1974) e anteriormente em Smith (1964). Em português, vide Kato e Nunes (2009).

⁸ Algumas ideias interessantes sobre a derivação de relativas livres em português podem ser encontradas nos trabalhos de Rocha (1990) e Mória (1992), (1996) e (2001).

⁹ Sobre relativas livres e *ever*, ver também os trabalhos de Bresnan Grimshaw (1978), Dayal (1997), Izvorsky (2000) e Trendinnick (2005).

Os dados do inglês parecem dar suporte à hipótese da incorporação dos núcleos C e D, se entendemos que *who* em (34a), *when* em (34b) e *what* em (34c) representam a realização fonológica de C e *-ever*, a realização fonológica de D¹⁰.

1.3.2 A semântica das Relativas Livres

1.3.2.1 Relativas Livres comuns ou *Plain Free Relatives*

Tem-se argumentado que a semântica de RLs envolve uma operação de maximização (cf. Grosu e Landman 1998; De Vries 2002). A interpretação de RLs nos termos de uma operação de maximização precisa ser definida ou universal.

Grosu & Landman (1998) apresentam um grupo de sentenças que eles chamam de *relatives of the third kind* (relativas do terceiro tipo, certamente com base na separação tradicional de relativas em apositivas e restritivas), delineadas em uma partição específica que revela questões semânticas típicas de cada construção. Entre essas estruturas, encontra-se a que os autores denominam *realis e irrealis free relatives*, que são de especial interesse para este trabalho.

Realis e irrealis free relatives, (relativas livres [*realis*] e [*irrealis*]) definem-se estruturalmente da maneira como segue: relativas livres [*realis*] têm a distribuição de um DP, mas não apresentam qualquer material D manifesto; o antecedente nesses casos é uma expressão interna ao sintagma complementador na posição de especificador do CP; a forma verbal em estruturas como essa designa um evento que se entende efetivamente consumado¹¹: *What I gave to John was a shining dagger*¹².

Já relativas livres [*irrealis*] constituem-se em estruturas semelhantes às relativas livres [*realis*], mas apresentam uma forma verbal com traço *irrealis*. Diferentemente das primeiras, relativas livres com leitura [*irrealis*] têm, segundo essa proposta, uma estrutura C; são, portanto, CPs nus (*bare CPs*). A ideia é a de que a interpretação do evento com perspectivas efetivas de

¹⁰ O dicionário Oxford de língua inglesa, (p.458), categoriza o termo *ever* como um advérbio. Esse elemento, entretanto, é analisado também como um sufixo *-ever* quando integra termos como *whoever*, *whatever*, *whenever*, *whichever*, *however*. É nesse sentido que avalio aqui o morfema *-ever*, como forma presa que integra o termo wh em relativas livres dessa natureza. A argumentação que será construída no capítulo 4 desta tese tende a associar a composição do wh que integra relativas livres e a partícula *-ever* à operação formal de confluência de núcleos sintáticos que se supõe afetar a derivação de relativas livres e que se supõe ter impacto direto na morfologia (cf. Medeiros Junior 2005).

¹¹ É importante observar que, mesmo em construções com verbo no presente a interpretação se mantém (O que eu dou ao Pedro é mais do que suficiente).

¹² Construções desse tipo, apesar de consideradas Relativas livres em muitos estudos, recebem um tratamento diferenciado em Resenes 2008. Para a autora, existe uma distinção efetiva entre pseudo-clivadas básicas e Relativas Livres. O presente trabalho pretende levar em conta essa discussão e seguir, de maneira geral, essa ideia.

consumação [*realis*] ou sem perspectiva de realização [*irrealis*] interfere na interpretação e na sintaxe dessas estruturas. Relativas livres [*irrealis*] seriam assim aproximadas de interrogativas indiretas quanto ao comportamento sintático. A interpretação semântica de relativas como essas estaria, assim, diretamente relacionada à forma verbal no interior da subordinada.

Caponigro (2002) discute o que ele define como *indefinite free relatives* (relativas livres indefinidas), o que se daria a conhecer segundo as três condições seguintes: I – são sentenças-*Qu*; II – ocorrem como complementos de verbos existenciais; e III – podem ser substituídas ou parafraseadas por DPs indefinidos; Caponigro cita um exemplo dessas estruturas em português encontrado em Mória (1996) que é: *O Paulo não tem [a quem pedir ajuda]*. O que Caponigro chama de relativa livre indefinida se parece muito com o que Grosu & Landman chamam de relativa livre *irrealis*, e as questões interpretativas levantadas por ele para esse tipo de construção são basicamente as mesmas listadas pelos outros dois lingüistas.

Outro trabalho relevante que toca a questão da semântica de RLs, também compatível com as propostas de Grosu & Landman (1998) e Caponigro (2002), é o de Izvorski (1998). O que Izvorski chama de *non-indicative Free Relatives* é basicamente o que propõem os outros autores supracitados; para essa autora, orações com *tais* características apresentam uma interpretação indefinida e algumas particularidades estruturais que as separam das relativas livres padrão.

1.3.2.2 Relativas Livres com *-ever*

As opiniões se dividem quanto à natureza definida ou indefinida de Relativas Livres que apresentam a partícula *-ever*. Para Jacobson (1995), essas construções são expressões definidas em qualquer situação. Entretanto, o fato de RLs poderem ser frequentemente parafraseadas por expressões de cunho generalizante como *every*, tem conduzido a um número de análises segundo as quais *-ever* é considerado um quantificador universal (cf. Bresnan & Grimshaw 1978, Larson 1987, Tredinnick 1994, Iatridou & Varlokosta 1996, 1998).

Bresnan & Grimshaw afirmam que a interpretação do morfema preso *-ever* parece envolver quantificação universal no domínio especificado pelo sintagma-Wh. Para Larson, Relativas livres com *-ever* são semanticamente equivalentes a NPs com quantificação universal; para esse linguista, a conclusão final é a de que *wh-ever* é a forma-Wh com quantificação universal (Larson 1987, p.263).

Da contraposição de pseudo-clivadas especificacionais e RLs, Iatridou & Varlokosta (1996) encontram evidências para propor que Relativas Livres apresentam quantificação universal. Todas essas questões precisam ser consideradas para a avaliação do fenômeno em Português, e o presente trabalho se debruça também sobre elas.

1.4. Metodologia

1.4.1 A Escolha dos Dados.

O trabalho sincrônico de investigação sobre a sintaxe e a semântica de relativas livres foi constituído com base no levantamento de dados de uso e na testagem desses dados com diversos falantes do português do Brasil. Alguns dos dados foram criados e outros colhidos em situações comuns de fala junto aos falantes, em contextos apropriados.

O trabalho com os dados sincrônicos consiste da análise à luz da proposta Minimalista e da investigação dos procedimentos sintáticos, bem como da interpretação semântica que são associados à derivação desse tipo de estrutura sintática.

Parte do trabalho desta dissertação concentra-se no levantamento de dados da diacronia do português referentes às RLs.

Os dados para a análise de mudança para RLs que construo no capítulo 5 foram colhidos no *corpus* Tycho Brahe –Unicamp, Galves e Faria (2010). Nessa seção do trabalho, está constituída uma proposta de mudança para RLs que leva em consideração o comportamento do que resolvi chamar preposições intervenientes, que se colocam entre o D antecedente e o relativizador *que* nas construções com [o que], aqui denominadas relativas semilivres.

Toda a análise nesse capítulo se constitui com base nos dados dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX. O recorte temporal determinado entre esses séculos se deve ao fato de se entender que é nesse período (século XIX) que se dá a consolidação do português brasileiro como o conhecemos hoje. Nas seções desse capítulo, e para efeito de análise, os dados aparecem listados com o nome do autor (ou a fonte de onde foram colhidos) e o século, sem uma ordenação cronológica muito organizada.

1.4.2 Base teórica para a análise histórica

Para análise dos dados da diacronia, resolvi adotar a teoria de *syntactic cues*, que eu decido chamar nesta tese de teoria das pistas sintáticas, tal como proposto por David Lightfoot (1997, 1999, 2007), sua ideia de reanálise e de como um processo de reanálise pode conduzir a casos de gramaticalização.

Adicionalmente, também avalio a noção de gramaticalização encontrada em Roberts & Roussou (1999, 2003), por entender que ela, adicionada à hipótese de Lightfoot das pistas sintáticas pode trazer alguma luz sobre a evolução das relativas livres na evolução do português clássico ao PB.

1.4.3 A Divisão do Trabalho

Optei por dividir o trabalho de maneira a organizar da forma mais didática possível a exposição de ideias que se fará nos capítulos e seções.

A dissertação acha-se dividida em duas partes: a 1ª parte contém as questões sintáticas e semânticas referentes à constituição e derivação de relativas livres. Aí se constitui uma análise do fenômeno da relativização, das questões que concernem à sintaxe de relativas livres e de pseudo-clivadas e à interpretação dada a essas construções. Integram essa parte os capítulos 1, 2, 3, 4.

O capítulo 2 contém uma discussão acerca do fenômeno da relativização, além de trazer uma avaliação sobre as possibilidades de construção de sentenças por meio da relativização, uma espécie de tipologia de orações relativas, tal como se encontra proposto em De Vries 2002.

O capítulo 3 discute especificamente as relativas livres, fazendo um passeio pelas propostas de análise do fenômeno e avaliando dados do português. Nesse capítulo já se começam a delinear respostas para algumas das perguntas levantadas em seção anterior do presente capítulo e tecem-se algumas críticas a propostas elaboradas para a avaliação do fenômeno.

O capítulo 4 traz uma revisão de Medeiros Junior (2005) e a proposta de derivação de RLS que esta tese pretende defender. Aí também se tratam algumas questões da semântica de orações relativas livres do português.

O capítulo 5 é o que se ocupa exclusivamente da investigação histórica para o fenômeno das relativas livres. O capítulo traz uma discussão das questões teóricas relevantes e uma análise dos dados e das mudanças que se supõe afetarem esses dados.

Informações iniciais sobre o arcabouço teórico que serviu de base para a pesquisa foram relacionadas já no capítulo de abertura, mas num procedimento um pouco incomum, resolvi apresentar em cada capítulo uma espécie de aparato teórico essencial para a leitura do capítulo, com o objetivo de tornar as informações mais imediatas para o leitor. Assim, na introdução de cada capítulo – quando se faz necessário – o leitor encontrará a discussão teórica que vai embasar a análise dos dados naquela seção e em seguida, encontrará o desenvolvimento propriamente das ideias que são ali apresentadas.

Cada um dos capítulos – quer seja de análise sincrônica ou diacrônica – traz uma seção final de conclusões preliminares que encerram e retomam os principais pontos discutidos no decorrer da argumentação. Optei por essa estratégia para que o leitor, ao final de cada capítulo, possa resgatar os pontos principais que podem vir a ser essenciais para a compreensão do capítulo seguinte.

O capítulo de conclusão e considerações finais traz, assim, uma reorganização de todas as conclusões preliminares e um levantamento de questões para as quais ainda não se tem uma solução e que ficam em aberto para futuras investigações.

UMA VISÃO RETROSPECTIVA DO FENÔMENO DA RELATIVIZAÇÃO

Neste Capítulo, discuto a questão da relativização, pondo em foco as propostas de análise constituídas na perspectiva gerativa para o fenômeno e pretendo determinar a abordagem que parece dar conta do maior número de questões postas pelos dados. É a partir dessa abordagem específica que passo, no capítulo 3, a discutir a estrutura de Relativas Livres no português.

O Capítulo encontra-se dividido em três seções. Na primeira, discuto de modo geral a definição do que sejam orações relativas e avalio a tipologia proposta em De Vries (2002), bem como avalio também a estrutura de pseudo-clivadas, construções sintáticas que também apresentam uma sentença-wh que tem sido, em alguns estudos, considerada uma relativa livre. Na segunda seção, avalio propostas de análise para o fenômeno das relativas, com ênfase à análise do modelo *raising*, tal como proposto em Kayne (1994). A terceira seção traz as conclusões parciais do capítulo.

2.1 Construções Relativas: Definição e Tipologia como Proposto em De Vries (2002)

A questão da relativização vem há muito sendo posta em foco em estudos linguísticos de diversas áreas devido às questões intrigantes que rondam esse tipo de construção sintática. Em primeiro lugar, cite-se a questão de ter um mesmo termo sintático desempenhando digamos duas funções distintas numa mesma estrutura: uma função dentro da oração relativa e uma função na matriz, o que De Vries (2002) resolveu chamar de problema do pivô.

A questão do processo de derivação que deve resultar na construção de relativas ou a assimetria entre restritivas e apositivas também tem vindo frequentemente à baila em estudos relevantes, que têm procurado compreender não só o processo de constituição dessas sentenças subordinadas, como também questões sintáticas e semânticas concernentes à sua tipologia.

A seguir, põe-se em foco a definição de orações relativas e um pouco da análise que tem sido dada ao fenômeno em suas diversas abordagens.

2.1.1 Definição e análise

Orações relativas são em geral compreendidas como sentenças subordinadas – iniciadas por um pronome relativo – que, em sua forma mais típica, modificam uma expressão nominal antecedente, mas que também podem modificar outra oração (Duarte & Brito, 2003, p. 655).

Como o próprio nome já diz, orações relativas precisam ser entendidas como estruturas que relacionam um DP correferencial em seu interior a um DP posto na oração matriz, agindo dessa forma, como uma espécie de modificador (um adjetivo), que opera diretamente na interpretação do DP que a encabeça.

A ideia básica é a de que uma oração relativa, construção subordinada introduzida por um pronome relativo, toma uma expressão nominal como antecedente do qual é por vezes dependente. A oração opera sobre esse antecedente, aplicando a ele algum tipo de propriedade, e é o antecedente que permite identificar a entidade a quem ou a que as propriedades descritas na oração relativa são atribuídas.

De acordo com De Vries (2002, p. 14), duas propriedades definem essencialmente orações relativas:

1. Uma oração relativa é uma sentença subordinada;
2. Uma oração relativa conecta-se a algum tipo de material à sua volta por uma espécie de constituinte pivô.

O que De Vries chama de pivô é um constituinte compartilhado semanticamente pela matriz e pela subordinada relativa. Quando o pivô aparece na matriz, ele é imediatamente reconhecido como o antecedente. Nesse caso, a oração relativa apresenta uma lacuna que pode ou vai ser preenchida por um pronome relativo. Quando acontece do pivô ser realizado no interior da sentença relativa, dá-se o que se chama relativa com núcleo interno; nesse caso, a lacuna relacionada à relativa ocorre na oração principal.

O primeiro caso é o que afeta sentenças do português. Relativas com núcleo interno acontecem em línguas como o coreano; é o que mostram os dados em (1) e (2):

(1) Ali está o garoto [que eu vi ____ no parque].

(2) Totwuk-i [ton-ul kaci-ko unhayng-ul nao-nun kes-ul] cheyphohayssta.
Ladrão-NOM dinheiro-ul carregou-e-banco-ACC sair-Mod coisa-ACC prendeu
'(Alguém) prendeu o qual estava carregando o dinheiro e deixando o banco'¹
(Kim, 1996, p. 403)

Outra propriedade de orações relativas apontada por De Vries (2002) seria o fato de que o papel semântico (papel- θ) e a função sintática que o pivô exerce na oração relativa não precisam ser idênticos ao que ele realiza na matriz. Observe-se o dado em (3):

(3) A casa [que eu comprei ____] é lindíssima.

Nesse caso, entende-se que a lacuna na relativa representando o termo “casa” é independente sintática e semanticamente de seu papel na oração matriz.

Assim, a questão em torno de orações relativas passa a ser consistentemente a da interpretação da lacuna, fato que está diretamente relacionado à conectividade que se estabelece entre o nominal tido como antecedente, o pronome relativo (nos casos em que ele é realizado) e a lacuna que se forma pela presença da relativa, seja ela interna ou externa à subordinada.

É possível ainda, como observam Peres e Mória (1995), que uma oração relativa tenha como antecedente toda uma estrutura frásica; nesses casos, não se fala exatamente em uma lacuna na relativa compatível com um elemento nominal na matriz, mas entende-se que a relativa contenha ou expresse propriedades relacionadas a toda a situação descrita pela matriz. Vejamos:

(4) Ele se dedica cada vez mais aos estudos, [o que é surpreendente]!²

¹ Tradução de glosa livre.

² Peres & Mória (1995) traçam uma distinção bipartida inicial para orações relativas. Para esses autores, orações relativas são inicialmente divididas no que eles chamam de “duas grandes subclasses”: a das orações relativas de nomes e a das orações relativas de frase. Além de sentenças do tipo da que aparece em (4), os autores propõem a existência de construções relativas frásicas de natureza apositiva, como o que se vê em (i), o que – de um ou de outro modo – acaba aproximando a tipologia das relativas de frase daquela que é tradicionalmente atribuída às relativas que “modificam” um nominal antecedente, que é a clássica partição restritivas/positivas.

(i) Ele se dedica cada vez mais aos estudos, [fato que é surpreendente].

É interessante notar, entretanto, que – nesse caso – que os autores advogam ser o de uma relativa de frase de natureza apositiva, acaba por se constituir estrutura que chamaríamos tipicamente relativa restritiva, com o nome *fato* funcionando como o antecedente. Peres e Mória, entretanto, analisam o fato de a sentença relativa como um todo atribuir uma propriedade à frase posta anteriormente a ela; o que parece ser mesmo verdade.

As construções com núcleo nominal expresso (ou seja, as relativas que atribuem propriedades a um antecedente nominal) costumam ser bipartidas na dicotomia **restritivas** e **apositivas**.

Relativas restritivas teriam a aparência do que se vê em (5) e apositivas (ou explicativas) apresentariam a configuração do que se mostra em (6);

(5) Todos nós conhecemos os rapazes [que vocês encontraram ___ no clube].

(6) Os poetas, [que são seres iluminados], transformam as palavras em imagens.

Por entender a proximidade entre relativas restritivas e relativas livres, que são o foco do presente estudo, ponho de lado aqui as apositivas, tratadas rapidamente em nota na seção seguinte, e passo à análise de estruturas restritivas.

A seguir, portanto, ponho em foco as construções restritivas, buscando traçar um paralelo, posteriormente, entre esse tipo de estrutura e as chamadas relativas livres.

Em seção posterior, enfoco as propostas de análise estrutural para o fenômeno, determinando qual a que mais se adéqua à visão que procuro desenvolver nesta tese.

2.1.2. Relativas Restritivas

2.1.2.1 Estrutura interna

Observemos detidamente uma relativa restritiva como a que se mostra em (7):

(7) O filme [que você indicou] é mesmo excelente!

Olhando com atenção, é possível perceber que – de algum modo – três posições sintáticas na sentença estão implicadas de maneira inevitável, como o evidencia o esquema a seguir:

(8) [[O filme]_i] [[que]_i] você indicou [*e*]_i] é mesmo excelente].

Entende-se que o relativo *que* esteja associado à expressão O filme (na matriz) e à posição mais baixa – no interior da relativa – que abriga uma categoria vazia. Se olharmos, entretanto, para a oração relativa somente, é possível perceber que o pronome relativo não se encontra em sua posição

de base, ou seja, na posição em que é interpretado (nesse caso, o complemento do verbo *indicou*). É possível perceber que esse elemento se deslocou no interior da sentença. Assim, entendemos que a categoria vazia que se encontra na posição de complemento de *indicou* é de fato um vestígio deixado pelo deslocamento do pronome relativo.

(9) [[O filme]_i [[que]_i você indicou [*t*]_i] é mesmo excelente]

Concluindo: orações relativas restritivas apresentam uma lacuna em seu interior e a essa lacuna associa-se o deslocamento de um constituinte-wh (que nesse caso é o pronome relativo) para uma posição fronteira da sentença, de onde esse elemento relativo pode acessar o nominal (antecedente) na sentença matriz e operar sobre ele atribuindo-lhe as propriedades semânticas que a relativa contém³.

2.1.2.2 As propriedades da relativa restritiva (questões semânticas)

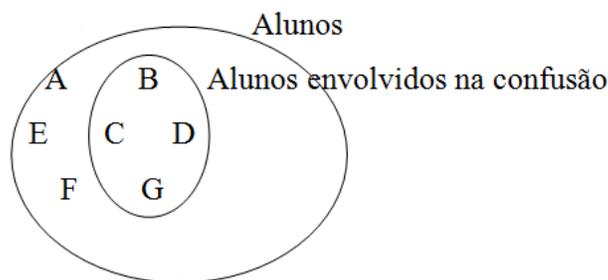
As orações restritivas, também chamadas determinativas, já que cooperam para a criação da referência do nominal a que se conectam, vêm frequentemente em adjacência ao antecedente e têm natureza semântica excludente. Os exemplos em (10) trazem relativas restritivas em português:

- (10) a. O dinheiro [que estava na gaveta] sumiu.
b. Referimo-nos aos alunos [que se envolveram na confusão]
c. Este é o aluno [cujos pais nos procuraram].
d. O médico descreveu os instrumentos [com os quais realizou o procedimento].

Nos dados acima, pode-se observar todas as orações relativas atuando na restrição do domínio de referência da expressão nominal antecedente. Dizendo de outra maneira, a oração relativa chamada restritiva (em termos semânticos) cria um subconjunto do conjunto denotado pela expressão nominal que lhe serve de antecedente – atuando, portanto, de forma excludente. Observemos o que isso significa na avaliação da construção em (10b):

³ Em propostas de análise recentes entende-se que o nominal conhecido como antecedente tenha sido alçado do interior da sentença. Essa visão será tratada em detalhes em seções posteriores. Para maiores detalhes, ver Kayne (1994) e Bianchi (1999).

Referimo-nos aos alunos [que se envolveram na confusão]



Ainda quanto à semântica, entende-se que restritivas não possam modificar um antecedente que represente exemplar único em uma espécie; o antecedente de uma restritiva precisa denotar a espécie, ou o processo de restrição não se aplica:

- (11) a. *João que faz essas coisas é estranho⁴.
b. Menino que faz essas coisas é estranho.

No que concerne à sintaxe, entende-se que restritivas modifiquem apenas DPs (ou, como visto em Peres e Mória, toda a sentença, mas não outras categorias como Ns ou Vs; os dados em (12) revelam como essa restrição se aplica:

- (12) a. *Ela negou ser [AdjP corrupta] de que falaram.
b. Ela negou ser [DP a corrupta] de que falaram⁵.

⁴ Em português, a presença do determinante antecedendo o nome viabiliza construções como em (i), em que se pode procurar individualizar o João dentre muitos Joões, por meio da restritiva. Esse fato conduz a outra característica sintática de restritivas, que é o fato de só poderem modificar DPs.

- (i) O João que faz essas coisas não é meu primo.

⁵ Quanto às relativas apositivas, entende-se que sejam construções destinadas a exprimir “um comentário do locutor acerca duma entidade denotada por um SN, o antecedente da sentença relativa” (Duarte & Brito, 2003, p. 671). Contrariamente às restritivas, essas sentenças não trabalham para a construção do valor referencial do nome que as antecede. Duas vírgulas na escrita, representadas por duas pausas na fala, atribuem a essas orações caráter parentético. Entende-se ainda que o antecedente de uma apositiva precisa ser definido, algo como um nome próprio ou uma categoria sobre a qual não possa recair uma restrição constituída com base no conteúdo semântico da relativa. Contrariamente à restritiva, trata-se de uma oração de natureza sintática includente, já que se entende que ela crie um conjunto e inclua nesse conjunto todo elemento que contiver a etiqueta do antecedente. Para uma discussão de apositivas como estruturas coordenadas, ver de Vries (2006). Não vou me deter mais na questão das apositivas aqui, por entender que tal discussão encontra-se fora do escopo desta dissertação.

As relativas restritivas no PB foram postas em foco em perspectiva variacionista por Tarallo (1983). As descobertas de Tarallo mostram que, no vernáculo, relativas restritivas se constituem com base em estratégias específicas.

Para Tarallo, além da estratégia padrão, já atestada em dados como 6b e 7b, o PB apresenta construções como a que se encontra em (13b), que o autor chama cortadoras, e algo do tipo de (13)c, que se denomina relativa resumptiva.

- (13) a. Ela negou ser a pessoa com quem eu falei.
b. Ela negou ser a pessoa que eu falei.
c. Ela negou ser a corrupta que eu falei com ela.

A estratégia em b, segundo Tarallo, só ocorre em PB quando o DP relativizado é objeto de uma preposição. Nessa estratégia de relativização, a preposição que encabeça o sintagma, assim como o DP relativizado, encontra-se ausente.

A estratégia resumptiva se dá, como avalia o autor, na constituição de uma relativa em que não ocorre exatamente uma lacuna. A lacuna esperada no interior da relativa passa a ser preenchida por uma forma pronominal que é correferente com o DP núcleo da relativa. Essa estratégia, segundo o que registra o autor, seria encontrada em qualquer situação de relativização, enquanto a padrão estaria restrita a contextos de relativização de sujeito ou de objeto direto e a cortadora, como mencionado acima, seria restrita a contextos de relativização do objeto de uma preposição⁶.

Segundo Tarallo (1983), o processo de mudança no português com relação à estratégia de relativização padrão ocorre desde o século XIX, com uma gradativa substituição da estratégia com movimento (a que se chama padrão) do sintagma-wh, por uma estratégia baseada no apagamento (da preposição), a saber, a estratégia cortadora. A ideia, desenvolvida nesse estudo, em conformidade com Kato (1981), é a de que o fenômeno da relativização constituído com base na estratégia cortadora estaria diretamente relacionado ao fato de o falante fazer uso de categorias vazias em outros contextos anafóricos, como o que ocorre com a coordenação, por exemplo.

⁶ Trabalhos como o de Lessa de Oliveira (2006) propõem uma análise no sentido de incluir a estratégia resumptiva no processo de mudança no sistema de relativização do PB.

Corrêa (1998), também em estudo variacionista, mostrou que em PB relativas canônicas⁷ com preposição como o que acontece em (12b) ou (13a) não fazem parte da gramática natural dos falantes, sendo adquiridas via escola. Em seu estudo, a autora mostra que a relativa cortadora é a construção presente na fala, adquirida pelas novas gerações de falantes.

A seguir, ponho em foco alguns outros tipos de processo de relativização.

2.1.3. Correlativas

O termo ‘correlativa’ é empregado para se referir à combinação entre uma oração relativa e uma expressão nominal possivelmente não adjacente a ela. Diz-se então que esse tipo de oração realiza uma estratégia de relativização não local. Esse tipo de construção é muito comum em línguas antigas como o latim e o grego, por exemplo, ou em línguas modernas como o Hindi.

No processo de correlativização, uma oração relativa na periferia esquerda da sentença está diretamente conectada com um nominal no interior da sentença que segue a relativa. A seguir, um exemplo do Hindi encontrado em Bhatt (2010):

- (14) [jo sale-par hai] [Maya us CD-ko khari:d-egi:]
Rel promoção-em está Maya Dem CD-ACC comprar-Fut.F
‘o que está em promoção, Maya vai comprar este CD’

Bhatt (2010, p. 4)

O português, de maneira geral, não apresenta esse tipo de construção, exceto o PB (excepcionalmente) como estratégia para se livrar de conflitos de *matching*, como apontado em Medeiros Junior (2005).

Para Bhatt, correlativas são CPs específicos (o que ele chama de CorrCP) e são derivadas via movimento; para esse autor, essas construções representam-se pela seguinte configuração, na qual se percebe uma conexão entre todo o CP correlativo e a expressão nominal no interior da sentença que segue, bem como uma conexão direta entre o composto relativizador no interior do CP correlativo e a mesma expressão nominal no interior da sentença mais baixa:

⁷ Entenda-se aqui por relativas canônicas as que diferem dos dados avaliados por Tarallo (1983), relativas com núcleo e relativo regido por preposição.

(15) [CorrCP ...Rel-XP_i...] [TP ...Dem-XP_i...]

Correlativas apresentam, para De Vries (2002) as seguintes propriedades: 1) Têm núcleo interno; 2) Apresentam semântica de maximização; 3) São adjungidas à esquerda da matriz; 4) Mantêm relação com um pronome demonstrativo na matriz, o qual se refere ao núcleo relativo modificado; 5) Não são nominalizadas (i.e. não são DPs), mas CPs (De Vries 2002, p.40).

Segundo De Vries, razões para não se entender correlativas como DPs (e, portanto, não se poder emparelhá-las com relativas livres (observação minha)) encontram-se no fato de que essas estruturas nunca aparecem em posição de DP, ou mesmo devido ao fato de essas construções não apresentarem um determinante externo. Além disso, correlativas nunca recebem, nas línguas em que ocorrem, uma marca externa de Caso.

2.1.4. Relativas Circumnominais

Relativas circumnominais são construções que contêm núcleo interno e podem apresentar tanto semântica restritiva quanto semântica de maximização. O núcleo interno dessas construções é sempre indefinido e as orações são nominalizadas (ou seja, são DPs). Pelo que se observa, essas orações não apresentam elementos relativizadores, exceto afixos relativos.

Na definição de Culy (1990), uma oração restritiva com núcleo interno é uma sentença nominalizada, que modifica um elemento nominal (seja ele realizado ou não), que se encontra interno à sentença. (p. 27). Para Culy, relativas circumnominais são sentenças de categoria N', considerando o fato de que, quando presentes, determinantes e morfemas de Caso seguem a sentença relativa. Segundo De Vries (2006), apresentam a seguinte aparência:

(16) [DP [CP ... N ...] (D)]⁸

Contrariamente ao que ocorre com correlativas (consideradas CPs comuns), relativas circumnominais podem ocorrer em posições em que se espera um DP, via de regra apresentam um determinante externo e podem apresentar um marcador de caso realizado.

⁸ Para mais detalhes sobre a derivação e a estrutura de relativas circumnominais podem ser encontrados em Lehman (1986), Basilico (1996).

Línguas como o Quechua, o Mohave, o Latim e o Sânscrito apresentam esse tipo de construção relativa. O dado em (17), do Mohave, encontra-se em Munro (1976) e o dado em (18), do Quechua, acha-se em De Vries (2005).

(17) tadi:č-n^y hapuruy m-u:čo:-l^y p-i čam-m [MOHAVE]
 milho-DEF [pote SUJ.2-Fazer]-LOC SUJ.1-por-REAL
 ‘eu coloquei o milho no pote que você fez’ (Munro, 1976)

(18) Nuna bestya-ta ranti-shqa-n alli bestya-m ka-rqo-n [QUECHUA]
 [homem cavalo-ACC comprar-PERF-3] bom.cavalo-EVID ser-PASS-3
 ‘o cavalo que o homem comprou era um bom cavalo’
 (De Vries, 2005)

2.1.5. Relativas Adverbiais

Entende-se por relativa adverbial a relativa cujo núcleo exerce uma função adverbial dentro da sentença.

Uma relativa adverbial pode ser formada por meio de alguns processos distintos. É possível que se tenha o emprego de um pronome relativo comum, que se conecta a um nominal antecedente por meio de uma preposição, sendo esta proposição selecionada no interior da subordinada. Nesses casos, o pronome relativo tem obviamente uma função no interior da relativa e pode conter semântica locativa, por exemplo, ou temporal. É o que se vê nos dados em (19) e (20).

(19) Eles compraram a casa [em que ela morou]. (locativa)

(20) Tudo aconteceu no dia [em que chegamos de Paris]. (temporal)

Outra possibilidade é que se empregue uma espécie de advérbio relativo (*quando, onde, como*). Nesse caso, a própria natureza do advérbio relativo determina sua função no interior da relativa. Esse tipo de construção se parece muito com a anterior, sendo a diferença apenas

encontrada na forma morfológica do elemento que funciona como o relativizador⁹. Exemplos desse tipo de construção podem ser encontrados nos dados (21) e (22).

(21) Eles compraram a casa [onde ela morou].

(22) Tudo aconteceu naquele dia, [quando chegamos de Paris].

Uma relativa adverbial também pode ser construída sem a realização do antecedente, o que a caracteriza como uma relativa livre. É o que se vê no dado em (23):

(23) O João veio [quando_i eu chamei *e_i*].

Observe-se que, se considerarmos o dado em (23), é possível ver uma convergência entre dois momentos no tempo: o momento em que eu chamei e o momento em que o João veio. Segundo De Vries (2002), esse ponto no tempo é considerado como o pivô nesse tipo de relativa; assim, a lacuna na sentença passa a ser tomada como essa noção temporal conjunta.

Não é incomum haver confusão entre relativas adverbiais e adverbiais comuns. Todavia, a diferença entre um e outro tipo de sentença pode ser estruturada se considerarmos que adverbiais comuns não contêm a lacuna, esperada na oração relativa. Assim, o dado em (24) contrasta com o de (23) nesse sentido: em (24) não há um lacuna.

(24) O João veio [porque eu chamei].

A seguir, algumas considerações sobre as construções relativas sem antecedente expreso.

2.1.6. Relativas Livres

Relativas livres, como já se definiu no capítulo inicial, são relativas sem um antecedente nominal realizado. Essas sentenças têm sido tratadas nos muitos estudos relevantes sobre o tema ora como CPs, ora como DPs. Uma discussão detalhada disso pode ser achada em capítulo posterior.

⁹ Neste trabalho, em capítulos posteriores, propõe-se que a forma morfológica de elementos do tipo de *quando*, *onde*, *como* ou mesmo *quem* (nesse caso elemento com função subjetiva ou completiva) resulte de uma operação sintática que se reflete diretamente na morfologia (isso no caso da constituição de relativas livres), sendo que esses elementos em emprego com antecedentes nominais expressos são considerados formas homófonas com funcionalidade distinta.

A grande questão aqui é saber se é possível tipificar essas construções sintáticas. Segundo De Vries (2002), sim. Para esse autor, é possível bipartir relativas livres no que ele chama de verdadeiras relativas livres e falsas relativas livres. Entende-se por verdadeiras relativas livres algo como se vê em (25), em que a sentença relativa não se relaciona um N ou um D manifesto.

- (25) a. Eu mencionei [quem você convidou (para a festa)].
b. Ela chegou [quando todos saíram].
c. Maria morreu [onde moramos toda a nossa vida].

“Falsas relativas livres” – ou relativas semilivres – (exemplo em (26)) seriam aquelas que não apresentam um núcleo N realizado, mas que apresentam algum tipo de material D manifesto na posição do antecedente. Esse tipo de construção sintática é denominada relativa semilivre em Smits (1988), De Vries (2002), e Medeiros Junior (2005).

- (26) a. [O que molhar o pão no vinho] há de me trair.
b. Encontrei [os que você mencionou na reunião].

Estudos como os de Jacobson (1995) e Grosu & Landman (1998) têm proposto que a semântica de relativas livres é sempre maximalizante: ou a sentença é tomada como definida ou universal. Medeiros Junior (2005) e Marchesan (2008) avaliam dados do português do Brasil e corroboram esse tipo de análise.

De Vries (2002), entretanto, chama atenção para o fato de que esse tipo de interpretação só pode ser atribuída genuinamente a relativas livres verdadeiras. Para ele, relativas livres com material D manifesto (ou as falsas relativas livres) podem facilmente receber leitura genérica, a depender do tipo de D que as “encabeça”: havendo um pronome, a interpretação pode ser indefinida (a depender da natureza do pronome), havendo um determinante, a leitura/interpretação é alterada.

O dado em (27) é adaptado de De Vries (2002, p. 43):

- (27) Einer/jemand [der zu spät kam] wurd gestraft.
‘One/someone who came late has been punished’.
‘Um/Alguém que veio tarde foi punido’.

Além disso, segundo De Vries, outro ponto de distinção entre as duas refere-se ao efeito conhecido como *matching* que se supõe afetar relativas livres legítimas. O Caso atribuído ao Wh

precisa ser o mesmo na matriz e na subordinada, no caso de relativas livres verdadeiras, fato que não se aplica obrigatoriamente a falsas relativas livres, considerando-se o fato de que, nesses casos, o Wh recebe Caso na subordinada enquanto o núcleo D manifesto satisfaz os requerimentos da matriz. Nisso, relativas semilivres (ou falsas relativas livres) se aproximam de relativas com antecedente (núcleo) manifesto.

Grosu & Landman (1998) ainda consideram a existência de um terceiro tipo de relativas livres, a que eles chamam relativas livres *irrealis*. Para esses autores, relativas livres com uma forma verbal *irrealis* são CPs comuns, em contraste com a natureza D de relativas livres legítimas. Essas sentenças, na visão dos referidos autores, comportam-se como interrogativas no que concerne a uma série de questões sintáticas¹⁰. Relativas livres infinitivas, como o dado em (28) seriam exemplo típico de relativa livre *irrealis*.

- (28) a. O João não tem [do que reclamar].
b. Não há [do que ele não goste].

Um quarto tipo de relativa livre é a que se convencionou chamar relativa livre transparente (cf. Wilder (1998) e van Riemsdijk (1998, 2000)). Trata-se de um tipo de oração relativa livre em que o elemento-wh inicial (no caso da língua inglesa, sempre o termo *what*) é quase como um termo *dummy*¹¹. Nesses casos, a relativa contém uma espécie de predicado *small clause*, que condensa muitas das propriedades do pivô.

Nesses casos, é possível que se atribua à sentença uma interpretação indefinida, pois não há maximização. Entendem os referidos autores que é o predicado do tipo *small clause* no interior da relativa que interage com a matriz, constituindo a semântica e estabelecendo as relações sintáticas na estrutura.

2.1.7. Clivadas e Pseudo-clivadas

A clivagem é um processo por meio do qual se promove a focalização de um dado constituinte. Chama-se clivada a sentença que tem um de seus constituintes clivado (encaixado) na sentença, posicionando-se em geral entre uma cópula e um elemento complementizador. Temos no

¹⁰ Para uma discussão de relativas livres com traço *irrealis* em português, ver Medeiros Junior (2005, 2006).

¹¹ Sem função ou coringa.

processo de clivagem a constituição de uma estrutura complexa em que diferentes elementos encabeçam matriz e subordinada: a matriz é introduzida pela cópula, enquanto o complementador introduz a subordinada.

O dado em (29) contém uma sentença clivada:

(29) Foi O JOÃO que pintou o portão ontem.

Observe-se que o elemento focalizado (O João) segue a cópula na matriz, mas é na subordinada que se estabelecem suas funções gramaticais.

As sentenças pseudo-clivadas também são construções que se formam com o intuito de focalizar constituintes. Semelhantemente ao que ocorre com as clivadas, nas pseudo-clivadas também se focaliza um constituinte por meio do emprego de uma cópula. Entretanto, no lugar de um complementador comum, o elemento que conjuntamente com a cópula constrói a clivagem do constituinte é um sintagma-wh. Como observado em Resenes (2008), uma pseudo-clivada representa uma resposta adequada para uma pergunta-wh. Vejamos:

(30) a. Quem pegou o dinheiro do cofre?
b. Quem pegou o dinheiro foi o João.

As pseudo-clivadas são bipartidas em pseudo-clivadas predicacionais e pseudo-clivadas especificacionais. Os estudos a respeito dessas construções não são unânimes: Smits (1988), por exemplo, afirma que a interpretação não é importante para a análise das propriedades sintáticas dos dois tipos de sentença; segundo essa ideia todas as pseudo-clivadas são relativas livres. Entretanto, estudos como os de Meinunger (1997) e de Resenes (2008), esse último para o português, argumentam que pseudo-clivadas especificacionais são bem diferentes de relativas livres e que se aproximam, nesse caso, muito mais da estrutura de sentenças clivadas. Nos dados a seguir há exemplos respectivamente do que estamos chamando pseudo-clivada especificacional e pseudo-clivada predicacional.

(31) a. Quem estuda sintaxe é a Mary
b. Quem estuda sintaxe é inteligente

A diferença entre esses dois tipos de construção, no entanto, pode enfrentar algum tipo de dificuldade quando o elemento pós-cópula é um nome de interpretação genérica, que pode ou não ser tomado como um predicado. Observe-se o dado em (32).

(32) O que o João me contou era um segredo.

Essa sentença pode ser tomada como resposta a uma pergunta do tipo *wh* como “O que era aquilo que o João te contou?” ou todo o composto pode ser interpretado como tendo o elemento *segredo* focalizado numa estrutura típica de clivagem.

2.2. Relativização: Avaliando propostas de análise do Fenômeno

2.2.1. Preâmbulo de uma análise arrojada: o caminho da construção da hipótese de complementação a D.

Em texto seminal de 1964, Carlota Smith atesta originalmente que toda oração relativa é, na verdade, uma estrutura do tipo CP que complementa um D. Para essa autora, o determinante – elemento ao qual se relacionam noções como definitude ou especificidade – é de fato o responsável pela definição da aceitabilidade/não-aceitabilidade de uma oração relativa. A autora reconhece que é a presença do determinante que orienta para o tipo de relativa que é aceitável: apositiva ou restritiva num dado contexto.

O que Smith (1964) propunha era, portanto, o que se percebe inevitavelmente ao se analisarem as propriedades e o funcionamento de relativas, em sua relação com um determinante na sentença. Essa ideia se dá a perceber nos dados a seguir:

(33) O menino, que é o representante da sala, falou firme com os colegas.

(34) *Qualquer menino, que é o representante da sala, falou firme com os colegas.

Smith já considera nesse trabalho que marcadores relativos são produzidos como parte do determinante e que ambos compartilham, dessa forma, propriedades semânticas. A autora avalia ainda a propriedade que uma sentença tem de poder ser encaixada em outra como relativa quando as duas compartilham um nominal comum.

Observe-se que essa noção é retomada em estudos atuais como o problema do pivô (cf. De Vries 2002), assim como a noção de complementação a D é retomada em Vergnaud (1974) e “reenergizada” em Kayne (1994).

Ross (1967) propõe o que veio a ser conhecido como a teoria padrão para o processo de relativização. Para ele, orações relativas são estruturas em adjunção a um sintagma nominal¹², modificadores, portanto, hipótese à qual também ocorre a proposta de Chomsky (1977).

Outro trabalho nessa linha é o de Jackendoff (1977), que prevê uma distinção no comportamento de relativas restritivas e apositivas. Para ele, restritivas precisam estar sob o escopo do determinante, enquanto apositivas não podem estar abarcadas por ele. Essa hipótese prevê, portanto, que apositivas sejam conectadas a um nível mais alto que restritivas.

Em Chomsky (1977) encontra-se uma abordagem que se concentra na avaliação da estrutura interna de orações relativas. Para ele, relativa, interrogativa, exclamativas e outros tipos de construções sintáticas são derivados por meio do mesmo processo básico que é o do deslocamento-wh.

Toda a proposta de Chomsky (1977) para a construção de sentenças que envolvam operadores é baseada naquilo que ele denominou gramática nuclear que, segundo essa visão, se constitui de dois grupos de regras básicas: (1) duas regras transformacionais e (2) três regras interpretativas, tais como dispostas a seguir.

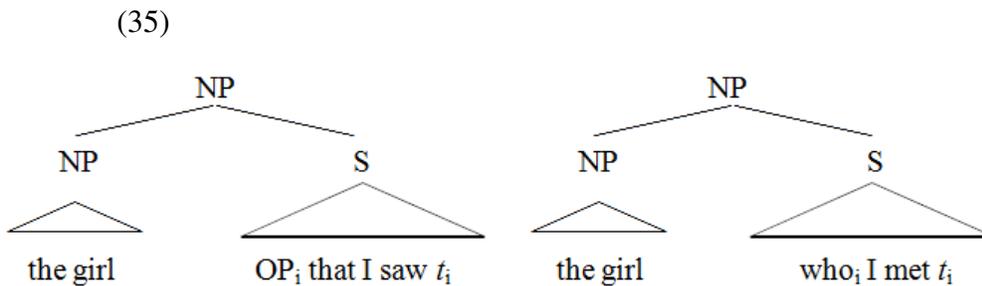
1. a. Mover NP
b. Mover wh

2. a. Regra recíproca: atribui a cada uma das partes o traço [+anafórico a *i*] numa estrutura contendo NP_{*i*}
b. Anáfora ligada: atribui a um pronome o traço [+anafórico a *i*] numa estrutura contendo NP, no contexto [_{NP} – Possessivo – N_{*x*}]
c. Referência disjunta: atribui a um pronome o traço [-anafórico a *i*] numa estrutura contendo o NP_{*i*}

(Chomsky 1977, p. 72)

¹² Outro trabalho nessa linha é o de Jackendoff (1977), que prevê uma distinção no comportamento de relativas restritivas e apositivas. Para ele, restritivas precisam estar sob o escopo do determinante, enquanto apositivas não podem estar abarcadas por ele. Essa hipótese prevê, portanto, que apositivas sejam conectadas a um nível mais alto na árvore.

Propor que interrogativas e relativas se aproximam devido ao processo que as origina (a saber, o movimento-wh) significa entender que a lacuna no interior da relativa e a posição do COMP (CP em terminologia mais moderna) nessa mesma oração estão conectadas por meio do movimento-wh de um pronome relativo ou de um operador vazio. Os diagramas a seguir evidenciam o modelo de relativização de *On wh-movement*:



No trabalho de Vergnaud (1974), resgatam-se algumas das questões levantadas em Smith (1964). Para esse linguista, orações relativas são construções sintáticas em que se estabelece uma ligação estreita entre CP e D e, além disso, em oposição ao que ficou conhecido como “análise de Matching” – hipótese delineada em Lees (1960) e Chomsky (1965), que se estruturava basicamente em regras de apagamento por identidade – Vergnaud propõe o que ele mesmo chama de *promotion analysis*.

A *promotion analysis* prevê que, em construções relativas, o nome relativizado (uma projeção N, não NP) é alçado do interior da oração relativa e se posiciona fora da subordinada. Nas palavras do próprio Vergnaud:

“It appears then that there is considerable evidence for analyzing restrictive relativization as involving the promotion of an element from an embedded sentence into a matrix sentence in which it fills an originally empty slot”

(Vergnaud, 1974, p. 68)

Essa hipótese de relativização vai ganhar força e espaço com a proposta de Kayne (1994), que se põe em análise na seção seguinte.

2.2.2 O Modelo *Raising* de Kayne (1994)

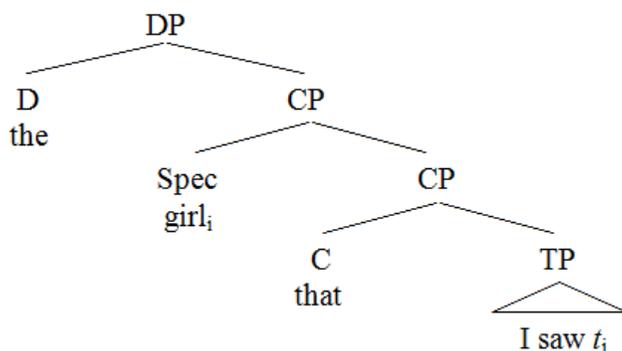
Quando Kayne tratou do assunto orações relativas em 1994, a visão sobre o processo da relativização ganhou novo fôlego, embora, como se pode perceber pelo apanhado feito na seção anterior, boa parte de suas ideias já estivessem descritas em Smith (1964) e Vergnaud (1974). O próprio autor admite na página 87 que a análise de Vergnaud parece mesmo ser mais apropriada para descrever o fenômeno. Mas, agora, Kayne formula sua abordagem nos termos do LCA (o *Linear Correspondence Axiom*), o qual prevê que a ordem linear resulta diretamente de relações hierárquicas na sintaxe.

Nos termos do axioma, a adjunção à direita – visão que explicava as relativas em trabalhos clássicos como Ross (1967), Chomsky (1977) e Jackendoff (1977) – é banida por completo, o que conduz, além das evidências sintáticas levantadas nos dados, a uma visão da complementação de D. Nesses termos, a oração relativa teria a seguinte configuração:

$$(36) \text{ [DP D}^0 \text{ CP]}$$

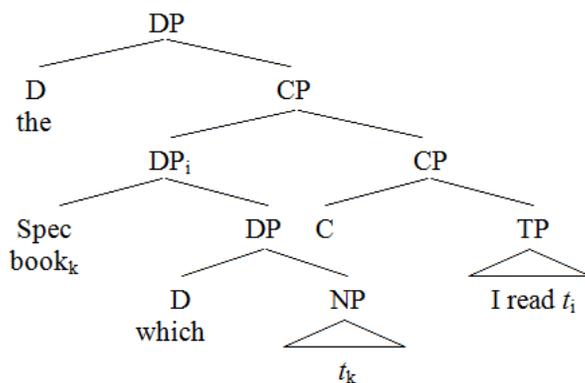
A ideia básica é que pronomes relativos originam-se como determinantes de nomes. No decurso da derivação, esses nomes são separados por movimento dos pronomes relativos e posicionam-se fora da oração relativa. Relativas em inglês, segundo essa proposta, são derivadas de duas maneiras a depender do tipo de construção. Relativas com *that* constituem-se com base no diagrama em (37); relativas-*wh*, com base no que se vê em (38)¹³:

(37)



¹³ O Modelo *raising* tem sido adotado de forma integral para a análise de relativas do português nos trabalhos de Areas (2002, 2005 e 2007). Para Areas, relativas do português são sentenças do tipo *that* do inglês, com o elemento-*wh* (que) e, portanto, derivam-se como em (36). Para uma análise alternativa a essa proposta, ver Kato & Nunes (2009).

(38)



Problemas para o modelo *raising* de derivação de relativas têm sido apontados em alguns estudos sobre o tema. Uma das questões principais tem sido a de determinar as razões para a última instância de movimento que afeta o NP em seu caminho ao Spec de uma categoria c-comandada por D.

Trabalhos como o de Bianchi (1999) atribuem o movimento do NP a requerimentos do D externo, que possui traços- ϕ e traços de Caso (traços que compartilha com o NP) e que precisam ser descarregados. Observe-se, entretanto, que esse movimento para Spec-DP ou Spec-XP (seja qual for a categoria mais alta antes de D) viola princípios sintáticos básicos. Uma vez que o movimento só se aplica depois que o CP é concatenado a D, e considerando que esse movimento não desloca a categoria para uma projeção da árvore, temos claramente uma violação de ciclicidade.

Outro problema com essa análise, este apontado por Aoun & Li (2003), tem a ver com as propriedades seletivas de pronomes relativos na língua inglesa. A questão é: se pronomes relativos são mesmo, em sua origem, determinantes que tomam NPs como complemento, que tipo de restrição nas propriedades seletivas dos pronomes relativos como um todo estabelece o paradigma e (principalmente) as divergências seletivas existentes entre *who* e *which*, já que *which* não pode tomar um NP com traço [+animado] como complemento, sob pena de se ter a agramaticalidade da relativa? Esse problema se dá aperceber em (39) logo a seguir:

(39) *the [boy]_k [which t_k]_i I saw t_i

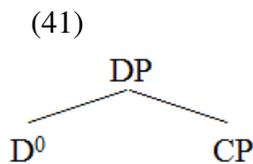
Apesar desses e de outros problemas apontados na literatura para o modelo *raising*, passo a adotar, nesta dissertação, a proposta de Kayne para o fenômeno das relativas, por entender que ela fornece uma possibilidade de análise que contém teor explicativo elevado.

Essa proposta de análise tem ainda um ponto altamente relevante para a avaliação dos dados, que é o fato de capturar a relação direta inegável que se estabelece entre o determinante e a frase relativa em si, conforme se vê nos dados a seguir: a oração relativa é, na verdade licenciada pela presença do determinante. Na sentença sem o determinante, a frase relativa não é licenciada e a estrutura não é convergente¹⁴.

(40)a. *Menino que eu vi estava perdido dos pais.

b. O menino que eu vi estava perdido dos pais.

Como se verá no capítulo a seguir, a hipótese da complementação a D vai, na verdade, ser crucial para a estrutura de relativas livres que adoto no corpo da tese. A hipótese que buscarei sustentar nos capítulos subsequentes é a que se encontra formulada em Medeiros Junior (2005), que está baseada em propostas como as de Caponigro (2002) e Citko (2004), para quem relativas livres em posição argumental são construções com a etiqueta DP, apresentando uma estrutura como a que se mostra em (41).



2.3 Conclusões parciais

Neste breve capítulo, procurei avaliar o fenômeno da relativização, do ponto de vista sintático e em termos de sua funcionalidade semântica. Busquei fazer um levantamento seletivo que os

¹⁴ Observe-se que, no PB, relativas também são licenciadas em contextos de modificação de nominais nus com interpretação genérica como em (i):

- (i) **Bicho** que mora no mato come insetos.

Essa constatação, entretanto, não invalida a análise em termos da dependência entre o determinante e a oração relativa tal como proposta em Kayne (1994), já que as construções como as de (i) apresentam características rígidas como a obrigatoriedade da forma verbal que integra a relativa no presente, consequência da leitura genérica dada ao nominal nu. A sentença em (ii), por exemplo, é no mínimo pouco comum:

- (ii) ??Bicho que morou no mato come insetos.

estudos ao longo dos tempos têm dado ao fenômeno, na tentativa de demonstrar como as análises caminharam no sentido da implementação do modelo que é o mais adotado ultimamente, que é o modelo *raising*.

Foi possível observar que a base do modelo de relativização proposto em Kayne (1994) já se vinha constituindo em várias abordagens desde Smith (1964), para quem a relação entre a relativa e o determinante se mostrava de maneira incontestável. Além disso, a proposta do alçamento do núcleo da relativa (NP relativizado) do interior da relativa para a satisfação de requerimentos da matriz já era uma visão arquitetada em Vergnaud (1974).

Ao fim da revisão, deixo claro optar pela análise no modelo *raising*, (apesar dos eventuais problemas que essa análise possa vir a apresentar) tendo em vista que se trata da hipótese que de fato se coaduna com o modelo de relativização livre que pretendo defender no decorrer desta tese.

No próximo capítulo, faz-se um apanhado das questões concernentes ao fenômeno das relativas livres e aos efeitos de compatibilidade (*matching*) que se supõe afetarem esse tipo de construção sintática.

RELATIVAS LIVRES: ESTRUTURA E EFEITOS DE COMPATIBILIDADE UM PASSEIO PELAS ABORDAGENS DO FENÔMENO

As discussões sobre o comportamento sintático ou mesmo sobre a natureza semântica de RLs têm ocupado muitos estudiosos em diversos trabalhos relevantes sobre o tema, situações em que se tem procurado definir pontos como estrutura, derivação e interpretação desse tipo de construção sintática específica.

Este capítulo traz um apanhado e uma revisão de alguns dos principais estudos sobre o tema, numa tentativa final de avaliar qual das propostas parece mais interessante para a análise dos dados que se levantou para a realização da presente pesquisa.

Parte da discussão que se constitui neste capítulo é feita com base nas abordagens anteriores devotadas ao fenômeno e na análise desenvolvida em Medeiros Junior (2005, 2006), para quem a derivação de RLs envolve um processo de amálgama sintático entre os núcleos C e D implicados no processo de relativização.

O capítulo acha-se dividido da maneira que segue: na primeira seção, retomo algumas questões sobre relativas livres na perspectiva da teoria da gramática; na segunda seção, discuto questões relativas aos efeitos de compatibilidade a que se supõe que relativas livres estejam sujeitas. A seção três traz a discussão sobre casos em que não se vê *matching* (efeito de compatibilidade) em RLs do PB. Nas seções 4 e 5 procuro avaliar dados do PB e delinear uma proposta de análise para RLs, enquanto na seção 6 centro-me na análise das pseudo-clivadas. A última seção traz as conclusões do capítulo.

3.1 O Problema das Relativas Livres na Perspectiva da Teoria da Gramática

A discussão sobre em que posição se encontra o pronome relativo (ou termo-wh), ou mesmo de qual seja a natureza da palavra-wh que introduz relativas livres têm sido pontos debatidos nas muitas análises do tema até o ponto em que nos encontramos. Essas e outras questões como qual a natureza estrutural de RLs, ou como essas construções sintáticas são derivadas tem impulsionado inúmeros pesquisadores a investigar tais construções sintáticas e o resultado tem de fato se revertido em avanços para a compreensão da constituição estrutural e do funcionamento dessas estruturas.

Uma das grandes questões sobre o tema também tem sido a de tentar providenciar evidências suficientes para demonstrar a diferença estrutural entre RLs e construções que se assemelham a elas (algumas vezes até mesmo causando algum tipo de confusão) que são as interrogativas indiretas.

Em Rocha (1990) e Medeiros Junior (2005) a questão da distinção entre RLs e interrogativas indiretas é debatida intensamente. Para ambos os autores, há algumas distinções estruturais básicas entre os dois tipos de sentença.

Para Medeiros Junior, mais especificamente, há entre os dois tipos de construção uma distinção estrutural: em interrogativas indiretas o sintagma-wh encontra-se em Spec-CP devido às propriedades associadas ao núcleo C e os traços correspondentes a essa categoria compartilhados pela palavra-wh. Seguindo Rizzi (1997), Medeiros Junior propõe que nesses contextos específicos um traço [+wh] é diretamente selecionado pelo predicador na matriz, contrariamente ao que acontece com RLs. Esse fato específico seria responsável pelo posicionamento do sintagma-wh na posição de especificador do CP.

Medeiros Junior ainda apresenta uma diferença clara em termos de comportamento sintático entre RLs e interrogativas indiretas (o que pode ser usado como elemento de diferenciação entre as duas estruturas), que é a questão do *pied-piping* da preposição, totalmente viável em interrogativas indiretas, mas bloqueado em RLs, como se pode ver nos casos A e B a seguir:

- A. Ela perguntou [de quem]_i o João gosta t_i .
- B. *A Maria convidou (para a festa) [de quem]_i ela não gosta t_i .

O mesmo autor ainda comenta, avaliando trabalho de Alvarenga (1981), o fato de se poder inserir a estrutura é que logo após o sintagma-wh em perguntas indiretas, procedimento que também é bloqueado em RLs. Todas essas distinções sintáticas, segundo Medeiros Junior, devem-se à diferença estrutural entre os dois tipos de construção em questão. A análise de RLs segundo a proposta de Medeiros Junior (2005) encontra-se detalhada na seção 3.1.5, deste capítulo.

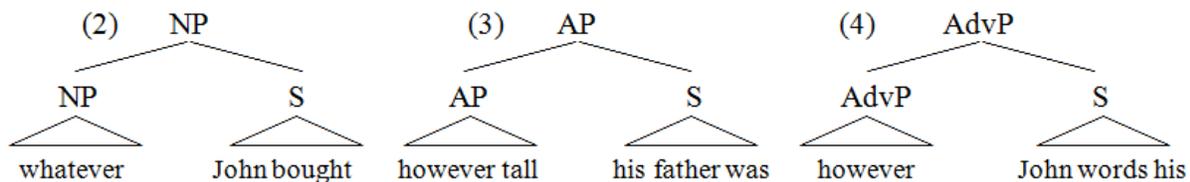
Daqui em diante, passo a analisar as propostas mais relevantes sobre a estrutura e derivação de relativas livres e a analisar os problemas que cada uma das análises pode enfrentar.

3.1.1 Proposta de Bresnan & Grimshaw (1978)

A principal tarefa do artigo de Bresnan & Grimshaw, de 1978, (assim como muitos trabalhos sobre o tema) talvez seja a de constituir uma argumentação consistente no sentido de mostrar como RLs e interrogativas indiretas se diferenciam sintática e semanticamente. Para Bresnan e Grimshaw, orações relativas livres não se estruturam por meio de movimento do sintagmas-wh, como acontece com as interrogativas indiretas. Para essas linguistas, em RLs, palavras-wh são geradas na base e a lacuna necessária nesse tipo de estrutura se forma por outra razão que não movimento, o que as autoras chamam de *controlled pro deletion* (apagamento controlado de *pro*): um pronome resumptivo é gerado na oração encaixada e, entrando numa relação de identidade referencial com o sintagma-wh na oração mais alta, é apagado; dessa forma, o que se tem na lacuna dentro da relativa é uma categoria pronominal nula. É o que se pode ver em (1), exemplo adaptado das autoras:

- (1)
- I'll buy [_{NP} what [you are selling [_{pro}]]]
- ↓
- ∅

Para essas autoras, RLs apresentam a seguinte estrutura:



Segundo essa proposta, as RLs estariam sujeitas ao efeito de combinação categorial (*category matching*), em que a categoria da palavra-wh, no início da sentença, deve ser a mesma de toda a RL. A probabilidade de estruturação sintagmática de uma relativa livre seria tão variada quanto as possibilidades de subcategorização dos verbos nas orações matrizes de períodos com essas

construções. Os dados exibidos em (5), (6), (7) e (8) – das próprias autoras – permitem a observação do efeito de combinação categorial.

(5) He'll reach [_{NP} [_{NP} whatever height] his father did].

(6) He'll get [_{AP} [_{AP} however tall] his father did].

(7) *He'll reach [_{NP} [_{AP} however tall] his father did].

(8) *He'll get [_{AP} [_{NP} whatever height] his father did].

São gramaticais somente as sentenças em que a categoria da palavra-wh combina com a categoria sintagmática selecionada pelo predicador da matriz.

Bresnan e Grimshaw (1978) mostram que palavras-wh em RLs do inglês apresentam uma propriedade morfológica típica, que é a de poderem receber um sufixo *-ever*, o que diferencia RLs de interrogativas indiretas, conforme se pode observar nos dados postos logo abaixo (p. 334):

(9) I'll buy what he is selling.

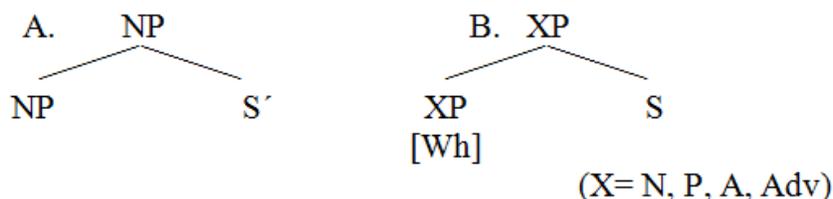
(10) I'll inquire what he is selling.

(11) I'll buy what[ever] he is selling.

(12) *I'll inquire what[ever] he is selling.

Na visão dessas autoras, só com a geração na base do sintagma-wh de RLs é que se pode explicar o *matching*, o que quer dizer que imaginar a palavra-wh no domínio do C é não ter uma explicação razoável para os requerimentos de combinação.

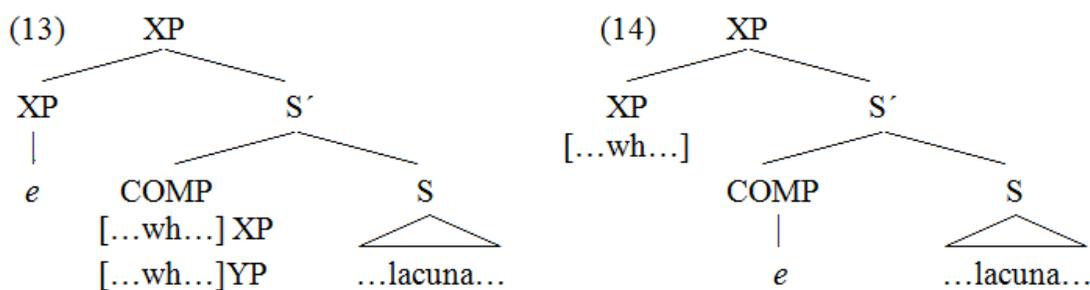
Uma crítica a essa proposta pode ser encontrada em Larson (1987), para quem a estrutura de RLs proposta por Bresnan & Grimshaw é pouco elucidativa no sentido de diferenciar RLs de relativas comuns (que é uma das intenções dessas autoras), considerando o fato de que a estrutura proposta para relativas livres e a já conhecida estrutura interna apontada para relativas comuns não parecem apresentar diferenças estruturais ainda que mínimas para separar um tipo de construção do outro. O gráfico em A, apresenta a proposta de estrutura de relativas comuns e a representação em B apresenta a estrutura de RLs segundo Bresnan & Grimshaw:



3.1.2 Hipótese de Gross & van Riemsdijk (1981) / van Riemsdijk (2000)

Gross & van Riemsdijk (1981) retomam a discussão sobre o tema e avançam na compreensão do funcionamento dessas sentenças. Em sua proposta, conhecida como Hipótese de Acessibilidade do Comp ou simplesmente Hipótese do Comp, como os próprios autores denominam, são apresentadas duas estruturas para as RLs: uma com o sintagma-wh em Comp, com o antecedente vazio, e outra com a palavra-wh localizada no núcleo do sintagma antecedente do C.

Diversamente do que afirmavam Bresnan e Grimshaw (1978), prevê-se que o efeito de combinação é possível mesmo em línguas em que se considera o núcleo de Comp como sendo a posição em que se encontra o sintagma-wh. Assim, seria o termo-wh e não a categoria nominal vazia que antecede a relativa, o elemento relevante para a satisfação ou não das exigências da matriz¹. As possibilidades estruturais para Gross e van Riemsdijk são as seguintes:



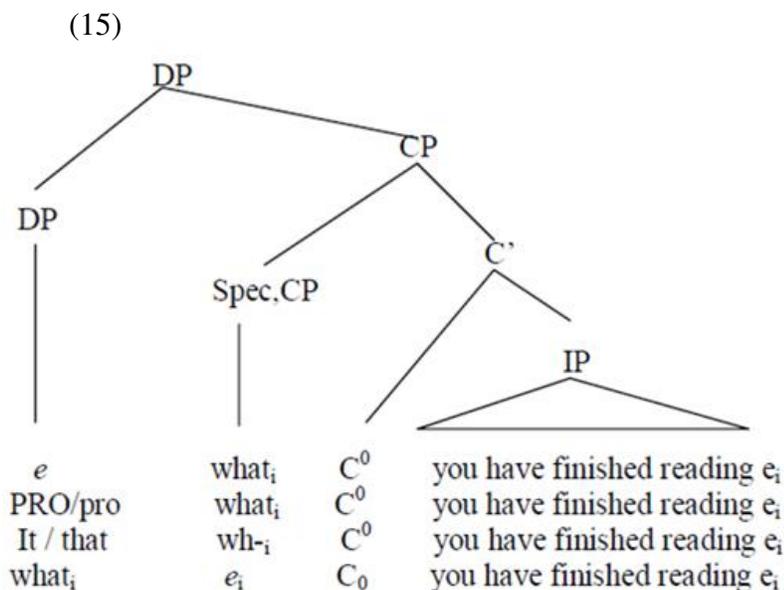
Para esses linguistas, pode haver línguas que apresentem o efeito de combinação e outras em que ele não se manifeste. A ideia é que em línguas com efeito de combinação, o sintagma-wh encontra-se no núcleo do Comp, o qual passa a ser sintaticamente acessível para a satisfação de

¹ Trabalhos com a mesma temática e discussão recorrente são os de Suñer (1983, 1984). Para uma visão diferente do fenômeno em que se aponta a categoria vazia PRO como o elemento que encabeça relativas livres com *matching*, ver Harbert (1983).

exigências da matriz, tais como subcategorização e marcação de caso. Em outras palavras, o CP de relativas livres, segundo essa hipótese, seria transparente e acessível, em línguas em que ocorre o *matching*. O elemento no núcleo do Comp é o único que se encontra disponível na sentença para satisfazer os requerimentos de Caso do predador da matriz, já que a posição do antecedente achasse vazia².

Essa proposta mostra-se mais interessante para uma apreciação do fenômeno das RLs, pois toca uma questão que parece crucial na derivação desse tipo de construção sintática, que é o problema envolvendo palavras-wh e a atribuição de Caso, questão já amplamente discutida em Vogel (2001, 2002, 2003), Medeiros Junior (2005, 2006, 2009), Marchesan (2008), dentre outros trabalhos.

Essa mesma ideia é desenvolvida em van Riemsdijk (2000), trabalho em que se propõe que as línguas possam apresentar configurações distintas, parametricamente definidas, para a estrutura de RLs. Inclui-se ainda a proposta de análise de RLs considerando uma hipótese de movimento do sintagma-wh para a posição de Spec-CP. Para van Riemsdijk, as possibilidades estruturais de uma sentença como *You must return to the library what you have finished reading* são as seguintes:



² Proposta semelhante, de acessibilidade do Comp pode ser encontrada em Hirschbüler & Rivero (1983).

3.1.3 Análise de Móia (1992)

Moía (1992) avalia relativas livres (seguindo Suñer³ (1983, 1984)) como sendo sentenças cujo antecedente é uma categoria *pro* vazia não anafórica. Sua intenção original é explicar a distribuição desse tipo de sentença e, para isso, constitui uma análise em termos dessa propriedade sintática das relativas sem antecedente.

Para o autor, a categoria vazia que antecede a relativa livre é gerada na base. Assim, para Móia, o seguinte composto de hipóteses caracteriza RLs:

- (i) Uma relativa livre é categorialmente um SCOMP⁴ dominado por um SN cujo núcleo é uma categoria vazia, a qual funciona como antecedente (nulo) da relativa.
- (ii) A categoria vazia em questão é tipologicamente um pronominal nulo não-anafórico, convencionalmente designado *pro*.

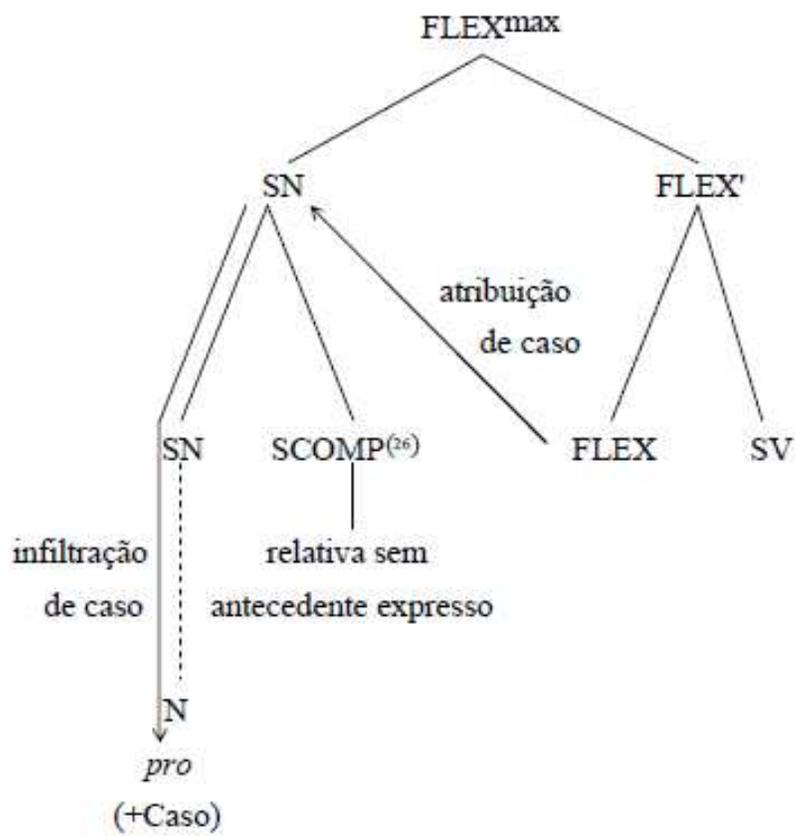
Segundo essa análise (formulada no panorama da regência e ligação), a categoria *pro* é licenciada pelo núcleo Flexional (quando em posição de sujeito), ou pelo predador da matriz, quando em posição de subcategorização. Assim, *pro* é sempre regido e pode subsistir nos contextos em questão. Os diagramas a seguir são dados por Móia como representações formais da hipótese que defende⁵.

³ A análise de Suñer é constituída com base na hipótese do COMP, com o sintagma-wh no domínio do CP, ligando uma categoria vazia na posição de antecedente.

⁴ Um CP, em linguagem mais atual.

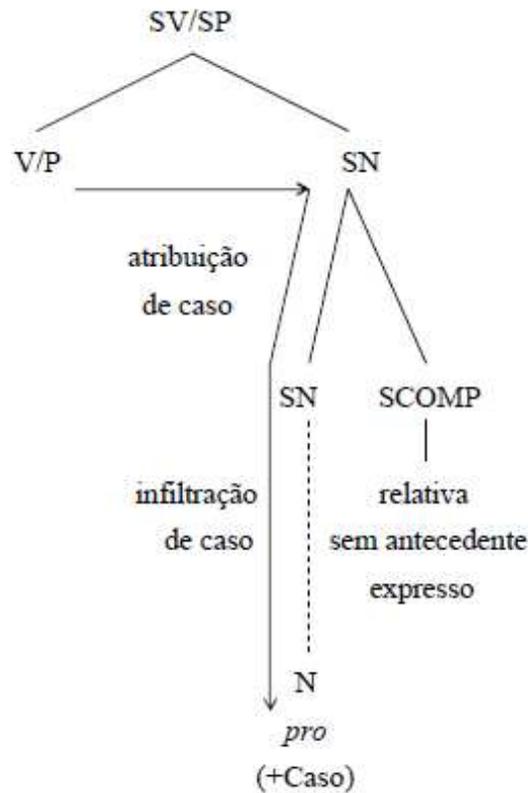
⁵ Numeração original do texto.

(163)



(Móia, 1992, p 49)

(164)



(Móia 1992, p. 50)

3.1.4 A proposta de Caponigro (2002)

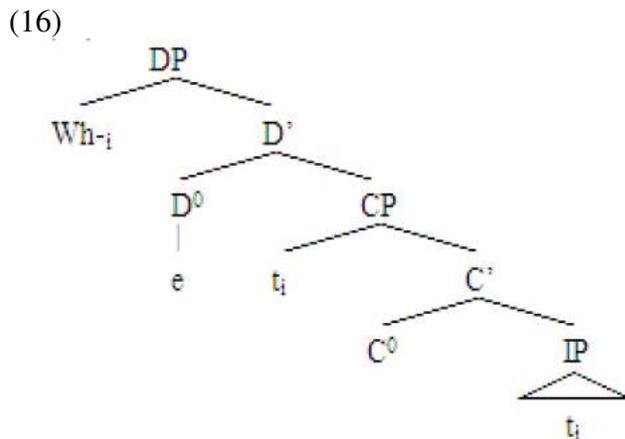
A tese de Smith (1964), revisitada por Vergnaud (1974) e revigorada em Kayne (1990) de que orações relativas são CPs que mantêm uma relação sintática direta com um D (servindo-lhe de complemento), tem inspirado muitos trabalhos que avaliam a estruturação de relativas livres.

Um trabalho nesse sentido é o de Caponigro (2002). A proposta desse autor é que relativas livres sejam DPs com um D silencioso, que tem um CP por complemento. Segundo essa proposta, as palavras-wh nessas sentenças encontra-se em Spec-DP, por uma necessidade de licenciar o D encoberto, o que – segundo o autor – só pode acontecer num contexto de concordância; nesse caso, a configuração Spec-head.

A argumentação no sentido da necessidade de licenciamento do D silencioso com movimento do sintagma-wh para D se constrói com base no que postula Koopman (2000). Para Koopman, há uma espécie de restrição nas línguas, que bloqueia uma projeção sintática encabeçada por um núcleo ou por um Spec encoberto. É necessário haver algum tipo de material fonológico em Spec ou no

núcleo, propriamente, sob pena de que essa projeção não receba uma interpretação adequada na interface semântica.

Para Caponigro (2002), relativas livres apresentam, portanto, a seguinte estrutura⁶:

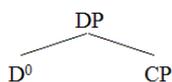


Caponigro opõe-se à ideia de que relativas livres sejam CPs comuns, tal como argumentado em Vogel (2001, 2002, 2003), ou Gross & van Riemsdijk (1981), ou mesmo Rooryck (1994), considerando questões sintáticas consistentes como a impossibilidade de extração em relativas livres e a possibilidade da aplicação desse procedimento em interrogativas indiretas (CPs comuns por natureza), por exemplo. É o que se pode ver nos dados a seguir (análise do Italiano) adaptados do próprio autor:

- (17) a. * Queste sono le ragazze_i che odio [_{FR} chi ha invitato e_i]. (Relativa Livre)
 These are the girls_i that I hate [who invited e_i].
- b. Queste sono le ragazze_i che so [_{wh-Q} chi ha invita to e_i]. (Interrogativa Indireta)
 These are the girls_i that I know [who invited e_i].

(Caponigro 2002, p. 3)

⁶ Outra análise de relativas livres como DPs pode ser encontrada em Citko (2004), para quem RLs têm a seguinte estrutura:



Além disso, o autor argumenta que relativas livres podem ser parafraseadas por relativas com antecedente expreso e serem encontradas em posições em que se esperam DPs. É o que se pode ver nos dados a seguir:

- (18) a. I appreciate [_{RL} what you did for me]. a'.
b. I appreciate [_{DP} your help].

- (19) a. [_{RL} Who couldn't sleep enough] felt tired the following morning.
b. [_{DP} The insomniacs] felt tired the following morning.

(Caponigro 2002, p. 1)

Outro argumento empregado pelo autor é o de que em muitas línguas há construções em que um CP aparece diretamente complementando um D, como é o caso do espanhol, no dado que se vê a seguir:

- (20) [_{DP} [_D El] [_{CP} que no trabaja]] no come⁷.
the-MASC-SG that not works not eats
'The one who does not work does not eat.'

(Caponigro 2002, p. 5)

A análise de Caponigro, constituída com base na hipótese do DP para relativas livres parece de fato conter uma intuição interessante sobre o fenômeno, que é o fato de ter o sintagma-wh em posição externa à subordinada, encabeçando a relativa, o que faz que toda a estrutura seja inevitavelmente tipificada como uma composição do tipo D. Esse tipo de análise dá conta de fatos como a distribuição de RLs ou mesmo das questões de requerimento dos predicadores da matriz e da subordinada, o que está diretamente associado às questões de *matching*.

⁷ Observe-se que esse tipo de ocorrência também é extremamente comum em português, como se pode ver em (i) e (ii), a seguir:

- (i) O que fizer tal coisa será condenado.
(ii) O que não trabalha não come.

Observe-se que, “ao final do dia”, a estrutura de RLs para Caponigro é muito parecida com a que Bresnan & Grimshaw (1978) propõem para o fenômeno; com a ressalva – é claro - quanto ao tipo de processo que origina essas construções: movimento para o primeiro e geração na base das palavras-wh para as últimas linguistas.

A proposta de Caponigro (2002) é adaptada para o português por Marchesan (2008). A autora aceita de forma praticamente integral a visão de Caponigro, observando algumas peculiaridades do português.

A proposta de trabalho dessa dissertação tem como base a visão de Caponigro e pretende basear-se nela para avançar.

3.1.5 A Análise de Medeiros Junior (2005)

Em Medeiros Junior (2005) propõe-se, seguindo Caponigro (2002), que a estrutura de relativas livres seja a de um DP com a palavra-wh em Spec-DP, chegando aí por meio de movimento. A proposta de Medeiros Junior (2005), entretanto, guarda algumas diferenças básicas da proposta de Caponigro.

Tomando por base os dados do português do Brasil e partindo da hipótese de Rocha (1990), segundo a qual palavras-wh em relativas livres correspondem a um amálgama morfológico entre um elemento pronominal e um morfema relativizador, Medeiros Junior (2005) propõe que esse amálgama morfológico corresponda a uma operação na sintaxe de incorporação dos núcleos C e D diretamente implicados no processo de relativização.

A ideia básica para essa proposta é constituída com base em indícios semânticos e sintáticos.

I. Motivação Semântica

Interpretação da palavra-wh

Em uma sentença como a que se mostra em (21), a interpretação de *quem* está diretamente associada ao fato de que se tem, em um só termo, fundidos um D e um pronome relativo.

(21) Maria não conhece quem_i você trouxe t_i para a festa.

(Medeiros Junior (2005), p. 66)

A forma lógica de uma sentença como essa seria a seguinte: para todo x, tal que você trouxe x para a festa, Maria conhece x. Trata-se de uma leitura de quantificação universal em RLs, o que está relacionado diretamente à natureza da palavra-wh nessas construções. A quantificação universal se confirma pelo fato de que, nesses contextos, a RL pode ser parafraseada por *aqueles que* e *aquele que*, conforme ilustrado em (22):

- (22) a. Maria conhece [**aqueles / aquele /as pessoas que**] você trouxe para a festa.
b. Maria conhece **quem** você trouxe para a festa.

II. Motivação Sintática

Do contraste entre dados como os que aparecem em (23) e (24), constrói-se a hipótese de estrutura para relativas livres que aparece em (25).

- (23) a. O João mencionou quem você viu.
b. *O João mencionou a pessoa quem você viu.

- (24) a. O Jô entrevista quem senta na cadeira.
b. *O Jô entrevista quem que senta na cadeira.

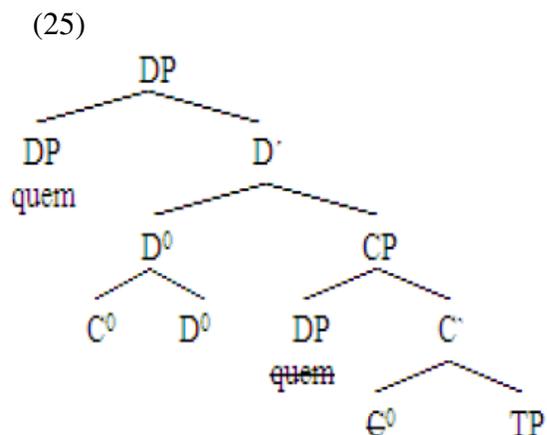
A agramaticalidade da sentença em (23b) indica que a posição do DP anterior ao termo-wh, isto é, a posição do antecedente, está bloqueada para a inserção de qualquer elemento de natureza nominal na presença do morfema *quem*, introdutor da oração relativa, o qual supostamente corresponde à fusão entre o antecedente e o pronome relativo.

Da mesma forma, o dado em (24b) revela que a posição do núcleo C em relativas livres não pode ser preenchida sob pena de se tornar a sentença agramatical. Considere-se o fato de que em outras construções do português, o preenchimento de C quando há material em Spec-CP é perfeitamente viável, como o que se pode ver em A e B, logo abaixo:

A. Quem que você beijou?

B. O João quer saber quem que pegou o dinheiro do cofre.

A pergunta de Medeiros Junior (2005) é: porque (24b) não é possível? Surge a hipótese de estrutura para RLs em (25)⁸:



Segundo essa hipótese, a posição do antecedente não pode ser realizada morfológicamente porque se entende que a palavra-wh já esteja nessa posição. O núcleo nesses casos não pode ser realizado em posição inferior à do sintagma-wh porque não se encontra mais disponível naquela posição. Além disso, essa análise ainda aponta questões como a distribuição – relativas livres ocorrem em posições em que DPs são esperados – para garantir que essas construções são mesmo de natureza D.

A vantagem dessa proposta em relação à de Caponigro (2002) está exatamente no fato de ela prover uma explicação satisfatória para (24b), problema com o qual não se tem de lidar em língua inglesa.

Em Medeiros Junior (2009), a discussão avança e ocorre a proposição de que a tipologia de relativas livres em português seja bipartida: relativas livres são DPs em posição argumental e PPs em posição de adjunto. Segundo as discussões nesse trabalho, há dois tipos de relativas livres que

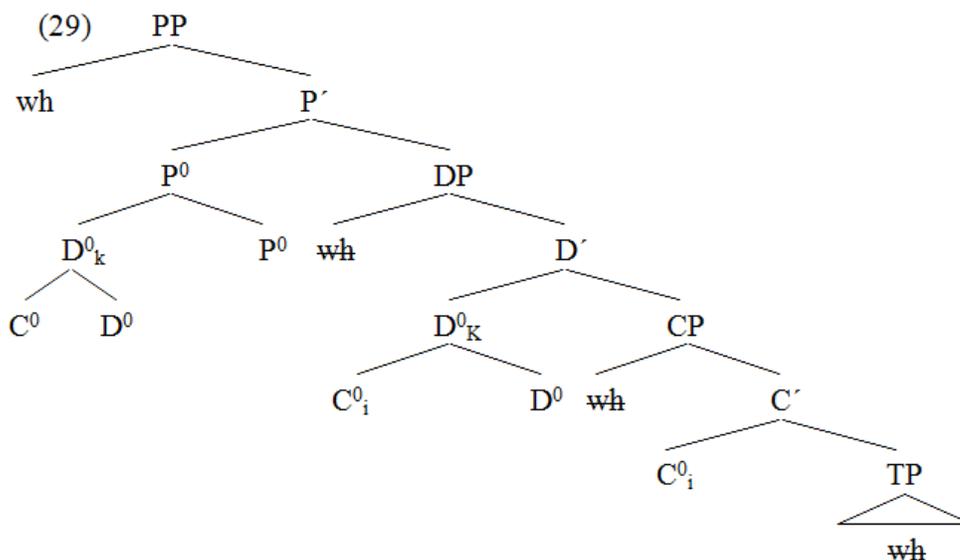
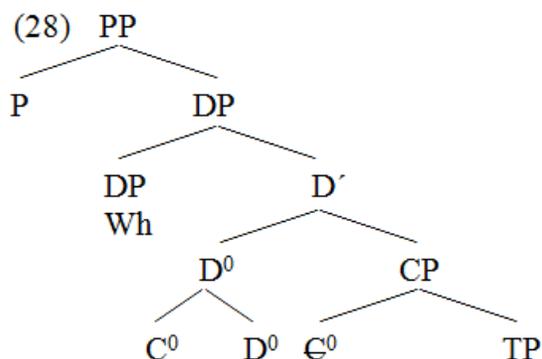
⁸ O fato de existir na derivação um item lexical (quem, quando) que satisfaz aos requerimentos de dois núcleos funcionais distintos, C⁰ e D⁰, pode conduzir à postulação que a forma morfológica desse item reflete uma operação de incorporação de núcleos (nos termos do que propõe Baker (1988), sendo essa operação específica em relação ao “amalgama” que caracteriza orações relativas livres, bem como seu comportamento sintático-semântico. Como propõe Baker (1988, p. 428), os princípios da morfologia não se constituem numa subparte de qualquer nível da gramática, como o léxico ou a Forma Fonológica; antes, constituem componentes semi-independentes da gramática, que, como tais, exigem representações em qualquer um ou em todos os níveis de descrição linguística.

aparecem em posição de adjunto: aquelas que são DPs complementos de um P (como se vê em (26)) e aquelas que são PPs típicos (como a que aparece em (27))⁹

(26) Mudamos a reunião [PP para [DP quando todos estavam disponíveis]].

(27) Ele morreu [pp quando nós estávamos na cidade].

As estruturas respectivas aparecem em (28) e (29) a seguir.



⁹ A análise de Medeiros Junior (2009) traz, para o cenário das discussões, uma questão interessante: a redução da quantidade de categorias de RLs a apenas duas, quais sejam, a dos DPs em posição argumental e a dos PPs em posição não argumental. Isso evita a necessidade de se criarem estipulações *ad hoc* sobre a existência de uma ampla variedade de categorias, para dar conta das muitas possibilidades geradas pelos requerimentos de *matching*, tal como se via em propostas anteriores.

A proposta de Medeiros Junior será mantida neste trabalho devido ao fato de parecer ser a que mais respostas provê para a avaliação das questões concernentes aos dados do português do Brasil. Uma possibilidade de análise que também poderia responder positivamente às questões postas quanto à sintaxe de relativas livres é a de Ott (2011), cujas bases são avaliadas na seção 3.1.8.

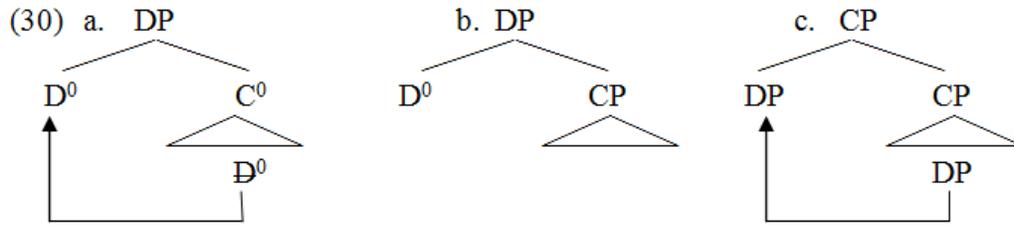
3.1.6 A proposta de Donati (2006)

Em trabalho de 2006, Caterina Donati também avalia relativas livres como DPs, embora a proposta para a derivação desse tipo de sentença seja um pouco diferente de tudo o que foi apresentado até aqui.

Donati afirma que a derivação de relativas livres se dá por meio de movimento-wh. Entretanto, para Donati, nesse contexto sintático específico, o wh se move como núcleo e se adjunge a CP. A ideia que a autora constrói, seguindo Chomsky (2005), é a de que esse tipo de movimento do sintagma-wh para a periferia da sentença resulta numa dupla possibilidade de projeção de uma etiqueta para o composto: é possível que o C se projete, constituindo uma legítima estrutura de adjunção a CP, ou pode ser que o D se projete, constituindo um DP como categoria máxima. Nesse caso, o processo de adjunção do núcleo a CP muda as propriedades do alvo, que passa, em termos mais diretos, a configurar como um complemento do núcleo D, projetando, portanto, um DP. Essa ideia é totalmente constituída com base na hipótese de que em RLs, o sintagma-wh é de fato um núcleo.

Assim, a proposta de Donati prevê que o wh, movendo-se como núcleo, além de checar o traço-wh de C, como acontece normalmente, equipete a sentença com o traço-D necessário para a interpretação. Segundo essa visão, interrogativas indiretas e relativas livres envolvem a presença do mesmo traço não-interpretável em C, o qual é checado por meio de movimento de sintagma em interrogativas e por movimento de núcleo nas RLs. A diferença entre relativas livres e relativas plenas estaria relacionada ao fato de que em relativas livres o D é movido e em relativas comuns ele é concatenado.

Os diagramas a seguir evidenciam a proposta de Donati e mostram, segundo essa hipótese, a diferença estrutural e derivacional entre relativas livres (a), relativas comuns (b) e interrogativas indiretas (c):



Um problema para essa análise, apontado em Ott (2011) é o fato de que ela não consegue prover uma análise razoável para as relativas livres do tipo PP, já que a questão crucial está no fato de o *wh* ser um núcleo, mover-se como tal e projetar-se a si mesmo ao final do percurso da derivação.

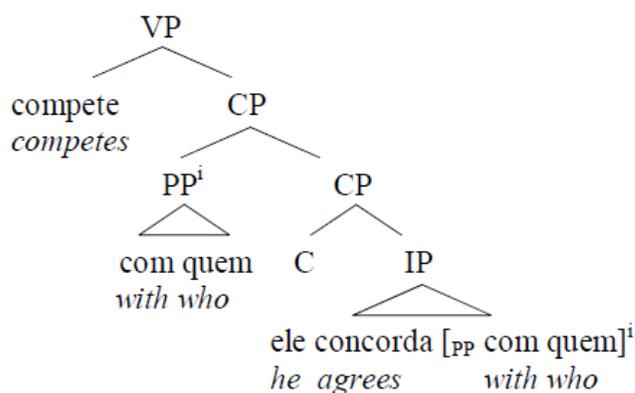
Outra questão não muito clara na proposta de Donati e que deriva inevitavelmente da primeira, apontada acima, é como lidar com o *matching*, já que – segundo essa visão – o movimento-*wh* produz sempre DPs (considerando a hipótese de que o *wh* se mova sempre como núcleo na derivação dessas estruturas).

3.1.7 A análise de Kato e Nunes (2009)

Kato e Nunes (2009) também analisam relativas livres como resultando de movimento-*wh*. A proposta, entretanto é a de que a derivação envolve adjunção do sintagma-*wh* movido a CP, o que, na visão dos autores, explica questões típicas de relativas livres como o *matching*.

A ideia básica na derivação de uma sentença como *Ele só compete com quem ele concorda* é que em algum ponto da derivação, o CP encaixado tenha sido formado e o verbo *competir* seja selecionado na numeração. O verbo *competir* da matriz e o CP não podem ser concatenados nesse ponto da derivação devido às propriedades seletivas do verbo *competir*: esse verbo não seleciona um CP. Nesse ponto da derivação, o traço [+*wh*] de C sonda o PP *com quem*. Já que nesse contexto um *set merge* não é permitido, devido à incompatibilidade de traços desses dois elementos, o sistema computacional opta por um *pair merge* e adjunge PP a CP. É o que mostra o diagrama a seguir:

(31)



(Kato & Nunes 2009, p. 87)

A hipótese de Kato e Nunes é interessante para resolver o problema do *matching*, que surge com a proposta de Donati, além de se ter – por essa visão – um território, digamos, “ambíguo” em que se tem uma relação estabelecida tanto com o que está na matriz, quanto com o que aparece na subordinada. Mas essa abordagem não parece prover uma resposta apropriada para o fato de não se poder preencher o núcleo C de relativas livres¹⁰, tal como apontado em Medeiros Junior (2005), já que – segundo essa análise – o PP “com quem” encontra-se em adjunção a CP, de onde se supõe que o núcleo C dessa construção ainda esteja disponível. Estando C ainda disponível, o que, então, inviabilizaria a ocorrência de RLs com o preenchimento de C, segundo essa proposta? A análise implementada não faz qualquer previsão a esse respeito.

3.1.8 A hipótese de Ott (2011)

Ott (2011) analisa a derivação de relativas livres no panorama de fases do Programa Minimalista. Para esse autor, a aplicação cíclica de *transfer* em estágios sucessivos da derivação pode explicar, sem que se precise recorrer a uma solução ad-hoc, a derivação de relativas livres em oposição à derivação de CPs comuns como é o caso das interrogativas indiretas.

A ideia básica dessa proposta é a seguinte: baseando-se em Chomsky (2000 e trabalhos subsequentes), que atesta(m) que uma derivação qualquer se processa em etapas (fases) em que o

¹⁰ Mais uma vez é importante observar que, quando temos interrogativas (matrizes ou indiretas), como o que ocorre em *Com quem ele concorda?*, ou *Me pergunto com quem ele concorda*, verifica-se a possibilidade de preencher o C dessas construções (*Com quem que ele concorda?*, e *Me pergunto com quem que ele concorda*), procedimento bloqueado no caso de RLs (**Só convidado quem que ele indica*).

material relevante para a componente fonológica é mapeado nessa componente, é possível compreender a assimetria RLs / Perguntas indiretas pelo simples andamento da derivação.

O efeito de *transfer* para a componente fonológica, segundo o que propõe Chomsky, é que os traços não-interpretáveis dos itens lexicais precisam ser eliminados de modo que o objeto sintático resultante atenda aos requerimentos do Princípio de Interpretação Plena (FI – do inglês *Full Interpretation*), ou seja, esse objeto sintático precisa incluir apenas símbolos que possam ser interpretados na interface semântica (cf. Chomsky, 2008).

Se levarmos em conta que, segundo o que propõe Chomsky, *vP* e *CP* são as Fases relevantes (ou Fases fortes), temos que o domínio dessas fases (i.e. o complemento de *v* e *C*) sofre *transfer* automaticamente assim que todos os traços não-interpretáveis são eliminados. Nesse ponto da derivação, apenas a periferia da fase e aquilo que se encontra nela encontra-se visível para o prosseguimento da derivação. É importante lembrar também que, segundo essa visão, o sistema computacional faz a exigência de que um núcleo adjacente ao núcleo da fase forte (não sendo ele mesmo um núcleo de fase forte (T ou V)) herde os traços não interpretáveis do núcleo da fase forte (cf. Chomsky, 2008).

A proposta de Ott, baseada, portanto, no programa de fases é a de que uma relativa livre, em determinado ponto da derivação, receba uma etiqueta *CP* e em outro ponto ela seja reconhecida como um *DP*.

Ott propõe, com base na análise do *CP* encaixado de interrogativas, que *RLs* não contenham traços formais interpretáveis (como os contêm as interrogativas, já que o sintagma-*wh* que as integra carrega um traço de pergunta que é selecionado pelo predicador da matriz). Assim, relativas livres apresentam apenas traços não interpretáveis, como por exemplo, traços de concordância, enquanto interrogativas carregam esses traços, na presença da força de pergunta, que a sentença assume. Assumindo, portanto a lógica da interpretação plena, o núcleo de uma fase forte que não porte traços interpretáveis depois que o núcleo mais alto herda seus traços, deve ser eliminado do espaço de trabalho da derivação com a aplicação de *Transfer*, juntamente com seu domínio. O exemplo a seguir é do autor:

(32) (I eat) [_{CP} what_i ~~C_{FR}~~ [_{TP} you T_φ cook ~~t_i~~] (Ott, 2011, p. 186)

O autor chama a atenção para o fato de que se a etiqueta de um sintagma é igual à projeção do núcleo que a encabeça (na visão de Chomsky), a etiqueta *CP* se perde no momento do transfer de

um CP da RL que só contém traços não-interpretáveis. Na próxima fase, então, (vP na matriz) só o sintagma-wh continua visível. Considerando que o sintagma-wh seja um elemento nominal, o autor conclui que, sendo o único elemento visível na fase seguinte um termo de natureza nominal, na fase do vP da matriz, a relativa livre é interpretada como um DP, como se vê em (33):

(33) [_{vP} eat [_{DP} what_i [_{CP} [_{TP} you_j T_φ cook_t]]]]

(Ott, 2011, p. 186)

A proposta de Ott (2011) parece conter argumentação razoável para a dupla possibilidade de interpretação da estrutura de RLs (DPs ou CPs) e também provê uma explicação para o fato de não se poder lexicalizar o núcleo C de RLs. Nesse caso, no ponto em que a relativa é interpretada como um DP, o núcleo já foi apagado juntamente com o domínio da fase por não conter os traços interpretáveis relevantes.

A análise de Ott (2011) poderia ser tomada como uma proposta alternativa à de Medeiros Junior (2005) – que pretendo manter neste trabalho – para a qual se encontram algumas evidências nos dados da diacronia. No capítulo 4, o qual discute em detalhes a proposta que se pretende atingir nesse trabalho, retorno a esse ponto específico.

3.2 *Matching*: a questão dos efeitos de compatibilidade

O efeito de compatibilidade ou *matching* representa uma propriedade excepcional de relativas livres. Entende-se que a natureza do sintagma-wh nesse tipo de sentença precisa ir de encontro às propriedades requeridas na matriz e na subordinada, para que se tenha uma boa formação da sentença.

Em toda a literatura encontra-se a proposta de dois tipos de *matching*: a) o *matching* de Categoria e b) o *matching* de Caso ou *Case matching*.

3.2.1 *Matching* categorial

A proposta do *matching* categorial foi delineada em Bresnan & Grimshaw (1978). Trata-se da ideia segundo a qual a categoria da palavra ou sintagma-wh precisa ser a mesma na subordinada e na matriz, sob pena de termos a má-formação da sentença. Segundo Bresnan e Grimshaw (1978), o fato

de serem as palavras-wh em RLs geradas na base justificaria o entendimento do fenômeno como estando sujeito ao efeito de combinação categorial. Uma hipótese como movimento do sintagma-wh para a periferia da sentença poderia resultar no inesperado (um PP se movendo quando um DP é esperado na matriz).

Um problema na análise de Bresnan e Grimshaw, discutido em Larson (1987), é o de que a argumentação em favor de uma combinação categorial parece enfraquecida na medida em que uma gama de outras categorias sintagmáticas poderia aparecer onde se esperaria a ocorrência de um PP (sintagma preposicional) ou de um AdvP (sintagma adverbial), como ilustrado em (34a -b) e (34c -d), respectivamente:

- (34) a. John will leave [_{PP} on Thursday].
b. John will leave [_{NP} the day that Max arrives].
c. I worded my letter [_{AdvP} carefully].
d. I worded my letter [_{NP} the way that you told me to].

3.2.2 *Case matching*

A expressão *Case Matching* é utilizada para designar um tipo de efeito de combinação que ocorre quando o C(c)aso que recebe a palavra-wh em relativas é o mesmo que está sendo atribuído a esse termo pelo predicador da oração principal (Sauerland 1996). Em outras palavras, o que orienta uma visão do *Case Matching* em RLs é o fato de que precisa haver uma combinação exata entre as exigências do caso do verbo da matriz e as do verbo da subordinada para que a sentença seja bem formada.

Como já mencionado em Medeiros Junior (2005), para Vogel (2003), partindo da hipótese de combinação de caso, as línguas diferem quanto a (I) se apresentam ou não RLs; (II) se apresentam apenas RLs com efeito de combinação ou todos os tipos de RLs sem esse efeito. Línguas que apresentem as características identificadas no grupo (II); quando surgem conflitos entre a forma do pronome para o caso atribuído ao constituinte-wh na matriz e o que se lhe atribui na subordinada, elegem parametricamente estratégias para eliminar esses conflitos e garantir a boa-formação das sentenças. Uma boa pergunta a se fazer nesse instante seria: em que grupo se enquadra o português? Resposta para essa questão pode ser encontrada na seção 3.2.3.

As línguas se comportam de maneiras distintas quando o assunto é conflito no (C)caso sendo atribuído ao termo-wh. Em algumas línguas o wh realiza o caso da matriz e deixa o da subordinada sem ser realizado; é o que se pode encontrar em islandês e no grego moderno.

Em outras línguas, como é o caso do alemão, o caso da relativa precisa ser realizado e o da matriz apagado para que se dê fim ao conflito. Há línguas, como o coreano, em que se observa uma estratégia de correlativização como alternativa a sentenças em que ocorre o conflito de caso¹¹.

Muito da argumentação sobre *Case matching* só tem sido aplicada a línguas com a marcação de Caso na morfologia (cf. Vogel 2001, 2003). Entretanto, Medeiros Junior (2005) observa que talvez as restrições quanto a esse tipo de efeito de compatibilidade também possam se aplicar a línguas com Caso abstrato, como é o caso do português.

A visão da natureza do sintagma-wh como resultado de uma fusão morfossintática entre os elementos relacionados às posições C e D (tal como delineado em 3.1.5) acaba por apresentar um impacto na questão do *matching*. Medeiros Junior (2005) analisa dados como os de (35) para construir sua argumentação:

- (35) a. *A Maria só conversa com de quem ela gosta.
b. *A Maria conhece com quem você saiu.

Muito comuns no vernáculo, construções como a de (36a) logo a seguir mostram que, em face do conflito de Caso evidenciado em (35a), o apagamento do marcador de Caso da subordinada funciona como estratégia alternativa para resolver o conflito. Sem o elemento que concorra com o predador na matriz em termos de atribuição de Caso, caracterizando uma relativa livre cortadora¹², a sentença converge. Além disso, (36b) também constitui uma estratégia não padrão resumptiva de estruturação de relativas livres, altamente frequente em PB.

¹¹ Discussão geral sobre as estratégias para resolução de conflitos de Caso pode ser encontrada em Medeiros Junior (2005).

¹² Observe-se que o que se registra em Medeiros Junior (2005) é a existência, entre as relativas livres do PB, de estratégias de relativização não-padrão, do tipo das que são descritas em Tarallo (1983) para a estruturação de frases relativas com antecedentes no PB. A questão da existência de relativas livres cortadoras é também debatida em Lessa de Oliveira (2008) e Kato e Nunes (2009).

- (36) a. A Maria só conversa com quem ela depende¹³.
b. A Maria conhece quem você saiu com ele.

Medeiros Junior (2005) ainda aponta algumas construções interessantes encontradas no PB, que é o que se vê em (37):

- (37) a. A Maria só implica com quem ela conversa.
b. O João só gosta de quem ele depende.

Em (37) a e b, temos o que Medeiros Junior (2005) chamou crase de preposições, situação em que a preposição selecionada na matriz é exatamente idêntica à selecionada na subordinada; em (a), *implicar com* (na matriz) e *conversar com* (na subordinada); em (b), *gostar de* (matriz) e *depende de* (subordinada). Nesses casos, a sentença é completamente aceitável, já que o *matching* é obedecido.

Às observações levantadas em Medeiros Junior podem-se somar ainda questões interessantes quanto à realização do Caso abstrato em RLs. Parece que o PB, a exemplo de línguas com marcação de caso na morfologia, apresenta uma preferência pela realização do caso da matriz em situações de conflito; se um dos marcadores de Caso tiver de ser apagado, ele tem de ser o da subordinada, como se pode ver em (38) e (39) a seguir:

- (38) a. *O João conversou com por quem você se interessa.
b. *O João conversou por quem você se interessa.
c. ?O João conversou com quem você se interessa.

- (39) a. *O Pedro riu de com quem nós brigávamos.
b. *O Pedro riu com quem nós brigávamos.
c. ?O Pedro riu de quem nós brigávamos¹⁴.

¹³ A gramaticalidade de sentenças como essa, no que concerne ao *matching* pode ser explicada por meio do que alguns autores chamam sincretismo de Caso, que é o fato de a forma do pronome relativo ser a mesma para o nominativo e o acusativo, por exemplo, ou para o acusativo e o caso oblíquo.

¹⁴ Parte dos falantes testados teve dificuldades em aceitar essa sentença com a interpretação desejada, embora a maioria tenha avaliado a sentença como boa. Quanto a (38) c, grande parte dos falantes testados prefere uma reativa livre resumptiva do tipo de *O João conversou com quem você se interessa por ele*.

Como se pode ver, as evidências nos dados parecem apontar para o fato de que algumas das estratégias de resolução de conflito de Caso, apontadas por Vogel (2001; 2003) como exclusivas de línguas com morfologia casual rica, podem ser observadas em línguas sem morfologia de Caso, como o PB.

Uma proposta de estruturas D para relativas livres como a que se constrói em Medeiros Junior (2005) também dá conta de um problema levantado em Vogel (2001), que é o de ter de lidar com o fato de que, em RLs, o sintagma-wh parece receber Caso duas vezes no decurso da derivação. Numa visão como essa, tal problema inexistente. Isso porque, se a hipótese é a de que RLs em PB apresentam a estrutura de um DP, considerando-se uma visão do amálgama que envolve palavras-wh em sentenças desse tipo, o sintagma-wh satisfaz as exigências de Caso do verbo na subordinada e, após a derivação de toda a sentença relativa, tem-se uma espécie de DP complexo; o traço de Caso do predador mais alto é então descarregado no núcleo D do complexo (D+C), que nesse caso encabeça toda a estrutura; dizendo de outra maneira, o sintagma-Wh satisfaz os requerimentos do predador mais baixo e a relativa livre como um todo satisfaz os requerimentos do predador na matriz.

3.2.3 E quando não combina? Relativas livres sem *matching* no PB?

Segundo a tipologia de Vogel (2003), pode haver línguas em que o *matching* é obrigatório, outras em que ele não ocorre ou mesmo línguas em que há relativas livres com e sem o efeito de compatibilidade.

Medeiros Junior (2005) levanta algumas questões quanto às relativas livres que contêm uma forma verbal *irrealis*. O autor mostra que o PB apresenta alguns enunciados contendo relativas livres que não parecem sujeitas ao requerimento de compatibilidade, como é o caso dos dados em (40):

(40) a. O João não tem [DP [PP [do que]_i reclamar t_i]].

b. A Maria sempre acha [DP [PP do que]_i se lamentar t_i]].

(Medeiros Junior 2005, p. 83)

Grosu & Landman (1998) propõem que RLs podem ser marcadas com um traço [*realis*] ou com um traço [*irrealis*]. RLs *realis* apresentam uma forma verbal com interpretação definida, cujo evento descrito é efetivamente realizado. RLs *irrealis* designam um estado de coisas que não tem atualização efetiva. Grosu e Landman propõem que essa questão semântica específica interfere de forma definitiva na estrutura de RLs. Relativas livres *realis* apresentam a distribuição de um DP; o antecedente nesses casos é entendido como uma expressão interna ao sintagma complementador. Já as relativas *irrealis*, sentenças cujo evento que designam se considera sem possibilidade definida de atualização, se comportam como CPs comuns, o que as aproxima de interrogativas indiretas.

Uma observação detida dos dados mostrará que, em RLs com um traço *realis* (como (38) e (39)), o *pied-piping* da preposição é proibido, enquanto em RLs com traço *irrealis* (dados em (40)), o *pied-piping* ocorre livremente. Obviamente que nos casos de relativas livres *irrealis*, o efeito de compatibilidade não é obedecido e mesmo assim as sentenças são bem-formadas. Não há uma resposta em Medeiros Junior (2005) para essa questão.

Considerando que seja o traço *irrealis* o responsável por essa divergência no comportamento das sentenças, às infinitivas, soma-se o problema das subjuntivas em português, que também apresentam esse mesmo traço. Os dados em (41) evidenciam essa questão:

(41) a. Não há [DP [PP do que o João não goste]].

b. Quem tem [DP [PP com o que me pague]] a mim nada deve.

Marchesan (2008) defende (contrariamente ao que fazem Caponigro (2002), Grosu & Landman (1998) e Medeiros Junior (2005)) a ideia de que nem todas as sentenças infinitivas que são consideradas relativas livres sejam de fato relativas livres. Para essa autora, o mínimo necessário para que se considere que uma sentença em PB é uma relativa livre (tenha ela um traço *irrealis* ou não) é que ela respeite os efeitos de compatibilidade. Em outras palavras, o que Marchesan está propondo é que o PB seja uma língua de 100% *matching*, no que concerne às RLs. Para ela, um enunciado como (42) apresenta uma relativa livre, mas os de (40), não.

(42) O João não tem [o que fazer no sábado]

A autora não considera que questões sintáticas consistentes como a possibilidade de se poder fazer a extração do interior da subordinada em (41) sejam um impedimento para que se a categorize

como uma relativa livre. A rigor, o procedimento de extração do interior de uma relativa livre é bloqueado pela restrição do NP complexo. Na visão de Marchesan, as infinitivas que aparecem em (40) são na verdade relativas comuns com um núcleo nominal indefinido em que todo o DP antecedente é omitido.

É fato que as tais relativas livres com traço *irrealis* (as infinitivas e as subjuntivas) são orações que só se constituem em contextos especiais: trata-se de complementos de verbos existenciais e denotam eventos sem consumação precisa e que, portanto, representam quase que casos excepcionais. Entretanto, trata-se de caso curioso e que merece uma investigação mais detalhada.

A ideia de que relativas livres em PB precisam atender minimamente à restrição de *matching* parece interessante, no sentido de que, com essa visão, pode-se atingir uma análise unificada para o fenômeno em português, embora – é óbvio – algumas propriedades sintáticas das sentenças com um traço *irrealis* ainda precisem de uma análise mais detida, assim como ainda se precise chegar a uma conclusão mais apurada sobre o tipo de sentença subordinada que se tem em (40) e (41). Uma análise em termos do *matching* obrigatório pode, porém, prover uma explicação para o porquê de a língua apresentar estratégias para se livrar das possíveis violações do requerimento de compatibilidade, levantadas em Medeiros Junior (2005).

Passo, portanto, a assumir com Marchesan (2008) a hipótese de que sem *matching* é impossível ter uma relativa livre.

3.3 Outros casos de *mismatching*: para além das infinitivas e subjuntivas (uma análise alternativa a Marchesan 2008)

Muitos estudos têm focado especificamente relativas livres em posição de sujeito, considerando o fato de que essas sentenças parecem apresentar um comportamento divergente no que concerne ao *matching*. Pontos de vista sobre o que pode estar acontecendo com essas sentenças são divergentes.

A opinião geral é a de que o *matching* não precisa se aplicar a relativas livres em posição de sujeito nas línguas *pro-Drop*. É o que se pode ver em Hirschbühler & Rivero (1983), Suñer (1984) e Grosu (1994). A sentença (43), em espanhol, foi retirada de Grosu (1994):

(43) Com quien quiero casar vive a la vuelta.

(Grosu, 1994)

‘Com quem quero casar mora na esquina’

O português do Brasil parece exibir um contraste interessante. Sejam os dados em (44) e (45):

- (44) a. [DP [PP *De quem]_i o Pedro não gosta t_i] veio para jantar.
b. DP [PP *Com quem]_i o João falou t_i] possui um apartamento na Paulista.
c. [DP [PP *Por quem]_i a Maria se interessa t_i] comprou um carro novo.

- (45) a. [DP [PP De quem]_i o João gosta t_i] é um mistério insondável.
b. [DP [PP Com quem]_i a Ana sai t_i] não é da sua conta.
c. [DP [PP Por quem]_i eu me interesso t_i] é de conhecimento público.

O PB, quanto a esse tipo de construção parece enfrentar o seguinte paradoxo: relativas livres em posição de sujeito devem combinar... ou não. O que pode estar de fato afetando esse tipo de construção?

É importante procurar entender como a questão das relativas livres subjetivas tem sido abordada nos estudos sobre o tema, para que se possa avaliar detidamente os dados e o problema do português. Observe-se o panorama a seguir.

3.3.1 A análise de Suñer

Para Suñer (1983, 1984), línguas que apresentam sujeito nulo autorizam relativas livres que não se sujeitam ao efeito de compatibilidade (Matching). Em línguas não *pro-Drop*, o matching é obrigatório. É exatamente o que ocorre em espanhol, como o revela o dado em (43).

De acordo com a discussão que se encontra em Izvorski (1997), é exatamente isso o que parece estar acontecendo nas línguas eslavas. Observem-se os dados.

BÚLGARO

- (46) a. [FR S kogoto govoriš] pečeli sânstezanieto.
‘with whom speak-2sg wins the-race’
Whoever you speak with wins the race
b. [FR Kogoto celuneš] pečeli sânstezanieto.
‘Who-ACC kiss-2sg wins the-race’
Whoever you kiss wins the race

POLONÊS

- (47) a. [FR Z kimkolwiek porozmawiasz] zrozumie cię.
'with whoever wiil-talk-2sg will-understand-3sg you'
Whoever you talk to will understand you.
- b. [FR Kogo nie zapytasz] wskże ci drogę.
'Who-ACC not will-ask-2sg will-show-3sg you way'
Whoever you ask will show you the way.

(Izvorski, 1997)

A proposta de Suñer, baseada na hipótese do COMP, atesta que a núcleos não realizados fonologicamente em relativas livres correspondem a *pro* e que a categoria vazia *pro* precisa ser determinada; a determinação dessa categoria vazia é atingida por meio de compatibilidade de caso (*Case matching*).

De acordo com a autora, em línguas *pro-Drop*, quando a RL está em posição de sujeito, *pro* é automaticamente determinado por Infl, sendo, nesse caso, o requerimento de compatibilidade totalmente dispensado. Segue-se dessa ideia que em línguas não *pro-Drop* o Infl não pode determinar *pro* e, nesses termos, o requerimento de compatibilidade precisa ser atendido.

3.3.2 A análise de Harbert (1983)

Também com base na Hipótese do COMP, Harbert (1983) propõe que seja PRO a categoria vazia que encabeça relativas livres com matching. Considerando o teorema de PRO, de acordo com o qual PRO não pode ser regido, ele jamais poderia satisfazer os requerimentos de um núcleo regente na matriz. O wh em COMP deve simplesmente satisfazer os requerimentos do predicador na matriz e pode ser acessado nessa posição (no interior de COMP) para a satisfação desses requerimentos.

O maior problema com essa análise (apontado em Izvorski (1997)) é o fato de se ter de lidar com algum tipo de estipulação *ad hoc* para uma variabilidade estrutural de relativas livres a depender da posição sintática que elas ocupem na língua sendo posta em foco.

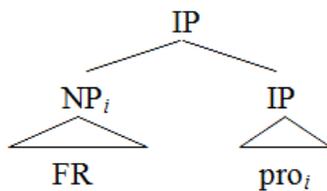
Além disso, nem a análise de Suñer nem a de Harbert parecem prover algum tipo de resposta para o paradoxo que se observa nos dados do português.

3.3.3 A proposta de Izvorski

Izvorski (1997)¹⁵ propõe que o *matching* só precisa ser observado obrigatoriamente em posições argumentais. De acordo com a autora, sentenças com relativas livres com sujeito sem *matching* e as que requerem *matching* obrigatório apresentam comportamento sintático distinto.

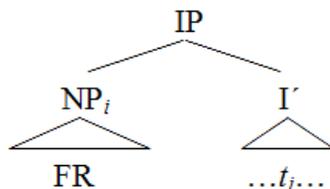
A ideia geral é que sentenças sujeito sem *matching* envolvem uma relativa livre em deslocamento à esquerda e contêm um *pro* resumptivo dentro do IP. Tais relativas livres são isentas do requerimento de compatibilidade porque são geradas na base em posição exterior ao IP e, portanto, numa posição não argumental. A estrutura nesses casos é a que se mostra em (48):

(48)



Relativas livres em posição argumental (sujeito, por exemplo) precisam apresentar *matching*, por razões óbvias¹⁶:

(49)



Desse modo, a configuração (48) só estaria disponível em línguas de sujeito nulo, enquanto (49) estaria disponível em línguas não *pro-Drop*. Se isso está correto, o problema não é a posição de sujeito em si, mas a posição em que a relativa livre é gerada, dependendo da tipologia da língua.

A questão agora é: e quanto ao PB? É possível associar ambas as estruturas à língua, considerando os dados em (44) e (45)? É uma possibilidade. Mas há algo de fato muito curioso nos dados em questão. Passemos à análise dos dados.

¹⁵ Para discussão relacionada ao tópico, ver também Izvorski (1996).

¹⁶ Sentenças subjetivas pós-verbais desse tipo devem também combinar, de acordo com essa proposta.

3.4 Analisando os dados do português do Brasil

Como se pode ver em (44) e (45), os dados do português parecem apresentar uma contradição: algumas relativas livres em posição de sujeito precisam obedecer ao requerimento de compatibilidade (44) e outras (45) podem não atender a essa exigência. Como isso é possível? Nesta seção, tenta-se resolver este “aparente” paradoxo.

Há razões para acreditar que as sentenças em (45), apesar das aparências, não são de fato relativas livres. Algumas questões sintáticas interessantes que se elencam a seguir parecem na verdade apontar para uma categorização dessas sentenças como interrogativas indiretas. A proposta que tento delinear aqui é, portanto, a seguinte: em (45), os dados contendo aparentemente relativas livres que não estão sujeitas ao *matching* em posição de sujeito são na verdade construções contendo interrogativas indiretas em posição de tópico. Passo, nas seções a seguir, a apresentar a argumentação em função desta análise. Vejamos.

3.4.1 *Pied-piping* da preposição

Grande parte dos estudos sobre relativas livres tem gasto esforços e tempo no sentido de tentar distinguir RLs de perguntas indiretas (cf. Bresnan & Grimshaw (1978), Gross & Riemsdijk (1981), Rocha (1990), Vogel (2001), Medeiros Junior (2005) entre outros), pelo fato de essas sentenças subordinadas apresentarem algumas similaridades com as relativas livres.

Na tentativa de sistematizar algumas das diferenças entre esses dois tipos de sentenças no português do Brasil, Medeiros Junior (2005; 2006; 2009) atesta que um ponto relevante, que deve receber certa importância e ser tomado como uma diferença potencial está no fato de que a derivação de perguntas indiretas permite o *pied-piping* da preposição no movimento de sintagmas-wh, enquanto relativas livres parecem bloquear esse procedimento. É exatamente o que se vê em (50):

(50) *Ele convida (para as festas)[[de quem]_i você gosta t_i].

As sentenças em (45) permitem o *pied-piping* da preposição, enquanto em relativas livres comuns, como (44) e (51) logo abaixo, esse procedimento é impedido.

(51) *Com quem o João falou possui um apartamento na Paulista.

Quando se trata de uma pergunta indireta, a preposição pode ser alçada juntamente com a palavra-wh e a sentença é convergente. É o que se pode ver em (52):

(52) Ele perguntou [[de quem]_i você gosta *t_i*]. (Pergunta indireta))

O comportamento sintático das sentenças em (45) pode estar dando uma pista do tipo de sentença que realmente se encontra ali. Mas apenas a questão do *pied-piping* da preposição talvez não seja suficiente para esse tipo de conclusão. Há mais alguns elementos que precisam ser postos em análise.

3.4.2 Clivagem

Alvarenga (1981) elabora um estudo bastante interessante sobre a natureza e o comportamento sintático de perguntas indiretas no português do Brasil. De acordo com esse autor, uma maneira rápida e segura de categorizar uma sentença como interrogativa indireta é verificar a possibilidade de se inserir a expressão “é que” logo depois do sintagma-wh que integra a subordinada¹⁷.

Assim sendo, tem-se uma pergunta indireta típica do PB nos dados em (53), mas não no dado em (54):

(53) a. Ele perguntou quem lê Guimarães Rosa. (Interrogativa Indireta)

b. Ele perguntou quem *é que* lê Guimarães Rosa.

(54) a. Quem lê Guimarães Rosa é inteligente. (Relativa Livre)

b. *Quem *é que* lê Guimarães Rosa é inteligente

¹⁷ Observe-se que, nesses casos, tal como apontado em Medeiros Junior (2005) também é possível inserir apenas o termo que e constituir uma pergunta como em (i)

(i) Ele perguntou quem *que* lê Guimarães Rosa.

Mioto & Negrão (2007) também atestam que a construção de sentenças clivadas não é possível a partir de relativas. Sentenças do tipo das que estamos discutindo aqui, como as que se mostram em (45) acima, permitem a clivagem do sintagma-wh, como se pode ver em (55).

- (55) a. Por quem *é que* eu me interesse é de conhecimento público.
b. Com quem *é que* a Maria sai não é da conta de ninguém.

Esse fato nos dá mais uma razão para duvidar de que estamos lidando com relativas livres em (45). Como se argumentou, a clivagem é mais uma possibilidade sintática de perguntas indiretas e não de relativas livres. Mas há ainda algumas outras questões relevantes.

3.4.3 O duplo preenchimento do COMP

Um terceiro fato, que põe um problema para a análise de sentenças como as de (45) como sendo relativas livres está no que se conhece na literatura como efeito do COMP duplamente preenchido.

De acordo com Medeiros Junior (2005), em português do Brasil, a realização fonológica do núcleo C, conjuntamente com a presença de um sintagma-wh na sentença subordinada é possível em perguntas indiretas, mas não em relativas livres. Vejam-se os dados em (56) e (57):

- (56) Ele perguntou [_{CP} quem [_C que lê Guimarães Rosa]]. (Pergunta indireta)
(57) * [_{CP} Quem [_C que lê Guimarães Rosa]] é inteligente (Relativa livre)

Como fica claro pela observação de (58), as sentenças em (45) autorizam a realização fonológica do núcleo C da subordinada, juntamente com o sintagma-wh na mesma sentença.

- (58) Com quem *que* a Ana sai não é da sua conta.

Trata-se, portanto, de mais uma razão para pensar que não se está de fato lidando com relativas livres em posição de sujeito nos dados em (45).

3.4.4 Semântica

Medeiros Junior (2005) atesta que relativas livres do português do Brasil exibem uma leitura preferencialmente universal para operadores-wh, enquanto perguntas indiretas evidenciam leitura existencial para esses operadores. É o que se pode observar em (59) a seguir:

(59) O Jô entrevista [CP quem senta naquela cadeira]. (Relativa Livre)

$\forall x, x = \text{uma pessoa [Jô entrevista } x]$

(60) Evandro perguntou a Maria [CP quem lê Guimarães Rosa]. (Pergunta indireta)

$\exists x, x = \text{uma pessoa [Evandro perguntou quem é } x]$ ¹⁸

Um olhar atencioso para os enunciados em (45) pode revelar que, para que se obtenha o resultado esperado, deve-se ler o wh com uma referencia existencial. É o que se vê em (61):

(61) Por quem Evandro se interessa é de conhecimento público.

$\exists x, x = \text{uma pessoa [} x \text{ é do conhecimento público]}^{\text{19}}$.

Considerando todos esses fatos, pode-se ser levado a crer que as orações subordinadas em (45) comportam-se muito mais como interrogativas do que como relativas livres.

3.5 Delineando uma proposta para o português do Brasil

Como fica claro nos dados em (44), a ideia de que em línguas *pro-Drop* relativas livres dispensam *matching* não parece estar correta²⁰. A despeito de toda a discussão sobre o fato de o PB

¹⁸ A representação acima trata-se de algo informal para efeito didático. Uma representação semântica apropriada para a sentença seria:

(i) P (e, m, [L(x,g)])

Considere-se o fato de que o argumento de perguntar toma argumentos; por isso a representação da parte entre colchetes.

¹⁹ Aqui também, simplifica-se a representação semântica por razões didáticas; a representação semântica apropriada seria:

(i) S (I (e, x))

ser ou não uma língua *pro-Drop*, as sentenças relativas livres típicas parecem exibir comportamento regular quanto a requerimentos de compatibilidade.

A ideia que tento defender aqui é a de que o português do Brasil seja, de fato, considerado uma língua com 100% de *matching* para relativas livres e que sentenças do tipo de (44) devem na verdade ser entendidas como interrogativas indiretas, em vez de serem categorizadas como relativas livres.

A noção de que sentenças que não apresentam *matching* não possam ser chamadas relativas livres – como defende Marchesan (2008) – parece ser altamente relevante nesse ponto da argumentação e consegue prover mais um argumento no sentido de não se interpretar as subordinadas em (45) como relativas livres. Passo a assumir, portanto, a hipótese que Marchesan atribui a algumas infinitivas para a análise de toda e qualquer sentença a que se queira chamar RL em português do Brasil.

Passo também a adotar parcialmente a ideia de Izvorski (1997), que consiste em considerar que relativas livres em posição de argumento precisam se submeter ao requerimento de *matching* em línguas *pro-Drop*. A única divergência entre a proposta de Izvorski e a que desenvolvo aqui está em chamar sentenças como as que aparecem em (44) de relativas livres. Considerando toda a avaliação que se fez do comportamento sintático e semântico dessas construções na seção anterior, proponho que se categorizem as sentenças desse grupo em interrogativas indiretas e não como relativas livres²¹.

Assim sendo, a ideia é que a sentenças como (62) seja atribuída uma análise semelhante ao que é representado em (48). Considero que o que temos é uma interrogativa indireta que se encontra em posição de tópico, com uma categoria vazia ocupando a posição de sujeito no interior da matriz, exatamente como representado a seguir:

(62) [CP [TopP De quem o João gosta [TP *pro* [é um mistério insondável].

²⁰ Ponho de lado aqui a discussão de se o PB é ou não uma língua de sujeito nulo típica, questão que está além do escopo dessa tese, e considero, para fins de análise, a hipótese tradicional de que o PB seja uma língua do tipo *pro-Drop*.

²¹ Para uma proposta alternativa a essa, ver Marchesan (2011, 2012) para quem, como argumentado anteriormente, sentenças subjetivas desse tipo são, em português, o que a autora chama de relativas comuns com núcleo implícito.

Observe-se que a construção em (62) pode ser parafraseada exatamente como em (63), ou mesmo com (64), o que pode ser usado como mais um argumento em favor da análise delineada acima:

(63) A resposta para a pergunta *De quem o João gosta* é um mistério insondável.

(64) A resposta para a pergunta *De quem o João gosta*, isso é um mistério insondável.

A semântica de (63) deixa claro que podemos ter uma pergunta em (62), além das questões sintáticas adicionais levantadas em 3.3; a possibilidade da construção em (64), por sua vez, pode evidenciar que a sentença *De quem o João gosta* pode mesmo estar sendo topicalizada.

A conclusão é, portanto, a de que os dados em (45), ao contrário do que aparentam, não contêm RLs na posição de sujeito e sim perguntas indiretas em posição de tópico.

3.6 O caso das pseudo-clivadas

Resta-nos, a essa altura, a seguinte questão: pseudo-clivadas podem receber o mesmo tratamento que recebem as RLs? Dizendo de outra forma: é possível considerar que pseudo-clivadas e relativas livres tenham a mesma natureza e mesma estrutura, ou que sejam afetadas pelas mesmas questões semânticas? Vamos à análise.

3.6.1 Pseudo-clivadas: definição e estrutura

Conforme se argumentou na seção 1.2.5 do capítulo de introdução, pseudo-clivadas são sentenças empregadas na focalização de constituintes sintáticos. Conforme argumentação anterior, entende-se que esse processo de focalização seja obtido por meio da utilização de um elemento-wh e uma cópula, numa estrutura, em geral, como a que se mostra em A, a seguir, podendo variar como a estrutura em B e em C.

A. Wh → cópula → XP

B. Cópula → XP → wh

C. XP → cópula → wh

Ainda conforme argumentação em 1.2.5, (A) representaria a estrutura de uma pseudo-clivada canônica no português, enquanto (B) seria a representação do que se chama pseudo-clivada extraposta e (C) indicaria a estrutura de uma pseudo-clivada invertida²². Os exemplos dados naquela seção introdutória repetem-se aqui como (65), (66) e (67):

(65) Quem estuda sintaxe é [FOC o Paulo].

(66) É [FOC o Paulo] quem estuda sintaxe.

(67) [FOC O Paulo] é quem estuda sintaxe.

Desde Alkmajian (1970), propõe-se uma divisão das pseudo-clivadas em predicacionais e especificacionais²³. Uma pseudo-clivada especificacional seria a que se vê em (65, 66 e 67), enquanto a predicacional tem a constituição do que se vê em (68):

(68) Quem estuda sintaxe é inteligente.

Há também casos em que as sentenças apresentam-se ambíguas entre uma e outra classificação, como o que acontece em (69):

(69) O que o João é é um escândalo.

A distinção entre os dois tipos de estrutura tem sido posta em foco em diversos estudos sobre o tema. Na tentativa de resolver tais problemas de ambiguidade, análises como a de Higgins (1979) propõem que apenas em sentenças do tipo especificacional ocorrem fenômenos de conectividade. A conectividade, segundo essa visão, seria referente a alguns tipos de restrições de co-ocorrência que se obtém entre elementos na sentença subjetiva da pseudo-clivada e elementos no constituinte focalizado (Higgins, 1979, p. 22). A conectividade, que – nos casos analisados por Higgins – relacionam-se a efeitos de ligação (*binding*), seria suficiente para apontar uma leitura tipicamente especificacional ou predicacional:

²² Usando a nomenclatura de Modesto (2001)

²³ Em seu trabalho, Higgins (1979) discute esses dois tipos de leitura para as pseudo-clivadas e atesta que os dois tipos de sentenças são encontradas nas línguas universalmente.

- A) What John is is importante to himself (leitura eminentemente especificacional)
- B) What John is is importante to him (leitura eminentemente predicacional)

Vários estudos sobre o tema, entretanto, têm sido unânimes em propor que independentemente do tipo de leitura atribuído à pseudo-clivada, essas construções – de maneira generalizada – contêm uma relativa livre é o que se vê em Higgins (1979), Bosque (1999), Modesto (2001), Kato & Ribeiro (2005), Costa & Duarte (2006), Pinto (2008), entre outros. Em Iatridou & Varlokosta (1998), por exemplo, lê-se claramente que pseudo-clivadas são estruturas constituídas por uma cópula, contendo uma relativa livre em uma das posições copulares e um sintagma na outra posição copular modificando a relativa livre (p.3). Segundo esse estudo, pseudo-clivadas – indiferentemente da leitura que recebam – apresentam uma relativa livre em sua estrutura.

3.6.2 A Análise de Resenes (2009)²⁴

Em Resenes (2009) constitui-se toda uma argumentação para o português (que a autora o faz seguindo trabalhos que também analisam o português como os de Miotto (2006), Miotto e Negrão (2007), Kato e Miotto (2009)), baseada em Hankamer (1974) sobre a impossibilidade de se considerarem as sentenças wh de uma pseudo-clivada especificacional como sendo relativas livres.

Segundo esse estudo, um primeiro ponto a se considerar seria o fato, já observado em Higgins (1979), de a sentença wh em construções predicacionais poder sofrer alçamento, ao passo que esse procedimento seria bloqueado em construções com leitura especificacional; é o que se vê nos dados a seguir, retirados de Resenes (2009), p. 65:

- (37) a. O que o João é parece ser importante.
- b. O que o João é parece ser lucrativo.
- c.*O que o João é parece ser orgulhoso.
- d. O que a Maria é parece ser escandaloso.
- e.*O que a Maria é parece ser escandalosa.

A ideia final, portanto, é a de que, como o *raising* (alçamento) é uma realidade nas construções predicacionais, mas não nas especificacionais e, considerando que a possibilidade de

²⁴ Para uma análise detalhada e mais recente do fenômeno, ver também Kato e Miotto (2012).

sofrer NP *raising* é claramente verificada em relativas livres, a proposta é que apenas as construções com leitura predicacional sejam interpretadas como relativas livres.

Observe-se que, como argumenta Resenes, na leitura predicacional atribui-se uma propriedade a uma entidade à a sentença *wh* se refere, ao passo que – na leitura especificacional – contém uma variável à qual se atribui um valor (p. 65).

Outro argumento empregado por Resenes (2009) é o de que a construção com leitura especificacional precisa exibir conectividade sintática entre suas duas partes (como evidencia o exposto em Higgins (1979), mostrado no dado em (A) logo acima), tendo sido derivada por meio de uma regra de clivagem, e que – por isso – precisa corresponder (em algum nível de projeção) a uma sentença simples.

Outro ponto apontado por Resenes, também analisado com base em Hankamer (1974) refere-se ao tipo de predicado que pode aparecer num e noutro tipo de construção das que se põem em foco. A proposição é a de que certos predicados não podem ocorrer em sentenças predicacionais, mas podem ocorrer associados ao elemento focalizado nos contextos especificacionais. É caso dos predicados adverbiais ou predicados em que ocorre uma pergunta, como se mostra respectivamente em (70) e (71) a seguir:

(70) Quando ela rega as plantas é nos finais de semana.

(71) O que é não sei é como as pseudo-clivadas funcionam.

Com base nesse tipo de argumento, Resenes (2009) passa a assumir que a designação pseudo-clivadas deva ser atribuída somente aos construtos com leitura especificacional, ao passo que as construções com leitura predicacional devem ser consideradas RLs.

Um argumento que se poderia somar aos de Resenes no sentido de diferenciar os dois tipos de construção estaria diretamente relacionado à semântica. Observe-se que só é possível atribuir uma leitura de quantificação universal às construções com leitura predicacional, enquanto que a leitura existencial só pode ser atribuída em contextos com leitura especificacional^{25,26}. É o que se vê em (72) e (73) a seguir:

²⁵ É claro que isso já está previsto na análise de Higgins quando se fala em leitura de variável para o *wh* em construções especificacionais. Essa ideia não foi, entretanto, formalizada dessa maneira no referido estudo.

²⁶ Essa discussão será retomada no capítulo seguinte, quando se avaliam as questões da possibilidade de se associar uma partícula *-ever* a toda RL do português.

(72) Quem quer que²⁷ estude sintaxe é meu amigo.

(73)*Quem quer que estude sintaxe é o Paulo.

Considero apropriada aqui a análise de Resenes (2009) e passo a assumir que apenas construções com leitura predicacional representem de fato RLs, ao passo que as construções com leitura especificacional sejam chamadas pseudo-clivadas verdadeiras.

3.7 Conclusões parciais

Neste capítulo, procurei refazer o caminho trilhado pelos muitos estudos sobre a sintaxe de relativas livres e sobre as questões concernentes aos efeitos de compatibilidade que se considera afetarem essas construções sintáticas.

Propus aqui que, para obter respostas adequadas para as perguntas que surgem em face da análise dos dados, é preciso adotar a hipótese de Relativização Livre delineada em Medeiros Junior (2005), apesar do fato de que a análise desenvolvida por Ott (2011) também parece responder satisfatoriamente aos problemas propostos no capítulo 1 desta dissertação.

Quanto à questão do *matching*, avaliei aqui a proposta de Marhesan (2008) para a análise do português e propus que sua ideia de que não se considere relativa livre aquilo que não apresenta *matching* seja generalizada para todos os casos do português.

Também procurei mostrar que a ideia de que em línguas *pro-Drop* RLs em posição de sujeito não precisam atender aos requerimentos de *matching* não parece estar correta e propus uma análise para o PB que prevê que sentenças semelhantes a relativas livres em posição de sujeito que não apresentam efeito de compatibilidade não sejam reconhecidas como relativas livres, mas como interrogativas indiretas, devido a questões sintáticas e semânticas que se somam à ausência de *matching*.

Além disso, argumentei neste capítulo, seguindo Resenes (2009), que dadas certas condições sintáticas e determinadas implicações semânticas, é apropriado que passe a chamar pseudo-clivadas apenas às sentenças que contêm uma leitura especificacional e que consideremos RLs aquelas construções com leitura predicacional.

²⁷ Para uma visão da associação da construção quer que em português à leitura universal de sintagmas wh, ver Medeiros Junior (2005).

ALGUMAS QUESTÕES NA SINTAXE E NA SEMÂNTICA DE RELATIVAS LIVRES: ANÁLISE E PROPOSTA DE TRABALHO

Este capítulo apresenta discussões gerais sobre propriedades sintáticas e semânticas de relativas livres e traz propostas para a avaliação do fenômeno em português. O capítulo discute, dentre outras questões, qual a melhor abordagem para a proposta da estrutura de RLs (se são CPs ou DPs) e discute as construções em posição argumental e em posição de adjunto.

Ainda neste capítulo, procura-se construir uma discussão sobre as estratégias de derivação para RLs no PB, além de se avaliar as razões da leitura preferencialmente universal para sintagmas-Wh que integram essas construções sintáticas.

O capítulo se divide em sete seções: em 4.1, discuto qual a natureza de RLs do PB, se devem ser consideradas CPs ou DPs; em 4.2, apresento a hipótese estrutural para relativas livres que adoto nesta tese. A seção 4.3 avalia estratégias de derivação de RLs no PB. Nas seções 4.4 e 4.5 está o desenvolvimento da proposta que implemento na tese, que é a de que RLs do PB são construções do tipo *wh-ever*, com um sufixo nulo. Em 4.6, apresento algumas evidências translinguísticas para a hipótese delineada nas seções anteriores e em 4.7 apresento análise alternativa para os dados do português, com base na proposta de Ott (2011). A seção derradeira, 4.8, traz as conclusões parciais do capítulo.

4.1 Relativas Livres: CPs comuns ou DPs?

Na discussão sobre a natureza de relativas livres, questões como a estrutura e o status do antecedente têm recebido tratamento diversificado na literatura sobre o tema ao longo dos anos.

Chomsky (1973), inicialmente, descreveu relativas livres como estruturas similares a relativas restritivas, sem apresentarem um antecedente nominal lexicalizado; entende-se, portanto, que RLs sejam – segundo esta visão – CPs, embora o autor não o declare claramente.

Trabalhos como os de Gross & van Riemsdijk (1981), Hirschbühler & Rivero (1983), Rooryck (1994) e van Riemsdijk (2000) também têm avaliado RLs como CPs comuns¹ com algum tipo de

¹ Sobre a interpretação de RLs como CPs comuns, ver também VOGEL (2001, 2002 e 2003)

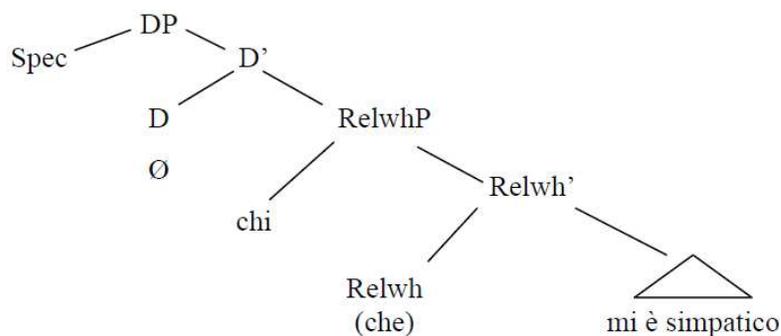
característica especial que permita ao predicador da matriz acessar o sintagma-wh internamente à subordinada para a satisfação de seus requerimentos. Segundo essa visão, RLs e Interrogativas Indiretas, construções que se assemelham em alguns aspectos, apresentariam estruturas exatamente análogas.

Recentemente, Bertollo & Cavallo (2012), baseados em Benicà (2010), propõem relativas livres integrem uma estrutura em que se tem um DP silencioso sendo regido pelo verbo da matriz e uma estrutura relativa que segue esse DP, que seria a relativa em si. A estrutura seria a seguinte:

(1) [DP_ [CP who/what THAT you saw]].

A ideia desses autores é a de que os dados do italiano contêm evidências para a postulação de uma projeção funcional acima de CP, que eles denominam RelwhP, cujo especificador abrigaria o sintagma-wh que integra esse tipo de construção sintática. A estrutura seria o que se mostra a seguir:

(2)



Bertollo & Cavallo (2012) p. 64

Um olhar cuidadoso sobre a questão – quando avaliados os dados do português – pode, entretanto, revelar que hipóteses como a do CP ou essa última talvez enfrentem alguns problemas. Vejamos alguns pontos cruciais contra essa visão.

A. Distribuição

Sejam os dados a seguir:

- (3) a. O Pedro convidou [DP a pessoa [CP que ele viu no parque]].
- b. O Pedro convidou [RL quem ele viu no parque].
- c. *O Pedro convidou [CP que ele viu no parque].

Observe-se que a RL é licenciada em contextos em que um DP é esperado: (3) (a) e (b). Um CP comum nesse contexto é bloqueado, conforme se pode ver em (c).

A distribuição é, portanto, um critério que se pode empregar para afirmar que RLs não podem ser CPs comuns ou outra categoria que não um DP.

Pied-Piping da Preposição

Considerem-se os dados em (4):

- (4) a. O Pedro perguntou [CP [de quem]_i a Maria gosta t_i].
- b. O João sabe [CP [do que]_i isso é feito t_i].
- c. *A Maria perseguiu [RL [por quem]_i ela se interessa t_i].

Como se pode ver, o *pied-piping* da preposição é autorizado nas perguntas indiretas (a) e (b) e bloqueado na relativa livre (c), o que se constitui em mais um argumento em favor da não-aceitação de RLs como CPs comuns. Sendo ambas as sentenças paralelas em termos estruturais, não há como explicar a distinção no comportamento sintático entre elas².

² É importante ressaltar, quanto à questão do *pied-piping* da preposição, que toda a discussão gira em torno do problema da compatibilidade categorial (ou de Caso) em RLs, questão já originalmente apontada em Bresnan & Grimshaw (1978). Há, entretanto, situações em que – sendo a preposição selecionada pelo predicado na matriz idêntica à selecionada pelo predicado da relativa – a estrutura que se forma parece indicar deslocamento da preposição, como ocorre em (i) a seguir:

- (i) Eu não gosto de quem você não gosta.

Nesses casos, o que parece de fato ocorrer é que a língua apague uma das preposições ou que ocorra, tal como proposto em Medeiros Junior (2005) uma crase entre elas. Mesmo assim, o que parece é que o Caso da matriz precisa ser realizado em português (como aponta Medeiros Junior 2004), o que faz com que se acredite que a preposição mais baixa é apagada em face da possibilidade de conflito, que nesse caso não ocorreria por razões óbvias.

B. Extração

Outra questão empírica parece impor dificuldades à interpretação de RLs como CPs comuns; observem-se os dados em (5) a seguir:

- (5) a. Onde_i a Joana disse [_{CP} que o Pedro encontrou o Paulo t_i]?
b. *Onde_i a Maria perguntou [_{CP} quem você viu t_i]?
c. *Onde_i o Paulo entrevistou [_{RL} quem você encontrou t_i]?

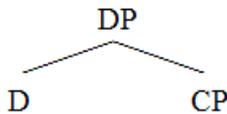
Como é possível notar, em (5)a, um CP comum complemento do verbo *disse*, é possível extrair o adjunto *onde* e constituir uma sentença bem-formada. Entretanto, a extração é bloqueada em (b) e (c). O fato de não se poder extrair o adjunto em (c) aproxima essa construção da que vemos em (b) em termos de comportamento sintático.

Uma questão natural é: mas (b) também é um CP. O que faz, então, diferença entre (a) e (b)?

Observe-se que em (b) temos o que se convencionou chamar ilha-Wh (cf. ROSS 1967), de onde não se pode extrair qualquer elemento. A impossibilidade de extração em (c) precisa também ser explicada em termos de subjacência. É provável que a construção em (c) esteja sofrendo restrições semelhantes às que afetam (b).

Recentemente, muitos trabalhos têm avaliado relativas livres como DPs (cf. Caponigro, 2002, Citko 2004, Medeiros Junior 2005, Donati 2006, Marchesan 2008). Boa parte da argumentação em muitos desses trabalhos se concentra em mostrar que a RL como um todo acaba por satisfazer requerimentos do predicador da matriz, como seleção categorial e Caso (cf. Caponigro 2002, Medeiros Junior 2005 e Marchesan 2008). A hipótese em todas essas análises é que RLs apresentam uma estrutura como (6), a seguir.

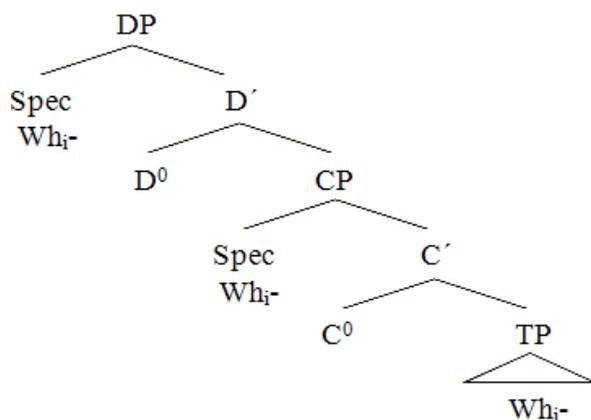
(6)



Como mencionado anteriormente, a hipótese de CAPONIGRO (2002) é que RLs são CPs complementos de um D silencioso, que precisa ser licenciado com material fonológico em sua

projeção. Nesses casos, o sintagma-Wh é o item que licencia o D, movendo-se, via Spec-CP, para o especificador do DP, como se vê abaixo³:

(7)



A hipótese de Medeiros Junior (2005a; 2006), conforme delineado em 3.1.5, supõe que uma operação de incorporação de núcleos afete RLs fazendo que C e D se amalgamem numa posição mais alta, criando um núcleo complexo, portador de traços de C e D, contra o qual o sintagma-Wh checa seus traços (também um conjunto híbrido de traços C e D).

Se estiver correta a hipótese de que a RL é um DP, como o quer Caponigro ou mesmo à maneira de Medeiros Junior, é possível explicar por que a extração em (5)c não é permitida. O deslocamento do Wh-adjunto nessa sentença viola condições básicas de subjacência, que também podem ser observadas em relativas comuns, como o evidenciam os dados em (8):

- (8) a. O Pedro mencionou [_{DP} a pessoa [_{CP} que ele viu no parque]].
 b. *Onde_i o Pedro mencionou [_{DP} a pessoa [_{CP} que ele viu *t_i*]].

O fato de as construções em (5)b, (5)c e (8)b estarem sujeitas ao mesmo tipo de restrição sintática, aproxima essas estruturas inevitavelmente. Em (8)b a extração é bloqueada por uma das restrições de Ilha (a do NP complexo). Em (5)b, temos mais uma restrição de Ilha (a ilha Wh). Considerando que se trata de uma oração relativa, a sentença em (5)c deve estar se comportando como a que aparece em (8)b, uma relativa com antecedente expresso. A conclusão é que RLs, de

³ MARCHESAN (2008) assume essa proposta integralmente para o português.

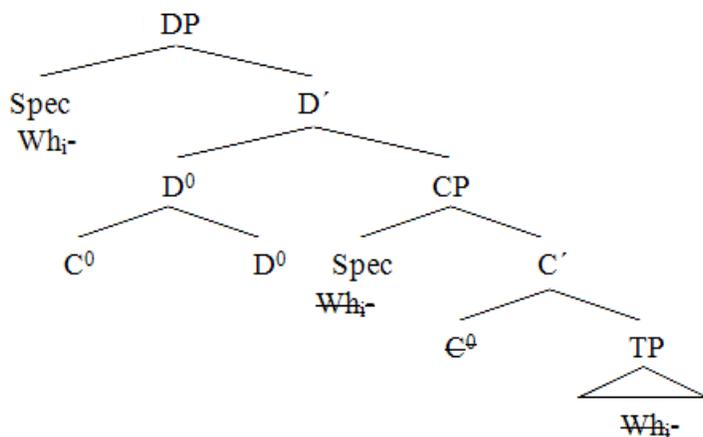
onde também não se pode extrair o adjunto, sejam igualmente sentenças que apresentem algum tipo de restrição de Ilha, provavelmente a do NP/DP complexo.

Portanto, questões como, extração, o *pied-piping* da preposição e principalmente a distribuição mostram que RLs precisam ser analisadas como DPs e não como CPs.

4.2. A Estrutura de Relativas Livres

Conforme o que se apresentou no capítulo anterior, Medeiros Junior (2005; 2006), analisa Relativas Livres (RLs) como DPs complexos, com o sintagma-Wh ocupando a posição de Spec do D externo (na posição do antecedente, portanto). Segundo essa proposta, a derivação de relativas livres compreende uma operação complexa – na sintaxe – de incorporação dos núcleos C e D, que se entende diretamente implicados no processo de relativização. A ideia é que a derivação de RLs ocorra da maneira como demonstrado em (9) a seguir:

(9)



Como se mostrou anteriormente, a formulação dessa ideia parte originalmente da proposta de CAPONIGRO (2002), para quem em RLs o sintagma-Wh se move para Spec-DP via Spec-CP, a fim de licenciar o D encoberto que encabeça esse tipo de construção sintática. A argumentação é que algum tipo de exigência das línguas (quem sabe o princípio da Interpretação Plena) requer que toda projeção sintática contenha algum material fonológico no núcleo ou em Spec, para que se garanta uma interpretação adequada de tal projeção no módulo semântico (cf. KOOPMAN 2000).

A postulação da confluência dos núcleos sintáticos em Medeiros Junior (2005) deriva da observação das seguintes questões empíricas nos dados:

1. A forma final do sintagma-Wh em RLs corresponde ao composto antecedente + operador relativo⁴;
2. Não é possível preencher a posição de antecedente em RLs;
3. Não é possível preencher o núcleo de RLs.

Isso pode ser observado em (10) e (11) logo abaixo:

- (10) a. O João mencionou quem você conhece.
b. *O João mencionou a pessoa quem você conhece.
- (11) a. A Maria só convidou quem você indicou.
b. *A Maria só convidou quem que você indicou.

A ideia é então que o sintagma-Wh em RLs parece corresponder às posições sintáticas do nominal que deveria servir de antecedente à relativa e à do núcleo C, logo abaixo do Wh como se vê em (12)⁵ a seguir.

- (12) A Maria só convidou [antecedente] quem [C⁰] você indicou.

O presente trabalho assume essa proposta para a estrutura de RLs e avalia tais construções sintáticas com base nessa organização estrutural: RLs em posição argumental são DPs e em posição não-argumental são PPs, cuja derivação envolve a composição de um núcleo sintático complexo C+D.

⁴ Chamo de operador relativo o sintagma/termo-wh “que”.

⁵ Fato já analisado em Rocha (1990) como sendo um tipo de amálgama morfológico das posições sintáticas em questão e em Mória (1996) como uma operação na fonologia. Para Rocha, ocorre uma operação na morfologia que funde o termo *que* da relativa ao elemento relativizado na matriz, dando origem – por exemplo - ao termo QUEM em RLs. Para Mória, trata-se de uma operação específica do módulo fonológico (que ocorre, portanto em PF), cujas propriedades esse autor não chega a detalhar.

4.3. A Derivação de RLs do PB e o Movimento-Wh

4.3.1. O Problema

Muitos trabalhos têm tocado a questão das orações relativas livres no sentido de prover uma resposta razoável para a seguinte pergunta: há ou não há movimento do sintagma-Wh na derivação dessas estruturas? As opiniões se dividem.

Em seu trabalho seminal de (1978), Bresnan & Grimshaw sugerem que sintagmas-Wh em relativas livres sejam gerados na base e que um pronome resumptivo é gerado no interior da sentença relativa e, posteriormente, apagado por identidade com o referente.

Propostas como as de Gross & van Riemsdijk (1981), Rocha (1992), Mória (1996), Vogel (2001, 2002, 2003), Caponigro (2001, 2002, 2003), Medeiros Junior (2005a, 2006) e Marchesan (2008) proveem argumentação empírica convincente no sentido de mostrar que a derivação de RLs envolve de fato movimento-Wh e que esse procedimento é o padrão em muitas línguas.

Quando postos em análise, os dados do português parecem revelar algumas questões interessantes. Vejamos:

- (13) a. O Pedro mencionou quem_i você conhece t_i .
b. O Carlos convidou para a festa quem_i a Maria indicou t_i .
c. *O Pedro entrevistou [de quem]_i você gosta t_i .
d. *A Maria agradeceu [por quem]_i você se interessa t_i .
- (14) a. O João não tem [com quem]_i conversar t_i .
b. Não há [do que]_i a Maria não reclame t_i .
- (15) a. O João convidou (para a reunião) quem ele teve medo de ter ofendido e no debate.
b. O João abraçou quem a Maria sofreu por ter visto e .
c. *O João convidou (para a reunião) [de quem]_i ele teve medo que você gostasse t_i .
d. *O João abraçou (na festa) [de quem]_i a Maria sofreu por gostar t_i .

Quando se observam os dados em (13) a e b, pode-se facilmente imaginar que de fato a derivação de RLs envolva deslocamento-Wh. Entretanto, essa hipótese parece enfrentar problemas quando se confrontam os exemplos (13) c e d, em que o *pied-piping* da preposição é bloqueado.

Em (14), como se vê, contrariamente ao que se observa em (13) c e d, todo o PP-Wh é alçado na derivação da sentença; nessa perspectiva, o que de fato parece estar ocorrendo é movimento na derivação das estruturas, o que evidencia mais uma aparente contradição nos fatos.

Já os dados em (15) revelam algo ainda mais intrigante. A agramaticalidade de c e d, em contraste com a boa formação de a e b, parece apontar para o fato de que nas sentenças desse tipo, em que se apresentam ilhas para a extração de Wh, uma derivação com movimento não é viável.

Os dados do português parecem evidenciar um conflito na derivação de RLs: afinal, há ou não há movimento? Qual é de fato a estratégia de derivação de RLs que o PB adota? Vamos tentar responder a essas questões.

4.3.2 “Movendo-se?”: estratégias de derivação de RLs no PB

Conforme argumentado anteriormente, várias análises preveem a aplicação de movimento na derivação de RLs. Para o português do Brasil, propostas como as de Medeiros Junior (2005), Lessa de Oliveira (2008) e Marchesan (2008) atestam essa possibilidade.

Entretanto, o contraste verificado nos dados (16) e (17) a seguir – conforme se mostrou na seção anterior – merece atenção e alguma instância de análise. Como se vê, parece haver certo conflito entre RLs que aparentemente são derivadas por movimento e algumas em que esse procedimento parece estar sendo bloqueado.

Sejam os dados:

- (16) a. O João convidou (para a reunião) quem ele teve [medo de ter ofendido no debate].
- b. O João abraçou quem a Maria sofreu [por ter encontrado].
- c. *O João convidou (para a reunião) de quem ele teve medo [que você gostasse].
- d. *O João abraçou (na festa) de quem a Maria sofreu [por gostar].

Como se pode ver, nos dados acima, verificam-se algumas restrições ao movimento do sintagma-wh que parecem conflitantes quando se verifica o contraste entre (16) a e b e (16) c e d. Em (16) a e b há ilhas de extração (NP complexo e oração adjunto, respectivamente) de onde se esperaria um bloqueio do movimento do sintagma-wh e, conseqüentemente a agramaticalidade da sentença. No entanto o que se vê é que (16) a e b são sentenças bem formadas.

A restrição ao movimento do sintagma-Wh nesses contextos pode ser observada pela agramaticalidade dos dados em c e d.

Imaginemos de início que os dados em (16) podem ser a revelação do que de fato estaria acontecendo em português: a derivação de RLs não envolve movimento e o que se tem de fato é o sintagma-Wh sendo gerado na base e um resumptivo nulo sendo gerado no interior da oração relativa.

A agramaticalidade de dados como os que se mostram em (17) poderia ser usada como evidência para dar apoio a essa hipótese:

- (17) a. *O Pedro abraçou [de quem]_i você gosta t_i .
b. *O João contratou [por quem]_i você se interessa t_i .

A explicação seria a seguinte: as sentenças não convergem porque não há movimento. Sendo o sintagma-Wh gerado na base, sua categoria obrigatoriamente tem de ser a mesma que está sendo selecionada pelo predicador da matriz. Dessa forma, não se explicam PPs onde DPs deveriam ocorrer.

Mas, sendo isso verdade, ainda teríamos de elucidar o que se apresenta em dados como os que aparecem em (18) a seguir:

- (18) a. Eu me desliguei de [com quem]_i tava falando t_i e disse que o João trai a mulher.
b. O João conversa [com quem]_i você se relaciona t_i .

Como se pode ver, constata-se claramente a existência de movimento, evidenciado pelo emparelhamento das preposições selecionadas pelos predicadores da matriz e da subordinada em (a) e por uma espécie de “crase” envolvendo as preposições (idênticas) selecionadas na matriz e na relativa em (b).

Dados como os que aparecem em (18) representam na verdade majoritariamente as ocorrências em português do Brasil. Assim, parece mais razoável assumir que a derivação de RLs em PB envolve preferencialmente movimento e que, em face de problemas de subjacência, evidencia-se na língua a existência de outra estratégia alternativa de derivação: uma estratégia resumptiva.

Dessa maneira, o que se tem em (16) a e b é que um resumptivo nulo é gerado em posição interna à sentença relativa e esse elemento é retomado pelo Wh gerado externamente a essa mesma sentença.

Entende-se, portanto, que essa estratégia seria um recurso de que dispõe a língua em face da aplicação da estratégia padrão para a derivação de RLs.

4.3.3 Da impossibilidade de pied-piping da preposição em RLs em oposição ao movimento em interrogativas indiretas

Uma análise em termos de movimento para a derivação de RLs tem também de lidar com a seguinte questão: por que, como se vê nos dados a seguir, não pode haver o pied-piping da preposição? O contraste entre (19) e (20) mostra que RLs bloqueiam o alçamento do PP, mas interrogativas indiretas não.

(19)a. *A Maria só conversa com [de quem_i ela gosta ~~de quem_i~~].

b. *O João se interessa por [de quem_i você gosta ~~de quem_i~~].

(20)a. O João perguntou [por quem_i eu me interesso ~~por quem_i~~].

b. A Maria quer saber [de quem_i você gosta ~~de quem_i~~].

Como se argumentou em 3.2, relativas livres do PB são obrigatoriamente sujeitas aos efeitos de combinação (*matching effects*); o Caso atribuído ao sintagma-wh na subordinada precisa combinar com o Caso que o predicador da matriz lhe atribui, ou a categoria selecionada pelo predicador mais alto precisa ser a mesma que o predicador na subordinada seleciona.

Nos casos em (19), o alçamento da preposição resulta em construções em que ocorre o conflito na combinação, e a sentença não converge.

Em face desse tipo de conflito, o PB costuma adotar estratégias para se livrar da incompatibilidade. Os caminhos encontrados pela língua são os seguintes:

A. Apagamento da preposição

(21) A Maria só conversa com quem ela gosta.

B. Estratégia resumptiva

(22) O João_j só se interessa por quem_i você gosta dele_i.⁶

Quando as subordinadas são interrogativas indiretas, como em (20), não há problemas com o alçamento da preposição por razões um tanto óbvias: interrogativas indiretas, por apresentarem estrutura diferente de RLs, não vão enfrentar o mesmo tipo de restrição, quanto ao *matching*, por exemplo. E as sentenças com o alçamento da preposição convergem.

Alguns dados como (18)a, entretanto, mostram um quadro em que o pied-piping parece ser autorizado; trata-se, entretanto, de dados bem específicos, o que pode ter a ver com o tipo de preposição sendo selecionada na matriz. Essa questão carece de análise mais aprofundada e fica aqui sem uma conclusão final, para que seja analisada em trabalhos futuros.

Vejamos a seguir algumas discussões para a questão estrutural de RLs em PB.

4.4 Proposta desta Tese para a Estrutura de RLs

Tendo definido que RLs em PB são de fato DPs em posição argumental, como se mostrou anteriormente e que essas construções são derivadas preferencialmente via movimento-wh nessa língua, passemos agora à compreensão de questões digamos morfossemânticas associadas a essas construções sintáticas, para que seja possível fechar a proposta que ora se constrói para a natureza de tais sentenças no português do Brasil.

Como as seções seguintes trazem avaliações do ponto de vista formal, retomo na seção a seguir, algumas informações que penso serem cruciais para a interpretação do que se mostrará em seguida; trata-se de referências ao conjunto de operações formais que se entende regularem o funcionamento da linguagem segundo o modelo teórico adotado aqui.

4.4.1 Questões formais no Programa Minimalista.

Desde Chomsky (1995), entende-se que aplicações de movimento são sempre condições de último recurso, que decorrem de operações de checagem de traços [-interpretáveis]. Em termos gerais, traços formais que não sejam interpretáveis em LF precisam ser verificados e eliminados no

⁶ A referência para “ele”, nesse caso não pode ser João; tem de ser necessariamente “quem”.

decurso da derivação a fim de que se garantam condições de interpretabilidade na interface. Supõe-se que uma relação de checagem ocorra entre um núcleo funcional que carrega determinado traço (em geral [-interpretável]) e um item lexical compatível em termos de traços com esse núcleo; supõe-se que o mesmo traço no item lexical seja +interpretável, à exceção do traço de Caso.

Numa relação de checagem, uma operação denominada *Atract* atrai para o domínio de checagem de um núcleo X^0 apenas os traços necessários para a checagem; se o mínimo que *Atract* conseguir carregar for toda a categoria, temos a aplicação de movimento em sintaxe aberta. Isso deve, no entanto, por razões de economia ser evitado ao máximo: sempre que possível, apenas os traços devem ser movidos.

Considerando, entretanto que o mínimo necessário para convergência em PF seja o deslocamento de toda uma categoria, o movimento deve ser permitido. Uma vez no domínio de checagem de X , α verifica o traço [-interpretável] do núcleo e o elimina, embora o mesmo traço em α , sendo [+interpretável], ainda permaneça visível para a aplicação de outras instâncias de checagem de mesma natureza. Segundo Chomsky, uma categoria α pode ser concatenada ou alçada ao domínio de checagem de um determinado núcleo; no caso da elevação, a categoria pode ser movida à posição de Spec do núcleo ou pode sofrer adjunção. (Chomsky, 1995, p. 395).

Ainda na visão de Chomsky, 1995, a gramática das línguas dispõe de quatro tipos específicos de traços: traços semânticos, traços fonéticos, traços categoriais e traços de afixo. Entende-se que os traços categoriais, assim como os traços de afixo sejam acessíveis no decurso da computação, enquanto traços semânticos e fonológicos recebem uma interpretação apenas nas interfaces relevantes.

Traços de afixos são traços morfológicos (cf. Chomsky, 1995, p. 285). Trata-se de elementos morfológicamente defectivos, que precisam obter suporte de algum tipo de hospedeiro antes de atingirem PF. Entende-se que existam dois tipos de traços de afixo: $[-A^{MIN}]$ e $[-A^{MAX}]$ ⁷. $[-A^{MIN}]$ requer uma projeção mínima como seu domínio de checagem (um X^0) e $[-A^{MAX}]$ exige uma projeção máxima como domínio de checagem (um XP).

Chomsky (1998, 2001, 2004 e 2008) traz a proposta de que a estrutura é processada e enviada para as componentes de interface em pequenos ciclos denominados fases, que são menos pesados para o sistema computacional, já que o espaço de busca para a aplicação de operações formais diminui. Segundo essa proposta, já mencionada na discussão de Ott (2011) no capítulo 3 e que será

⁷ Adoto aqui a designação A para Afixo, que deve ser entendida apenas de maneira representacional.

retomada na seção 4.8 deste capítulo, vP e CP são fases relevantes para o desenvolvimento de uma derivação e cada uma delas fecha um ciclo cujo domínio (o complemento do núcleo) não permanece acessível para operações do sistema após a aplicação da operação conhecida como *Transfer* em que os traços relevantes são retirados e enviados para a interpretação na interface fonológica. Os dados não interpretáveis devem ser eliminados antes que o ciclo se feche (ou antes que a fase se complete), para que o objeto sintático formado receba o que se chama de Interpretação Plena na interface, isto é, ele precisa incluir apenas aquilo que é relevante para a interpretação semântica.

Nessa perspectiva, após o fechamento de um ciclo, apenas o que se encontra na borda da fase (o núcleo e seu especificador) está acessível pelo sistema computacional para processamento em momentos posteriores da derivação, sendo o domínio da fase afetado por um tipo de efeito de congelamento. Nesse sistema Chomsky propõe, aparte da questão dos traços EPP, a existência de uma espécie de traço de borda (*edge feature*), que seria responsável pelo deslocamento de sintagmas do interior da fase para a sua borda, antes que esses objetos sejam afetados pelo efeito de congelamento e fiquem inacessíveis para o sistema.

4.4.2 Delineando a proposta: Relativas Livres do tipo *wh-ever*

Bresnan & Grimshaw mostraram em seu trabalho de 1978 que palavras-Wh em RLs apresentam uma característica morfológica típica, que é a possibilidade de receberem um sufixo *-ever*. Segundo essas autoras, essa seria uma das maneiras de diferenciar RLs das aparentadas Interrogativas Indiretas, já que o sintagma-Wh nessas últimas não autoriza tal afixação.

Estudos recentes têm analisado RLs com *-ever* como um tipo especial de relativas livres com propriedades sintáticas e principalmente semânticas distintas das RLs comuns, chamadas *plain free relatives* (cf. Tredinnick, 2005). O contraste no Inglês entre *plain free relatives* e *free relatives* com *-ever* se mostra nos dados (23) e (24) respectivamente:

(23) She bought [what we asked].

(24) I eat [whatever you give me].

Frequentemente argumenta-se que as relativas livres com *-ever* apresentam quantificação universal em oposição às relativas livres sem *-ever* (cf. Dayal 1997, Grosu & Landman 1998, Tredinnick 2005 entre outros)⁸.

Seja como for, o que parece é que estruturas com *-ever* parecem indicar algum tipo de fusão (ao menos morfológica) entre um item de natureza Wh e um item de natureza D.

(25) I eat [[[C what]+[D -ever]] you give me]

É provável que relativas comuns também apresentem um termo Wh com as mesmas características, mas com uma forma morfológica não híbrida.

O que se discute geralmente é que um número substancial de fenômenos morfológicos resulta de um tipo específico de operação em sintaxe, a saber, a operação de movimento de núcleo (cf. Julien 2002, Li 2005). Esse tipo de discussão tem como pano de fundo básico o Princípio do Espelho, tal como proposto em Baker (1985, 1988)⁹, segundo o qual, a morfologia reflete operações da sintaxe.

Uma observação detida de construções relativas livres com *-ever* do Inglês parece evidenciar bem mais que uma questão apenas morfológica. Observemos o contraste que se mostra nos dados a seguir:

- (26) a. I met who you mentioned.
b. I met the person who you mentioned.
c. * I met the person whoever you mentioned.

- (27) a. She eats whatever we give her.
b.*She eats things whatever we give her.

⁸ Medeiros Junior (2005) assume que essa seja a leitura preferencial para relativas livres do português de uma maneira geral. Para ele, RLs – em oposição a interrogativas indiretas, por exemplo – apresentam a possibilidade de se parafrasear o Wh que as integra em uma estrutura [Wh + *quer que*], algo relativo ao *ever* do inglês. Assim, sentenças como (i) poderiam ser parafraseadas como (ii):

- (i) a. Ele entrevista [quem senta na poltrona].
b. Eu me relaciono com [quem frequenta essas festas].
(ii) a. Ele entrevista **quem quer que** sente na poltrona.
b. Eu me relaciono com **quem quer que** frequente essas festas.

⁹ Conferir nota 8, capítulo 3.

Como se pode ver em (26)c e (27)b, RLs com *-ever* apresentam um tipo de restrição semelhante ao que se verifica em português (*Ela come coisas o que quer que nós compremos)¹⁰.

Contrariamente ao *who* da relativa comum, o sintagma-Wh com *-ever* não autoriza a realização do antecedente. Um sintagma-Wh nu (isto é, sem um sufixo *-ever*), em contrapartida, pode constituir uma relativa comum, conforme se observa em (26)b.

Imaginemos o processo de derivação desse tipo de construção na língua inglesa. Supõe-se que a Numeração de uma relativa livre desse tipo contenha, além de um núcleo D, uma matriz fonológica que realiza esse D; a saber, *-ever*, um sufixo.

Assumamos de início com Tang (1998) que traços de afixo sejam os únicos responsáveis pela aplicação de qualquer propriedade de movimento nas línguas humanas: movimento é algo ativado por traços de afixo.

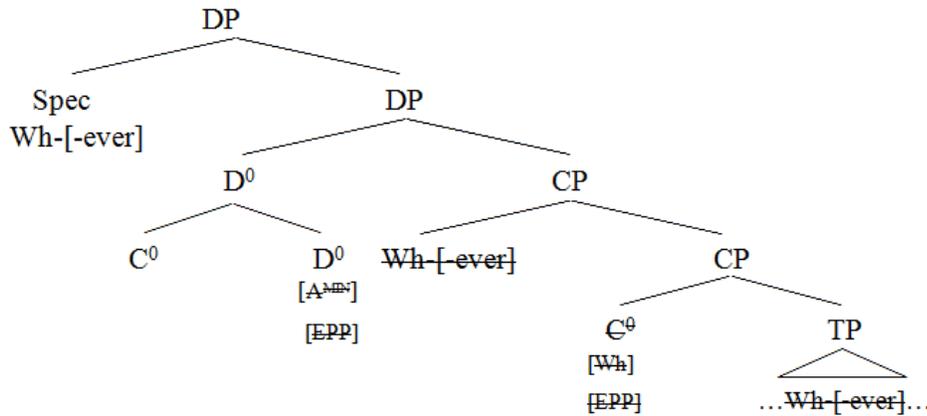
Imaginemos então que Wh e *-ever* adentrem a derivação como um único item lexical, e que o D dessa construção porte um traço de afixo, obviamente porque sua matriz fonológica é uma forma presa. Temos a composição do CP, e o elemento Wh é alçado para o especificador do CP em satisfação a um traço [Wh] em C. Em seguida, o D⁰ é concatenado ao composto CP e seu traço não interpretável de afixo [-A^{MIN}] busca o primeiro núcleo que ele c-comande, para que possa se apoiar e, portanto, disponível para incorporação. O candidato imediato é C⁰, que se encontra ao alcance na periferia de CP. C⁰ é atraído e, em posição de adjunção, serve de apoio para D⁰. Em seguida, o sintagma [Wh-*ever*] é alçado ao Spec do DP, já que ele precisa ser licenciado (cf. Koopman (2000) e Caponigro (2002)). A derivação da RL é a que se mostra em (28):

¹⁰ Observe-se que a língua inglesa apresenta sentenças do tipo em (i), contendo um núcleo nominal que forma uma unidade com o sintagma *Wh-ever*.

- (i) Whatever soup Mary is cooking uses onions.

Esse tipo de dado não parece pôr qualquer problema para a análise que se constitui aqui, uma vez que se trata de uma estrutura um pouco diferente das RLs com *-ever* do tipo de (23)a, apesar de nesse tipo de sentença também se constituir uma interpretação universal para o sintagma *Wh-ever*. Tais construções – de toda sorte – apresentam as mesmas restrições de que tratávamos anteriormente, a saber, o fato de que não se pode associá-las a um antecedente nominal expresso.

(28)



Essa hipótese faz a seguinte previsão: se a análise estiver correta, não deveria ser possível em inglês preencher a posição do antecedente de RLs do tipo *ever* e nem a posição do núcleo C; a posição do antecedente estaria bloqueada pela presença do Wh em si nessa configuração; o núcleo C, por sua vez, incorporado a D, não estaria mais disponível para lexicalização. É o que de fato ocorre: em inglês, os dados (29) a e b são agramaticais.

- (29) a. *I met the person whoever you mentioned.
b. *I met whoever that you mentioned.

É, portanto, razoável supor que a ideia delineada acima esteja correta e que a derivação de RLs do tipo wh-ever represente o que de fato ocorre, de modo generalizado, na derivação de orações relativas livres.

Uma possibilidade alternativa de análise seria propor que *-ever* esteja em D⁰ e que o C⁰ da RL seja realizado por *that*. Nesse caso, pode-se supor que o núcleo D, portando um traço de afixo materializado na presença de *-ever*, contenha um elemento que não pode permanecer sozinho, por sua natureza (já que é uma forma presa), no decurso da derivação. Nesse caso, seria necessário supor que algum tipo de filtro impedisse que esse afixo permanecesse desgarrado na derivação, forçando-o a unir-se a uma base. Uma proposta nesses termos pode ser encontrada em Lasnik (1995), denominada *Stray affix filter*. A ideia é que o sistema apresenta esse filtro, que determina que afixos

devem se combinar com uma base sob um núcleo comum antes da aplicação de *Spell out*; caso contrário, temos um caso de derivação não convergente.

Nos termos dessa visão alternativa, uma operação pós-sintaxe seria responsável pela forma final do sintagma-wh (*whoever, whatever, etc.*). Debates específicos sobre uma possibilidade ou outra ficam em aberto para investigações futuras.

4.5. Toda Relativa Livre do Português é uma relativa Livre do tipo wh-ever

4.5.1 RLs em posição argumental

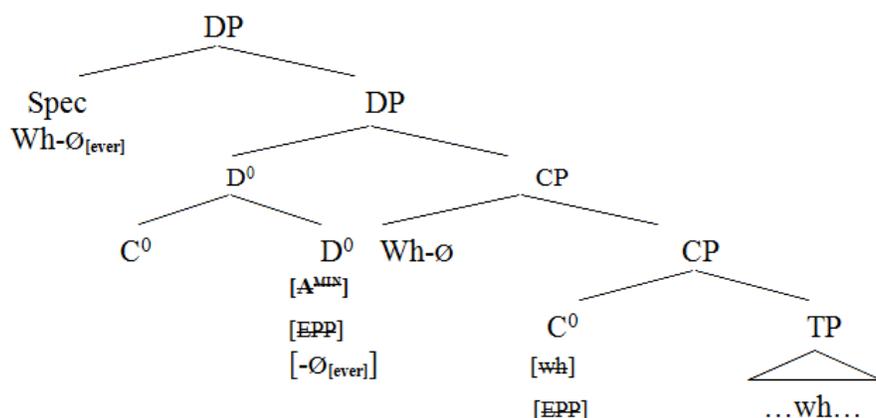
Como ficou claro, a hipótese de derivação de RLs do tipo *ever* do inglês é similar ao que Medeiros Junior (2005) entende ser o que ocorra com orações relativas livres do português, conforme o que se delineou em 3.1.5.

É importante levar em conta que, em português, o termo *quem* que encabeça relativas livres nunca admite a existência do antecedente nominal (assim como ocorre na língua inglesa), e que RLs do português apresentam, portanto, o mesmo tipo de restrição verificado em (26)c e (27)b.

Considerando a similaridade no comportamento sintático de relativas livres do tipo *Wh-ever* do inglês e as RLs do português, passo a propor em português todas as relativas livres sejam construções do tipo *Wh-ever*, com um morfema sufixal nulo¹¹. Não haveria matriz fonológica, como ocorre em inglês, por exemplo, mas os traços estariam presentes causando determinado tipo de efeito tanto na sintaxe (o processo de incorporação dos núcleos), quanto na interpretação semântica dessas estruturas. Teríamos algo como o que se mostra em (30) a seguir:

¹¹ Evidência para essa proposta pode se achar no fato, já descrito anteriormente em DAYAL (1997) e TREDINNICK (2005), de RLs do tipo *-ever* apresentarem interpretação universal para o sintagma-Wh. Nos dados em análise, do português do Brasil, o sintagma-wh em relativas livres recebe interpretação universal.

(30)



Se o que propõe Lasnik (1995) estiver mesmo correto, a presença de um morfema *-ever* nulo em D seria o responsável pela atração de C, já que – sendo ele um afixo – não pode ficar, digamos, desgarrado. Além disso, sendo *-ever* um afixo nulo, ainda seria necessária a presença de material fonológico em D, para que se cumpra o requerimento proposto em Koopman (2000). Assim, supõe-se que o sintagma-wh de relativas livres em português tenha a forma *Wh-ever*, como reflexo do processo de confluência dos núcleos C e D, em operação como a descrita acima.

Estando correta, essa avaliação faz a previsão de que RLs do português precisam apresentar uniformemente uma semântica de maximização (com uma leitura preferencialmente universal para o sintagma-Wh), que corresponde à presença do sufixo *-ever*¹². Essa previsão se confirma, já tendo sido discutida em Medeiros Junior (2005), quando ali se propõe que uma característica das relativas livres é o fato de se poder associar ao sintagma-wh dessas construções a expressão *quer que* (*-ever*)

¹² Considere-se uma RL como a que aparece em (i) a seguir:

- (i) Pedro convence [quem ele conhece] a trabalhar com ele.

A interpretação da RL em questão é a seguinte: $[\forall x / \text{convence} (P, x)]$; P = Pedro. A operação de maximização que se constrói aqui é aquela que Grosu & Landman (1998) chamam de maximização de grau. A interpretação é que a totalidade (e não parte) dos indivíduos no universo do discurso que são conhecidos por Pedro é convencida por Pedro a trabalhar com ele. A operação de maximização também poderia se revelar no que se denomina por esses autores uma operação de maximização de indivíduo. Um exemplo de relativa livre cuja semântica envolve esse tipo de operação pode ser visto em (ii), exemplo adaptado de Grosu & Landman (1998 p. 159):

- (i) [Quem está esperando por mim na esquina] parece ser meu primo João.

Aqui a interpretação é construída no sentido de definir maximamente a variável em termos da designação de um único indivíduo no universo do discurso que possa ser meu primo João. RLs do português teriam, todas, interpretação de maximização de grau.

– como o que se mostra em A e B a seguir – o que se coaduna inevitavelmente com o fato de apresentarem uma semântica de maximização.

- A. O João entrevista quem senta na cadeira.
- B. O João entrevista quem *quer que* sente na cadeira.

Um problema potencial para esta análise seria o de ter de lidar com construções como as que aparecem em C a seguir, em que não se pode proceder da mesma maneira que se procedeu em A, associando o composto *quer que* ao sintagma-Wh:

- C. Não há quem me alegre num domingo à noite¹³.
- D. *Não há quem *quer que* me alegre num domingo à noite.

De fato, algo parece bloquear o procedimento de inserção de *quer que* em construções desse tipo; duas podem ser as alternativas para explicar essa impossibilidade. A primeira pode ter a ver com a interação entre os operadores (não e *-ever*), que, nessa configuração, cancela a existência de uma entidade a que se possa aplicar o predicado. A segunda pode ter a ver com propriedades das construções relativas livres encaixadas como complementos de verbos existenciais, algo que deve ter relação com o fato de esse tipo de RL portar uma forma verbal com traço [*irrealis*]¹⁴.

O fato é que relativas livres com uma forma verbal que porta um traço *irrealis* comportam-se sintaticamente muito mais como interrogativas indiretas, uma vez que autorizam o pied-piping da preposição e parecem prescindir de *matching*. Ainda não está claro por quê. Grosu & Landman (1998) argumentam que essas RLs são na verdade CPs, por seu comportamento sintático, o que acaba emparelhando RLs com interrogativas indiretas.

Caponigro (2003) também entende que RLs com um traço *irrealis* sejam construções diferenciadas, mas não as compreende como CPs comuns (e, portanto, não comparáveis a interrogativas indiretas) porque, segundo esse autor, língua nenhuma apresentará relativas livres

¹³ Agradeço a Carlos Miotto a indicação desse dado em comunicação pessoal.

¹⁴ Observe-se que as propriedades sintático-semânticas de RLs complementos de verbos existenciais já foram discutidas em trabalhos como Caponigro (2002) e Medeiros Junior (2006).

irrealis que contenham um sintagma-wh do tipo qual ou que + NP como em **Maria não tem com qual pessoa falar*.

Nenhum desses estudos, entretanto, é conclusivo quanto ao que de fato pode estar ocorrendo com essas construções sintáticas. Essa é mais um questão que permanece não resolvida nesta tese, por se entender que ainda carece de investigação mais atenta.

Há especificamente casos em que o Wh *quem* pode tomar um nominal como antecedente, que é quando *quem* é complemento de uma preposição como em (31)¹⁵ a e b:

- (31) a. Você viu a menina de quem lhe falei.
b. Todos saudamos os soldados por quem rezávamos.
c. *Encontrei a menina quem você beijou.

É provável que, nesses casos, tenhamos um Wh diferente do *quem* da RL. Talvez se trate de um item lexical com natureza morfológica distinta, algo como um parente próximo do *que*, relativizador comum. Poderíamos, também, considerar que o que temo aí é de fato um *que*, flexionado por caso oblíquo¹⁶.

Medeiros Junior (2005b) avalia esse tipo de assimetria como estando relacionada a questões de Caso. Em c, o DP *a menina* e a Relativa Livre (um DP complexo) competem pela posição de argumento de *ver*. Se o verbo descarrega seu traço de Caso no DP *a menina*, a RL permanece sem Caso, ou o contrário. Em a e b, esse problema é resolvido pela preposição, que salva a estrutura. Os DPs *a menina* e *os soldados* recebem Caso do verbo na matriz e a preposição resolve o problema do Caso da RL¹⁷.

4.5.2 RLs em Posição de Adjunto.

Quanto a RLs em posição de adjunto, a análise se estrutura basicamente em termos dos mesmos processos derivacionais, observadas as devidas diferenças.

Segundo Medeiros Junior (2009), Relativas Livres em posição de adjunto são PPs, derivados por meio de sucessivas aplicações de incorporação de núcleos funcionais. A ideia é que inicialmente

¹⁵ Observe-se que nesse caso, trata-se claramente de orações relativas com antecedente exposto, construções sintáticas diferentes das que se encontram em discussão neste trabalho.

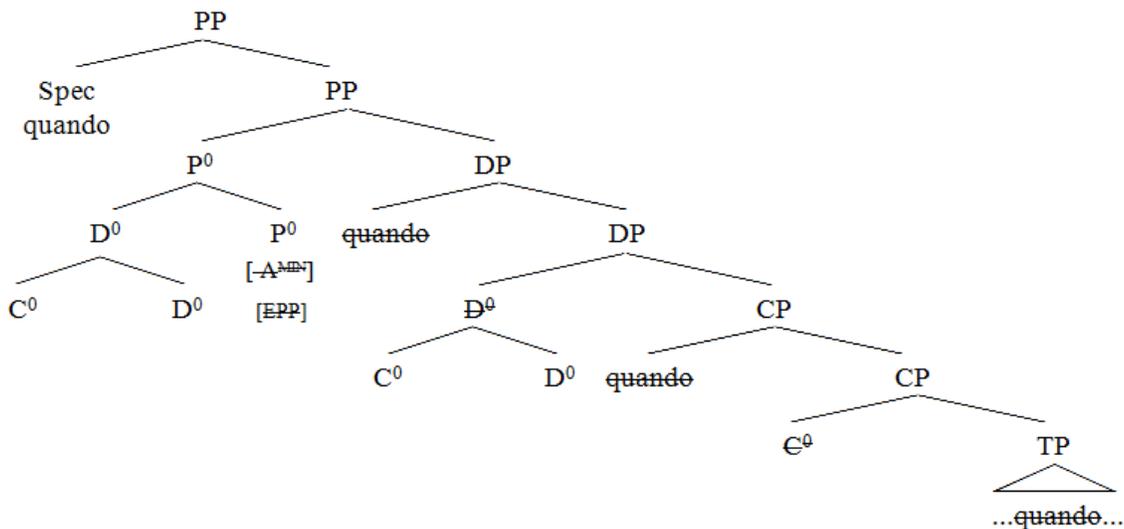
¹⁶ Grato a Mary Kato por essa dica em comunicação pessoal.

¹⁷ De qualquer maneira, esses dados contêm relativas comuns, com núcleos nominais e não RLs

ocorre a confluência de C e D, exatamente como nos casos descritos acima e que, em seguida, o composto [C+D] é movido para P. Conforme a argumentação que se constitui aqui, proponho que todo esse processo tenha uma base morfológica, isto é, seja desencadeado por requerimentos sintáticos de um traço de afixo em P.

De forma geral, o que se propõe é que projeções vazias que encabeçam uma relativa livre contêm um núcleo que porta um traço de afixo. É em função desse traço específico que se desencadeia o processo de movimento e incorporação dos núcleos funcionais. Em uma construção como *Sai [quando você chegou]* a RL (quando você chegou) em posição de adjunto seria derivada, portanto, da maneira como se vê a seguir:

(32)



A mesma análise se estende para construções com *onde* e *como*.

4.6 Evidências Translinguísticas

Esse tipo de análise encontra apoio em evidências translinguísticas. Várias línguas apresentam apenas relativas livres com *-ever*. É o caso do Persa, fato que se encontra descrito em Taighvaipour (2005). Nessa língua, RLs apresentam uma parte sintagmática e uma parte sentencial. A parte sintagmática sempre contém uma palavra que apresenta o prefixo *haer-* (*-ever*), é o que se vê no dado a seguir:

PERSA

- (33) Yasmin [hærči Amy_____ xærیده.bud] ra bærdašt.
Yasmin whatever Amy_____ had.bought RA took-3SG
'Yasmin took whatever Amy had bought'

(Taighvaipour 2005, p. 01)

Efeito semelhante pode ser encontrado no basco, segundo o que argumenta Rebuschi (2003). Nessa língua, RLs chamadas “puras” apresentam obrigatoriamente a partícula *-ever*, como se vê em (34) a seguir:

BASCO

- (34) [Nork (ere) huts egiten bait du], eta ura gatztigatua
Who-k ever mistake doing C⁰ aux:he-has-it and Dem. Punished-sg aux-prosp
Da.1.
Aux:he-is.
'Whoever makes a mistake will/shall be punished'

(Rebuschi, 2003, p. 457)¹⁸

Dados do Norueguês também evidenciam que, nessa língua, RLs apresentam um sintagma-Wh que carrega uma partícula *-ever*; é o que se apresenta em Hogoboom (2003), reproduzido a seguir como (35):

NORUEGUÊS

- (35) Denne kunstneren kjøper jeg hva enn produserer.
this artist buy I what ever produces
'I buy whatever this artist produces'

(Hogoboom, 2003, p. 78)

¹⁸ O autor identifica um Segundo tipo de oração relativa sem antecedente no Basco, diferente do que aparece em (34) que é o que ele chama de relativa semilivre, sentença que apresenta algum material D manifesto; o exemplo desse tipo de construção encontra-se em (i):

- (i) [Huts egiten dun.en.a], hura, gatzgatua izanen da.
mistake doing AUX-C⁰-SG
id., lit. 'the that makes a mistake, that one Will...'

(Ribuschi, 2003, p. 458)

Além dessas línguas, fatos semelhantes são observados em Hebraico moderno (cf. Eilam, 2007) em que, segundo o autor, RLs apresentam sempre uma semântica relacionada ao morfema *-ever*, ainda que não haja realização morfológica desse elemento.

Estudos como o de Alqurashi (2010) evidenciam que, no Árabe Moderno, muitos tipos de RLs aparecem acompanhadas de uma partícula *-maa-* (*ever*), como se vê nos dados em (36); a interpretação nesses casos é claramente generalizante:

ÁRABE MODERNO

- (36) a. sa-ʔaðhbu hayθumaa taðhb.
will-go._{1MS} wherever go._{2MS}
“I will go wherever you go.”
- b. sa-ʔafʕalu-haa mataa(maa) turiid.
will-do-it._{1MS} whenever want._{2MS} .
“I will do it whenever you want”

(Alqurish, 2010 p. 14)

Como se pode ver, em diversas línguas (tais como o persa, o basco e o norueguês), RLs abrigam forçosamente um sintagma-Wh do tipo *Wh-ever*. Línguas como o inglês ou o árabe moderno contêm RLs com e sem *-ever*.

Considerando o tipo de interpretação que as relativas livres recebem em português, (a saber, a possibilidade de se poder associar ao sintagma-Wh que as encabeça a expressão “quer que” (quem *quer quel* onde *quer quel* quando *quer que*), que aponta para uma leitura maximalizante/universal, bem como a existência em português do mesmo tipo de restrição sintática que se verifica nas construções que contêm um Wh com o sufixo *-ever* em línguas como as supracitadas, proponho que RLs do português sejam todas construções do tipo *Wh-ever*. Nesse caso, conforme se argumentou anteriormente, RLs conteriam em sua numeração um sufixo *-ever* nulo, que seria o responsável – em D – pela operação de movimento do núcleo C e conseqüente incorporação dos núcleos C e D. Essa operação sintática teria, como o que propõe Baker (1985), um impacto na morfologia do sintagma-Wh em RLs, a ponto de se verificarem as restrições morfossintáticas já avaliadas.

4.7. Retomando Ott (2011): Uma análise alternativa

No capítulo 3, analisei a proposta de Denis Ott (baseada no programa de fases) para a derivação de RLs, segundo a qual relativas livres seriam, em dado momento da derivação, etiquetadas como um CP, considerando que, nesse momento, C é o núcleo que encabeça a fase e essa fase deve ser etiquetada pela projeção do núcleo que a encabeça e em outro momento, a mesma sentença seria etiquetada, se assim podemos dizer, como um DP, quando todo o material da fase anterior sofresse a operação *Transfer*.

Segundo a proposta de Ott, em uma interrogativa encaixada, T herda traços *Agree* não interpretáveis de C, de maneira que esses traços sejam valorados, no ponto da derivação que se chama *Transfer*. O núcleo C, entretanto, retém um traço (que Ott denomina traço-Q, de pergunta), sendo ele plenamente interpretável e, de certo modo, requerido pelo predicado mais alto. O que acontece em seguida é que T sofre *Transfer* – juntamente com os traços- ϕ , já valorados e que foram herdados de C – enquanto a borda da fase continua visível para o próximo ciclo da derivação.

Nesse ponto da derivação teríamos algo como o que se vê a seguir em (37):

(37) [_{vP} wonder [_{CP} what_i C_Q [_{TP} you T ϕ -cook t_i]]]

(Ott 2011, p.185)

Assim, o que interessa ao predicador da matriz (o traço de pergunta que ele seleciona) ainda se encontra visível no domínio de vP, e pode ser acessado por ele. A sentença é categorizada como uma pergunta encaixada.

A diferença, para o autor, entre as perguntas encaixadas e as relativas livres seria que essas últimas não contêm esse traço-Q, já que o predicador da matriz não seleciona uma pergunta. A argumentação inicial é a de que RLs não contêm força ilocucional, como as interrogativas, sendo apenas posicionadas onde se espera que apareça um DP ou um PP. Em segundo lugar, o autor argumenta que O C⁰ de uma RL nunca é selecionado pelo predicador da matriz. Isso contrastaria então com uma pergunta encaixada em que o predicador na matriz seleciona propriedades do C.

Com base nesses argumentos, Ott conclui que o C de uma RL não contém traços formais interpretáveis, apenas traços não interpretáveis, mais especificamente traços de concordância (*Agree*). Nessa perspectiva, todos os traços formais de C serão herdados por T.

Considerando essas questões e guiando-se pelo princípio da Interpretação Plena (FI), Ott propõe que – como o núcleo da fase não pode herdar traços interpretáveis, sob pena de ser removido com o complemento na etapa *Transfer*, o que acontece com o C em uma RL é o seguinte:

(38) (I eat) [_{CP} what_i \bar{C}_{FR} [_{TP} you T_Φ cook t_i]]

(Ott 2011, p. 186)

O que ocorre nesse ponto é que, como se argumentou no capítulo 3, o termo-Wh encabeça a sentença e a etiqueta do sintagma é dada pela projeção desse núcleo. Assim, na fase *vP*, a etiqueta da RL passa a ser DP, como o que se vê a seguir.

(39) [_{vP} eat [_{DP} what_i \bar{C}_{FR} [_{TP} you T_Φ cook t_i]]]

(Ott 2011, p. 186)

Apesar de não apresentar uma motivação para o movimento-wh em RLs (o autor propõe apenas em nota de rodapé que o traço responsável pelo deslocamento-wh seja o traço de borda “edge feature”, noção que ainda meio confusa na discussão), a proposta de Ott parece dar conta dos dados em português e explicar questões sintáticas apontadas em Medeiros Junior (2005, 2006) como o fato de não se poder em RLs lexicalizar o núcleo C (enquanto em perguntas encaixadas esse procedimento é perfeitamente viável). Nesse caso, se suporia que isso ocorra porque, após a aplicação de *Transfer*, C não se encontra mais disponível. Além disso, essa proposta também explica por que não se poderia lexicalizar a posição do antecedente em RLs, problema também levantado em Medeiros Junior (2005, 2006); segundo essa visão, na fase *vP* o sintagma-wh encontra-se na posição do antecedente.

A proposta constituída nesta tese, entretanto, captura outra questão interessante que envolve RLs do português, que é o fato de essas estruturas apresentarem uma interpretação preferencialmente universal para o sintagma-Wh que as encabeça. Uma aplicação pura e simples da proposta de Ott para o português não daria conta desse fato intrigante. Todavia, uma análise mais aprofundada dessa hipótese em função dos dados do português fica em aberto para investigações futuras.

4.8. Conclusões Parciais

Neste capítulo propõe-se que RLs sejam construções do tipo DP em posição argumental e PP em posição de adjunção, derivadas preferencialmente via movimento, sendo que o PB dispõe de estratégias alternativas de derivação dessas construções em face de conflitos quanto à compatibilidade categorial ou de Caso nessas construções e devido a problemas de subjacência.

A derivação de RLs do português apresenta uma interação entre as propriedades sintáticas dessas estruturas e composição do sintagma-Wh que as integra. Assume-se que toda RL do português seja do tipo *Wh-ever* com um sufixo *-ever* nulo e que esse fato específico tenha relação com a fusão dos núcleos sintáticos C e D diretamente implicados no processo de relativização.

Entende-se que esse sufixo *-ever* nulo se materialize na presença de um traço de afixo, aqui denominado [A^{MIN}], que se supõe portar o D que encabeça RLs.

Considerando-se que se associa ao sufixo *-ever* um tipo específico de interpretação semântica, esse tipo de proposta faz a previsão de que RLs do português precisam carregar uma semântica compatível com a presença de *-ever*, a saber, uma noção universal, maximizada para sua interpretação.

Propõe-se também que a análise de Ott 2011 para relativas livres com base no programa de fases tal como proposto em Chomsky (2001, 2004 e 2008), apesar de não apresentar uma motivação inicial para a aplicação do movimento-wh em RLs, pode ser adotada alternativamente para a análise dos dados do português, já que dá conta de uma série de questões sintáticas, as quais envolvem a derivação de relativas livres tal como apontado em Medeiros Junior (2005, 2006).

RELATIVAS LIVRES NA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS

Este capítulo traz a análise histórica das construções relativas livres. Os dados levantados aqui foram colhidos essencialmente no Corpus Tycho Brahe, desenvolvido – na Universidade Estadual de Campinas – pelos professores Charlotte M. C. Galves e Pablo Faria, e correspondem ao período compreendido entre os séculos XVI e XIX.

Toda a análise se baseia na teoria que resolvi chamar Pistas Sintáticas (*Syntactic Cues*), tal como formulada em Lightfoot 2007 e o arcabouço teórico que serve de pano de fundo é a teoria da checagem do Programa Minimalista tal como proposto em Chomsky (1995) e trabalhos subsequentes. As seções iniciais trazem, como se informou na introdução, algumas noções teóricas necessárias para a implementação da análise.

Os dados analisados parecem evidenciar a possibilidade de que a estrutura de RLs tenha sofrido um processo de reanálise à medida que preposições intervenientes entre o determinante e o relativizador desaparecem, no caminho da constituição do que Roberts (2007) chama gramaticalização. É o que se pode ver nos dados em A e B a seguir, analisados em maior detalhe no decorrer do capítulo.

A. (...) nisto seguirei [o [de que sou notado entre as gentes]] (Couto, Séc. XVI.)

B. Ela só compra [o que eu gosto]. (Português do Brasil)

A hipótese geral que se procura construir neste capítulo é a de que o gradativo desaparecimento da preposição entre o elemento *o* e o relativizador *que* cria a ambiguidade necessária nos dados que conduz a um processo de reanálise da estrutura subjacente às sentenças em questão.

O capítulo se divide em 8 seções. Na primeira seção, apresento questões teóricas relevantes para a discussão implementada no capítulo; na segunda seção, apresento a hipótese para a mudança no português. Na terceira e na quarta seção, a discussão se centra sobre o composto *o que*, sua natureza e os traços associados a ele. A quinta e a sexta seção trazem a análise da mudança de RLs na história do português e a sétima, uma avaliação dessa questão em dados translinguísticos. A seção final traz as conclusões parciais.

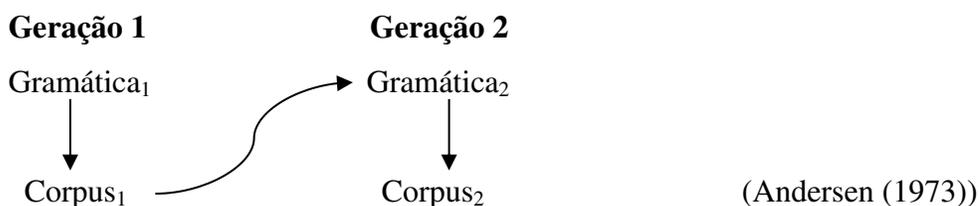
5.1 Retomando questões teóricas relevantes

5.1.1. Inatismo, Aquisição e Mudança

De acordo com a Hipótese Inatista para a aquisição da linguagem, supõe-se que gramáticas sejam construídas por meio da exposição dos falantes “aprendizes” a dados linguísticos primários (PLD). Supõe que a Gramática Universal (GU) – um conjunto de princípios linguísticos invariáveis conectados a um grupo de parâmetros variáveis –, acessando os dados do ambiente linguístico, opere em termos de constituir uma gramática particular de uma língua particular, a qual deverá ser posta em ação pelo sistema de competência do falante. Assim sendo, uma gramática particular deve corresponder a uma instanciação da GU com parâmetros estabelecidos com determinados valores.

Tal sistema de aquisição da linguagem precisa entender a questão da mudança sintática em termos de algo que emerge da “construção” de gramáticas por gerações sucessivas de falantes aprendizes sendo expostos aos PLD. Se isso está correto, o problema lógico da aquisição se torna uma preocupação central na investigação diacrônica. Uma das tarefas centrais nesta tese é, portanto, a de explicar a conexão entre a experiência linguística do falante em fase de aquisição e as intuições sobre as sentenças da língua nativa, que esse falante passa a ter na idade adulta, considerando o fato de que falantes “aprendizes” parecem receber pouca ou quase nenhuma informação sobre o que é agramatical em sua língua, mas mesmo assim, são capazes de intuir entre sentenças bem formadas ou estruturas mal formadas.

Nessa perspectiva, consideremos uma situação em que uma Geração 1 de falantes que possuem uma gramática específica (digamos G_1) produz um corpo de sentenças baseadas nessa gramática (um Corpus_1) às quais a Geração 2 será exposta. A exposição da Geração 2 ao Corpus_1 (como exposição aos PLD) pode dar origem a uma gramática diferente (digamos G_2), a qual certamente produzirá um Corpus_2 , que se espera ser diferente do Corpus_1 , considerando o fato de que ambos são produzidos por gramáticas divergentes. Isso consolida o que Andersen (1973) chamou de mudança “abdutiva” (abductive change)¹, que se expressa no seguinte diagrama:



(Andersen (1973))

¹ Tradução livre minha.

Uma tarefa que qualquer estudo diacrônico precisa atingir é, portanto, a de determinar como certo tipo de inovação no Corpus₂ revela aspectos da Gramática₂, um sistema construído com base no Corpus₁. Assim sendo, é preciso que se entenda a evolução de uma língua como sendo diretamente afetada e inevitavelmente restrita por princípios de aquisição linguística.

Um dos mecanismos que se supõe estarem em ação no que concerne à mudança gramatical é aquilo que se convencionou chamar **reanálise**. Para Harris & Campbell (1985), o fenômeno da reanálise precisa ser entendido como um mecanismo que altera a estrutura subjacente de certo padrão sintático, sem que isso implique qualquer modificação direta na realização desse padrão em fenômenos de superfície. De acordo com esses autores, esse processo depende de um padrão que se caracteriza por ambiguidades de superfície ou pela possibilidade de mais de uma análise para o mesmo fato sintático (Harris & Campbell (1995, p. 51)).

Uma interpretação do fenômeno pode ser encontrada em Roberts (2007). Para esse autor, supõe-se que qualquer processo de reanálise esteja diretamente relacionado a uma mudança de parâmetro. Em suas próprias palavras, “reanalysis is usually a symptom of a change in the value of a parameter” (p.123). Considerando a ideia de que parâmetros unificam conjuntos de propriedades gramaticais de superfície, Roberts argumenta que uma mudança de parâmetro pode se apresentar como um conjunto de padrões de reanálise. Posicionar-se quanto a um ou outro ponto de vista não muda a interpretação dos resultados finais do que se pretende discutir aqui

Assim, entende-se que a língua falada revele estruturas gramaticais subjacentes, e a única possibilidade de que haja o desenvolvimento de um tipo de gramática interna diferente em uma criança se dá quando ela é exposta a dados linguísticos primários (PLD) de caráter ambíguo.

5.1.2 Pistas Sintáticas: Uma Proposta de Análise

Na análise implementada neste capítulo, sigo a proposta de Lightfoot (2007), que considera a mudança linguística como o resultado de uma interação entre fatores da Língua-E e da Língua-I. A ideia básica é a de que a Língua-E pode, às vezes, manifestar algumas estruturas que não representam necessariamente o resultado de uma mudança na gramática de uma língua particular (apesar de estar claro que uma Língua-E é o reflexo de algum formato da GU). Ora, sabe-se que uma Língua-E representa obviamente a manifestação de algum sistema de gramática internalizada, o que por consequência conecta diretamente o sistema de *performance* de um falante às bases da gramática da língua que esse falante tem arquitetadas em sua mente. O que se quer sugerir aqui é

que pode ser que nem todas as construções de um dado enunciado estejam sendo disparadas por alguma estrutura gramatical na mente do falante, algumas sendo resultado de fatores externos. Essa ideia conduz a uma visão exógena do fenômeno da mudança linguística, segundo a qual se entende que algum tipo de mudança fora do sistema linguístico gera uma forma de ambiguidade nos dados manifestos, de tal modo que esse *corpus* constituído conduz à construção de um sistema gramatical diferente do que gerou os PLD.

Alguns fatos de Língua-E poderiam ser motivados por contato, por exemplo, modismos ou mesmo pelo uso disseminado de um tipo específico de estrutura numa comunidade de fala, e essas coisas podem influenciar novas gerações de falantes em processo de aquisição (Lightfoot, 2007).

Em Lightfoot (1997; 1999; 2007), a aquisição da linguagem é entendida como se dando em termos de um procedimento baseado em pistas sintáticas (*syntactic cues*), segundo o qual supõe-se que a criança sonde o ambiente linguístico em busca de algumas estruturas ou “pistas” sintáticas, as quais são elementos da Língua-I (Lightfoot, 2007 pp. 77-78). Uma pista é compreendida como um pedaço de estrutura o qual é derivado do *input*. As crianças “varrem” as sentenças do *corpus* em busca desses pedaços de evidência de uma estrutura gramatical subjacente. A ideia é mais ou menos a seguinte: como resultado da compreensão de um enunciado, a criança constrói um tipo de representação mental desse enunciado. Em seguida, a criança sonda essa representação abstrata (a qual, não nos esqueçamos, foi gerada pelo *input*) e localiza os elementos de que precisa na estrutura, as chamadas “pistas” (Lightfoot, 2007 p. 78). A partir daí, o falante aprendiz constrói sua regra de estruturação sintática e sua Língua-I passa a produzir construções com estruturas subjacentes semelhantes às identificadas nas pistas fornecidas pelos PLD. Passo a assumir a teoria de pistas sintáticas de Lightfoot, tal como esboçada aqui, para construir a argumentação neste trabalho.

Com isso em mente, pretendo estabelecer neste capítulo uma análise de Relativas Livres na variedade do Português produzida no Brasil entre os séculos XVI e XIX, propondo que sentenças como as que aparecem em parênteses em (1) eram originalmente analisadas como *relativas semi-livres*², tal como se mostra em (2) e que, com o desaparecimento progressivo da preposição interveniente entre *o* e *que* (*op*)³, essas construções passam a ser reanalisadas como (3), o que eu considero ser a estrutura atual para relativas livres no português do Brasil:

² Essa terminologia é devida a trabalhos como os de Rebuschi (2011) e De Vries (2002), dentre outros, conforme se discutiu nos capítulos anteriores. Como se disse antes, segundo essa visão, construções relativas do tipo das que se enfoca aqui devem ser analisadas como contendo certo material D manifesto ao qual se segue a frase relativa.

³ Assumo aqui a análise unificada de *raising* para relativas proposta para o português por Kato & Nunes (2009), de acordo com a qual o item *que* que integra orações relativas deve ser entendido como um operador-wh que sofre

(1) (...) nisto seguirei [o de que sou notado entre as gentes]

(Souza, Séc. XVI.)

(2) [DP o [CP que]]

(3) [DP o que [CP]]

O capítulo se estrutura da maneira como segue: na seção 2, retomo alguns pontos da discussão sobre a estrutura de RLs (com enfoque às propostas para o português do Brasil) e à que vai ser considerada para a discussão que é a de Medeiros Junior (2005; 2006; 2009). Ainda nesta seção, procuro estabelecer a hipótese que norteará a discussão do capítulo. Na seção seguinte, analiso dados do português clássico e busco explicar a natureza do composto O QUE, que integra RLs.

Na quarta seção, avalio a derivação de RLs no português clássico no que tange à ideia de que [*o/os que*] nessa fase do português apresenta duas interpretações distintas: uma como unidades separadas ([*o__ que*]) e outra como um todo composto ([*o que*]).

Nas seções seguintes, apresento a análise do tipo de mudança que suponho ter afetado o português do Brasil no que tange à interpretação sintática do grupo *o que*. Passo então, em momento posterior (seção 5), a abordar a análise de Rivero (1984), propondo uma análise alternativa para dos dados do espanhol. A última seção traz as considerações finais e um balanço da análise.

5.2. Discussão teórica e hipótese principal para a mudança diacrônica no português.

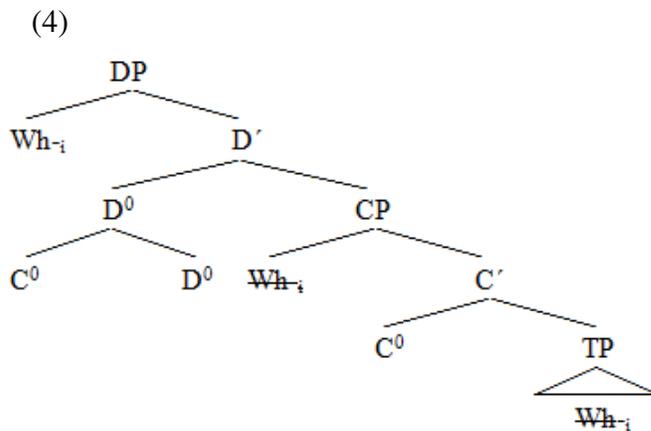
Conforme argumentado em capítulos anteriores, há três grandes propostas que norteiam a análise da estrutura de RLs: a Hipótese de Base de Bresnan & Grimshaw (1978)⁴, a Hipótese do Comp de Gross & van Riemsdijk (1981) e a hipótese do DP, tal como se encontra em Caponigro (2002) e Citko (2004).

A proposta de Caponigro, já analisada em 3.1.4, deu origem – como se mostrou até aqui – a alguns estudos para o fenômeno em português do Brasil. Marchesan (2008) assume integralmente a proposta para o PB e Medeiros Junior (2005) adapta essa proposta para uma visão do que ele

movimento no decurso da derivação da sentença, contrariamente a propostas como as que se encontram, por exemplo, em Tarallo (1983) ou em Kenedy Areas (2002), para quem o item *que* de relativas no português é interpretado como um complementador comum em C.

⁴ Como já proposto anteriormente, análise semelhante pode ser vista em Hirschbüler & Rivero (1983).

chamou a Hipótese do Amálgama Sintático. Partindo da análise de Caponigro, Medeiros Junior propõe a derivação em (4).



A guisa de recapitulação, a argumentação constituída inicialmente por Medeiros Junior (2005) parte de constatações empíricas, como o fato de em sentenças do tipo de (5a), a palavra-Wh *quem* corresponder morfológicamente a toda a expressão entre colchetes em (5b):

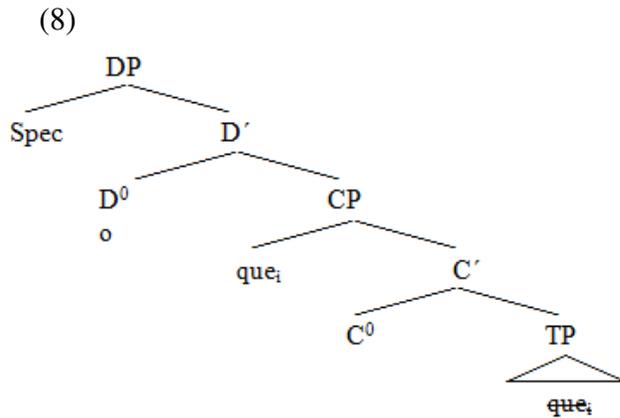
- (5) a. Ele trabalhou com quem nós indicamos.
 b. Ele trabalhou com [a pessoa / as pessoas que] nós indicamos.

Outro ponto observado no comportamento dessas construções é o fato de que os dados acima parecem evidenciar que as posições sintáticas do DP antecedente e do C da subordinada parecem estar bloqueadas para a inserção de qualquer tipo de material fonológico, como se pode ver em (6) e (7):

- (6) O Pedro riu de [FR quem cometeu a gafe].
 (7) a. *O Pedro riu da pessoa [FR quem cometeu a gafe].
 b. *O Pedro riu de [FR quem que cometeu a gafe]

Conforme já se argumentou anteriormente, a posição de antecedente estaria bloqueada pois o próprio Wh estaria ocupando essa posição. Quanto ao núcleo C⁰ da relativa, essa posição também se encontra bloqueada porque, uma vez amalgamado com D⁰, esse núcleo não se encontra mais disponível na posição inferior para realização fonológica.

O que os dados do português clássico parecem evidenciar é que, nessa fase, a língua apresenta dois tipos de construções: uma com a estrutura vista em (4), e outra, que nesta tese resolvi chamar Relativa Semilivre, que apresentava a estrutura em (8).



A ideia que procurarei defender aqui é a de que, na história do português, a segunda estrutura (posta em (8)) é abandonada e os falantes de novas gerações convergem massivamente para a primeira estrutura.

5.3 Relativas Livres no Português Clássico: sobre a natureza de [o que]

Na presente seção, procuro descrever de maneira breve as propriedades de relativas livres no português clássico, tentando atingir o ponto que considero ser a ideia central da discussão que ora se institui: a existência de dois tipos de estruturas sintáticas distintos para esse tipo de sentença na língua.

Os dados a seguir, dos séculos XVI, XVII e XVIII respectivamente, nos dão um vislumbre de como algumas RLs se estruturavam nessa época:

- (9) (...) nisto seguirei [o [de que]_i sou notado t_i entre as gentes] (Couto, Séc. XVI)
- (10) (...) mas [o [de que]_i eu falava t_i] eram cousas do Brasil (Vieira, Séc. XVII)
- (11) (...) mas [o [de que]_i trato t_i], (...) abala toda minha alma e me consterna (Alorna, Séc. XVIII)

Dois fatos principais podem ser apreendidos dos dados acima: 1) as sentenças em colchetes são derivadas via movimento do operador relativo *que*, o que pode ser visto pelo *pied-piping* da preposição em todos os exemplos; 2) o item lexical *o* está em D (posição do antecedente), imediatamente adjacente ao CP.

Nos mesmos períodos, o português também exhibe construções como as de (12), em cuja derivação não se tem evidências para propor a aplicação de movimento-wh:

(12) a. (...) e [osque falam bem] desacreditam a ela e a êles
(Lobo, Séc. XVI)

b. Quando ólho para [os que me cercaõ]
(Costa, Séc. XVII)

São, portanto, sentenças ambíguas quanto à derivação e também do ponto de vista estrutural. Nesses casos, não é óbvio que a estrutura apresentada seja a mesma que se supõe ser constituída em (9), (10) e (11). É possível supor que tenhamos uma configuração em que “os” esteja em D e “que” em CP⁵. Mas seria também possível imaginar, se a ideia desenvolvida em Medeiros Junior (2005) e adotada nesta tese estiver correta, que todo o composto [os que] esteja ocupando uma posição mais alta na estrutura, correspondendo semanticamente a QUEM.

Nesse período, a língua ainda alterna as construções [o que] com estruturas envolvendo o Wh *quem*, tal como visto em (13):

(13) a. E [quem traz o hábito de tal Santo em semelhantes obras] o há-de imitar
(Souza, Séc. XVI)

b. em proveito de [quem as exercita]
(Costa, Séc. XVII)

c. [Quem compõe grandes tratados] costuma aclará-los em notas
(Aires, Séc. XVIII)

Essa alternância está claramente expressa no dado em (14), do século XVI:

⁵ A concordância do verbo poderia servir de argumento para a hipótese de que se tem os em D e que em CP.

(14) que depois da morte há pena pera *quem* viveo mal, eglória pera *o que* obrou bem:

(Couto, Séc. XVI)

Dos dados anotados, observa-se a seguinte frequência de ocorrência ou de co-ocorrência dessas estruturas (a saber, relativas livres com o que e quem sujeitos) nos séculos XVI, XVII e XVIII, descrita na tabela abaixo⁶.

Século	Total de Ocorrências	Ocorrências com <i>o que</i>	%	Ocorrências com <i>Quem</i>	%
XVI	202	112	55.445	90	44.554
XVII	194	100	51.546	94	48.453
XVIII	112	40	35.714	72	64.285
Total	508	252		256	

TABELA-1: co-ocorrência de *o que* e *quem* em posição de sujeito em relativas livres

Entende-se que enunciados como os que aparecem em (13) exibam indubitavelmente a estrutura em (4), a saber, a estrutura de RLs proposta por Medeiros Junior (2005): a palavra-Wh encontra-se em Spec-DP e C⁰ e D⁰ encontram-se fundidos. Se isso estiver correto, não devemos esperar encontrar a ocorrência desse tipo de construção com um C⁰ realizado⁷, como sugerido em (15) a seguir:

(15) *Quem que compõe grandes tratados costuma aclará-los em notas

⁶ Nesse caso, apenas os dados com os elementos em foco (o que e quem) em posição de sujeito foram considerados.

⁷ No Português do Brasil, perguntas-Wh (mas não RLs) apresentam comumente construções com o sintagma-Wh em Spec-CP e o complementador realizado, tal como se mostra em (i):

(i) Quem que pegou o dinheiro na gaveta?

Esse tipo de ocorrência também é muito comum em perguntas indiretas, como se vê em (ii):

(ii) Eu quero saber quem que ligou.

MEDEIROS JUNIOR (2006) argumenta que a ocorrência de um operador-Wh seguido de um complementador em algumas sentenças pode ser avaliada como resultado da presença de uma sentença interrogativa indireta. Como as interrogativas e as RLs apresentam estruturas divergentes, em perguntas, o núcleo C está disponível para a inserção de material fonológico, mas não as relativas livres.

E é exatamente o que acontece: nos arquivos investigados no *corpus* em análise não há sequer uma ocorrência de enunciados com a realização do C⁰.

Sob a mesma linha de pensamento, poderíamos imaginar que todos os enunciados do tipo de (12), ambíguos de início, podem apresentar uma estrutura similar à que se supõe organizar as sentenças em (13), discutidas acima, considerando que, em todos os casos, o grupo [os que] corresponde semanticamente a *quem*.

O fato é que não há evidência suficiente para atestar que temos na verdade, nesses contextos, [o que] em vez de [o[que]], já que poderíamos analisar “o” como a realização de D e simplesmente dizer que o operador sendo movido é *que*, exatamente o que ocorre em orações relativas comuns.

Todavia é preciso notar que nenhuma das sentenças de (9) a (11), nas quais encontramos preposições intervenientes (entre o D e o operador relativo), apresenta a possibilidade de interpretarmos [o que] como uma unidade. Sabe-se, pelo que se argumentou anteriormente, que as sentenças de (9) a (11) sejam do tipo relativas semilivres em que o e que são de fato itens distintos em posições sintáticas distintas.

O que se argumenta aqui é que, em muitos dos casos em que não há preposição intervindo entre *o* e *que*, é possível interpretar todo o composto como *quem* (se estamos falando de relativas em posição argumental), ou mesmo como *quando* ou *onde*, no caso das relativas adverbiais.

Portanto, nas sentenças em que há a possibilidade de substituição de *o que* por *quem*, considera-se que o composto [o(s) que] carregue um traço [+humano] e, desse modo, represente um só item lexical integrado.

Se isso estiver correto, o cenário que se apresenta aqui é o seguinte: o português clássico apresenta dois tipos de estruturas sintáticas para as chamadas Relativas Livres: uma com os itens “o” e “que” ocupando posições diferentes (o primeiro em D e o último em Spec,CP), constituindo o que se chama relativas semilivres e outra com o composto [*o/os que*] constituindo uma unidade, sendo o operador-Wh, que integra as relativas livres típicas. Os dados apresentados até aqui parecem corroborar esta hipótese.

O que tentarei propor em seções a seguir é que, no percurso da constituição do PB, o desaparecimento das preposições entre o determinante e o relativizador fez que novas gerações de falantes convergissem para uma das estruturas abandonando a outra.

5.4. A questão dos traços formais e a natureza de [o que]

Proposições Minimalistas apontam para uma visão do movimento sintático como resultado de operações de último recuso das línguas para derivarem compostos sintáticos de forma convergente. Entende-se que os itens lexicais adentrem a derivação portando feixes de traços, alguns dos quais carentes de interpretação na interface LF. Esses traços específicos precisam então ser eliminados (por meio de processos de verificação) ou valorados, antes que a derivação atinja a interface relevante (cf. Chomsky 1995).

Se assumirmos, tal como sugerido na introdução, que as construções postas em análise aqui envolvem alguma instância de movimento-Wh, passa a ser crucial verificar como essas operações formais têm lugar na estrutura primeira e como esse processo se dá na construção que sofreu reanálise.

Supõe-se que o traço-Wh seja [-interpretável] em C e [interpretável] no sintagma-wh (cf. Chomsky 1995). Isso significa que em C ele deve ser eliminado, mas que na palavra-Wh em si ele permanece ativo para outras operações formais no caminho da derivação até LF.

Consideremos o caso de (9), repetido aqui como (16)

(16) (...) nisto seguirei [o [de que]_i sou notado t_i entre eles]⁸ (Couto, Séc. XVI)

A sentença entre colchetes constitui o que estou chamando de relativa semilivre, contendo a seguinte estrutura:

(17) [DP o [CP [de que]_i C⁰ [TP sou notado ~~de que~~_i entre eles]]]

⁸ É provável que, nesse momento da língua, as pistas dadas aos falantes (com a presença da preposição) sejam a de uma estrutura relativa comum, com um núcleo nominal vazio. Nesses casos, para se adotar uma derivação nos termos do que propõe Kayne (1994), seria necessário supor o movimento da categoria vazia (que nasceria como complemento de que) se deslocasse para uma posição anterior ao que (provavelmente Spec-CP), como o que se vê em (i):

(i) nisto seguirei [o e_k [de que t_k]_i sou notado t_i entre eles]

É possível que, com o desaparecimento progressivo da preposição, como se mostrará em 5.5, os falantes tenham reanalisado a estrutura de forma distinta.

Como se pode ver, a partir da representação, o operador-wh é movido para Spec-CP, em função de um requerimento do traço-Wh. A análise tradicional propõe que essa operação se trate de um requerimento do núcleo funcional C^0 , o qual funciona como uma sonda, buscando na derivação um item lexical compatível em termos de traços. O PP *de que* combina em termos de traços e a operação *Agree* valora o traço-wh não interpretável em C.

Supõe-se que o D^0 externo satisfaça todos os requerimentos do predicador na matriz tais como papel temático e Caso, tendo seu próprio traço de Caso validado no domínio do v^0 mais alto e seu papel temático atribuído por meio de Merge externo. Entende-se, portanto, que *o* e *que* são unidades linguísticas distintas.

Mas o que dizer sobre dados como o de (18) a seguir?

- (18) que depois da morte há pena pera *quem* viveo mal, eglória pera *o que* obrou bem:
(Couto, Séc. XVI)

Como se pode ver pela variação no próprio dado, [*o que*] e [*quem*] têm o mesmo estatuto; nesse caso, é preciso interpretar [*o que*] como formando uma unidade⁹. Entende-se que *quem* e *o que*, nesse caso, portem os mesmos feixes de traços formais, além do fato de [*o que*] corresponder semanticamente a *quem*.

Considerando o que se mostrou até aqui, a conclusão principal é que [*o/os que*] apresenta duas estruturas distintas no português clássico: pode ser interpretado como um operador-wh ou como um composto [D] + [operador-wh]. Nas situações em que ele é um operador-wh, todo o composto porta um traço-wh e é movido para C após *Agree* estabelecer uma relação formal entre operador e núcleo funcional. Quando *o* e *que* são interpretados como unidades separadas, apenas o último toma parte na operação formal relevante.

5.5 De [_{DP} *o* [_{CP} *que*]] para [_{DP} *o que*]: o curso da mudança

Nesta seção, tento mostrar como Relativas Livres do PB convergiram para uma estrutura sintática única, como resultado de um processo de reanálise dos dados linguísticos primários (PLD) a que os falantes aprendizes estavam sendo expostos. Conforme mencionado na introdução, a

⁹ No que concerne especificamente ao dado em (18), deixo de lado aqui a discussão sobre a existência de movimento de sujeitos-wh. Para um debate importante sobre essa questão, ver Agbayani (2006).

proposta que tento desenvolver aqui está baseada na ideia de pistas sintáticas desenvolvidas em Lightfoot (2007).

5.5.1. A Língua-E e o Ambiente da Variação

De acordo com a argumentação de Lightfoot, o ambiente da Língua-E a que as crianças são submetidas sofre variações, muito frequentemente e algumas vezes pequenas variações podem resultar em mudanças consideráveis na gramática. Nessa perspectiva, a mudança gramatical estaria diretamente conectada a mudanças na fala das pessoas.

Da perspectiva de Gramáticas como entidades abstratas, derivadas a partir da exposição aos PLD, mudanças gramaticais podem ocasionalmente acontecer e afetar drasticamente (ser reveladas em) uma ampla gama de construções e expressões. Isso faz da mudança gramatical algo um pouco diferente de simples variações na língua-E¹⁰.

Como mencionado anteriormente, um procedimento de aquisição com base na análise de pistas sintáticas – nos termos da ideia como já foi delineada – talvez seja uma maneira interessante de tentar explicar algumas instâncias de mudança gramatical, se se considera as duas coisas (i.e. aquisição e mudança) como estando conectadas. Assim, de acordo com essa visão, supõe-se que as crianças em fase de aquisição “escaneiem” os PLD buscando por pistas sintáticas, que são elementos da língua-I alvo.

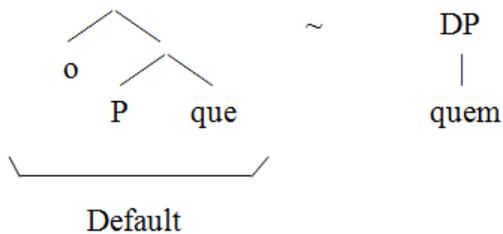
5.5.2 O percurso da mudança

Consideremos, então, o caso do português clássico. No que concerne à estrutura de Relativas Livres, crianças em fase de aquisição são expostas inicialmente a dois tipos de dados, a saber, aqueles identificados nos dados evidenciados entre (9) e (11) a enunciados do tipo de (12). Do processamento dessas estruturas no input, os aprendizes chegam até as estruturas subjacentes ao enunciado.

¹⁰ Deve-se ressaltar que uma língua-E reflete “o output das gramáticas de uma comunidade, o uso variado dessas gramáticas no discurso e a variação social no corpo dessas gramáticas” (LIGHTFOOT, 2007 p. 89); assim sendo, ela pode ser o locus de algum tipo de inovação que não expressa necessariamente uma mudança na gramática. Essas instâncias de inovação, entretanto, podem conduzir gerações de aprendizes a terem como pista padrões estruturais sintáticos diferentes daqueles que compõem a gramáticas (ou gramáticas) de seus ancestrais.

Quando a questão são as construções com preposições intervenientes entre o determinante e o relativizador – dados muito comuns entre os séculos XVI e XVII, não há quaisquer conflitos; as novas gerações de falantes vão certamente convergir para a estrutura do que chamamos de relativas semilivre, em uma fase em que a língua se apresenta no seguinte ponto:

1) Estágio I

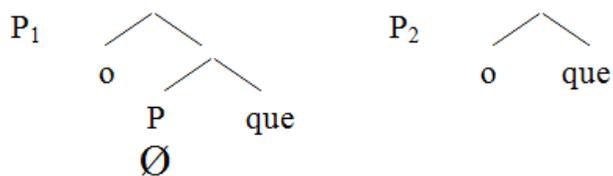


– E´ este o de que vos aqueixades?

(Demanda do Santo Graal, séc. XV)

Com o rareamento progressivo da ocorrência de dados com a preposição interveniente (o que mostra a tabela 2 mais adiante), as novas gerações passam a ser expostas a dados do tipo de (12), o que põe a língua indubitavelmente em uma situação de variação em que, em competição com a estrutura proposta anteriormente, passa-se a interpretar os dados da língua como estando no seguinte ponto:

2) Estágio II



(...) e [osque falam bem] desacreditam a ela e a êles

(Lobo, séc. XVI)

O ponto em questão é: para crianças em fase de aquisição, sentenças como (12) são ambíguas em termos estruturais. Considere-se (12a), repetida a seguir como (19):

(19) e [os que falam bem] desacreditam a ela e a êles.

Partindo desse tipo de enunciado como pedaços dos PLD, a gramática das crianças pode convergir para (20) tanto quanto para (21):

(20) [DP o [CP que]]]

(21) [DP o que [CP]]

No modelo de aquisição por pistas, enunciados ambíguos nos PLD não influenciam o processo de aquisição. A ideia é que apenas enunciados não ambíguos sirvam de pista para a estrutura sintática subjacente. Supõe-se que a atenção das crianças não se volte para esse tipo de sentença, já que elas não são capazes de – com base nos dados – atingir, de maneira segura, um procedimento apropriado de fixação do parâmetro.

Construções como (9), (10) e (11), por outro lado, não são de modo algum ambíguas. As sentenças desse grupo dão a pista para a estrutura em (20) e as de (12) dão a pista para a estrutura (21).

Como já mencionado, a questão interessante no português clássico é que a frequência da ocorrência de dados com preposições intervenientes (operadores PP) como os que aparecem em (9), (10) e (11) decresce progressivamente entre os séculos XVI e XVIII e vai a um percentual nulo (zero) de ocorrências nos textos do século XIX, como se observa na tabela 3, a seguir:

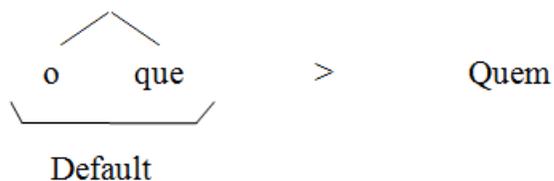
Século	Ocorrências	Total de enunciados analisados	Percentual total
XVI	54	2.897	1.8%
XVII	59	28.873	0.7%
XVIII	32	15.453	0.2%
XIX	0	4200	0%

TABELA-2: Ocorrências de preposição interveniente entre o determinante e o operador

Como se pode ver, apesar de – mesmo no período mais produtivo – a frequência da ocorrência de estruturas com preposições intervenientes ser muito baixa, há inegavelmente um processo de declínio na ocorrência de tais construções. Isso pode influenciar certamente novas gerações de aprendizes no processo de aquisição, o que deve resultar num processo de mudança sintática.

À medida que os dados com a preposição entre o determinante e o relativizador desaparecem, os aprendizes de língua em fase de aquisição perdem a evidência para chegar à pista da estrutura em (20) e, assim, reanalisam-na como (21). A língua então, segundo esse entendimento, dirige-se para o seguinte estágio:

3) Estágio III



[Quem compõe grandes tratados] costuma aclará-los em notas

(Aires, séc. XVIII)

Com a consolidação do português brasileiro no século XIX, construções com preposição interveniente não mais existem e todas as instâncias de [o/os que], segundo a hipótese que se aventa nesta tese, passam a ser interpretadas como operadores relativos-wh, posicionados em Spec-DP/PP

Como resultado, sentenças do tipo das que aparecem entre colchetes em (22) a e b param de ser encontradas no PB:

- (22) a. não há neste destêrro outro dia de alívio senão [o em que nos chegam as cartas]
 b. a mesma capella para o simulacro do Amor Diuino, que he [a em que hoje assiste].

Depois do processo de reanálise descrito acima, todas as sentenças do tipo de (22) passam a apresentar um operador-Wh único, que substitui todo o composto subjacente em cada exemplo:

quando (em (a)) e *onde*¹¹ (em (b)). Se isso está correto, *onde* e *quando* deveriam estar em Spec-DP, como mencionado anteriormente, constituindo uma estrutura como (4) para a Relativa Livre.

Essa parece ser uma inovação particular do PB, considerando que o português europeu parece apresentar um padrão diferente.

De acordo com Duarte & Brito (2003), o português europeu exibe duas estruturas diferentes: uma em que [o que] foi submetido a um processo de reanálise, sendo interpretado como uma unidade (o que se vê em (23) a), e outro com duas coisas separadas (“o” em D e “que” em C). O segundo tipo de estrutura seria evidenciado pelo que se pode observar em dados como (23) b com a presença da preposição interveniente:

- (23) a. *Aprecio o que fizeste.*
b. *Já tenho o de que preciso.*

(Duarte & Brito 2003, pp. 682, 683)

Observe-se que juntamente como o desaparecimento da preposição interveniente, passa-se a não mais se ver nos dados a ocorrência de [o que] portando um traço [+humano]; nos casos em que as construções aparecem assim, ao composto [o que] é associada uma interpretação [-humano] [-animado]. Nesse caso, o composto que se supõe gramaticalizado recebe interpretação similar ao dado do PE (em 23a)¹², fornecido por Duarte & Brito.

Dos dados postos em análise, vê-se a seguinte evolução no paradigma dos sintagmas-wh que integram relativas livres e semilivres na história do português:

¹¹ Medeiros Junior (2009) desenvolve uma análise para relativas livres do PB com *quando* e *onde* nos termos do que se propõe aqui. Sentenças desse tipo são tomadas como tendo natureza PP, cuja derivação envolve um movimento de C para D e uma aplicação posterior de Move sobre o núcleo composto [C+D], que sobe até P.

¹² A exceção são os dados com [os que], que continuam aparecendo no corpus. Essa é uma questão que ainda carece de investigação mais aprofundada. Seja como for, algo é diferente entre os dois grupos: sempre que os dados apresentam [os que], o composto pode ser emparelhado com *quem*; com [o que], o mesmo não ocorre.

Século	RLs-Argumento ¹³	RLs-Adjunto
XVI	o(s) de que / o(s) com que / o(s) em que / o(s) por que / o(s) que / quem / quando / onde	o(s)com que / o(s) em que / o(s) por que / quando / onde
XVII	o(s) de que / o(s)com que / o(s) em que / o(s) por que / o(s) que / quem / quando / onde	o(s)com que / o(s) em que / o(s) por que / quando / onde / como
XVIII	o(s) de que / o(s) em que / o(s) que / quem / quando / onde	o(s)com que / o(s) em que / o(s) por que / quando / onde / como
XIX	o(s) que / quem / quando /onde	quando / como / onde

TABELA-3: Paradigma dos sintagmas-wh em relativas livres e semilivres

5.6. Gramaticalização: uma análise alternativa

Roberts & Roussou (1999; 2003) descrevem o que eles chamam de gramaticalização como um processo que dá origem a novo material funcional a partir de itens lexicais. A ideia básica é que crianças em fase de aquisição podem eventualmente reanalisar material lexical como funcional, em face da ambiguidade nos PLD.

Caso se tome isso como verdade, pode-se olhar para o tipo de mudança que tem sido avaliada aqui como um simples caso de gramaticalização. Novas gerações de falantes, expostos aos dados nos quais preposições intervenientes são cada vez menos detectáveis, tendem a reanalisar a estrutura relativa em (24) como a estrutura que aparece em (25):

(24) [DP o [NP Ø [CP que...]]]

(25) [DP o que...]]]

Isso definitivamente resultaria na reorganização da estrutura subjacente de Relativas Livres, apesar de os resultados na superfície continuarem basicamente os mesmos. Como ficou claro, dois itens lexicais diferentes (o “o” do DP e o “que” do domínio do CP respectivamente) são reinterpretados como uma unidade [o[que]] > [o que]¹⁴.

¹³ Consideram-se aqui também os contextos em que as construções com quando onde e como funcionam como argumento de preposições.

¹⁴ O item gramaticalizado corresponderia a algo como o what do inglês, que não mais portaria, por exemplo, traços de concordância.

Roberts & Roussou (2003) avaliam a mudança afetando elementos-Wh do Grego, numa viabilidade de sua interpretação como indefinidos, como resultado de uma mudança no interior do DP. Para os autores, a mudança na estrutura do DP na história do grego viabilizou o surgimento de uma série de sintagmas-Wh distintos a partir daqueles que apresentam leitura indefinida (p.164)¹⁵.

Considerando o fato de a interpretação e o funcionamento de [o [que]] ter passado por alterações na história do PB, não seria impossível sugerir que também no PB, assim como em Grego, o DP tenha sofrido algum tipo de alteração interna no processo de reanálise que deu origem ao complexo [o que], salvaguardadas as devidas diferenças entre as línguas. Adicionalmente, é possível observar que em RLs sujeito do PB, [o que] não pode apresentar traços de concordância, sob pena de que se tenha a interpretação de RL perdida, como se pode ver em (26). Essa questão pode servir como evidência de que o complexo [o que] no português foi mesmo gramaticalizado e encontra-se congelado para *agree*, a não ser que a relação se dê com todo o composto e não simplesmente com o morfema *os*.

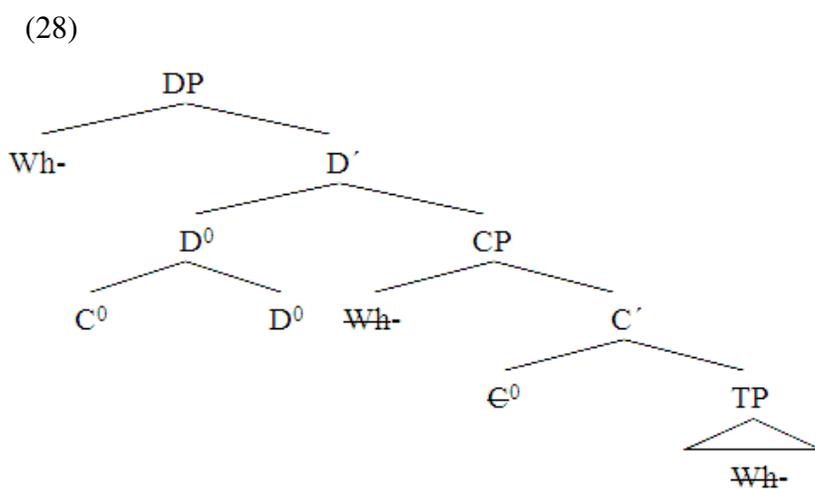
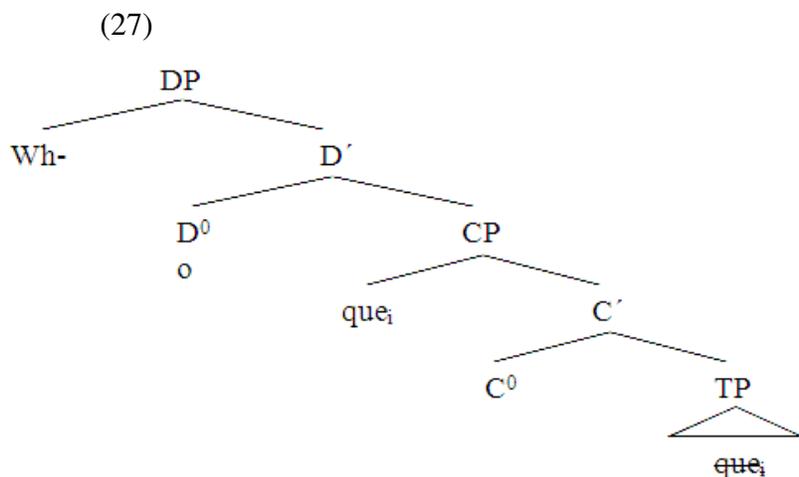
- (26) a. O que as nossas crianças comem é importante para seu crescimento. (RL)
b. #Os que as nossas crianças comem são importantes para o seu crescimento¹⁶.
(Relativa semilivre)

A interpretação mais imediata para (26)b é a da estrutura [os__que] com um nominal nulo, complemento do D realizado.

Além disso, supõe-se que o grupo [o que] esteja posicionado em Spec-DP, um passo acima na árvore, o que deveria de fato caracterizar um evento claro de gramaticalização, evidenciado no contraste visto nos gráficos (13) e (14) acima, repetidos a seguir como (27) e (28):

¹⁵ A relação entre Whs e elementos indefinidos pode ser encontrada em outras línguas. Há línguas como o japonês em que elementos-wh e indefinidos formam o mesmo paradigma. (Agradeço a Mary Kato, por essa informação em comunicação pessoal).

¹⁶ Observe-se que aqui, inquestionavelmente, a interpretação é bem diferente. Como se argumentou anteriormente, esse enunciado tem de estar necessariamente ancorado em algo do tipo de todos os doces prejudiciais à saúde, os que as nossas crianças comem são importantes para o crescimento.



Ambas as estruturas (27) e (28) são encontradas no português clássico. Supõe-se que o PB exiba apenas a estrutura (28); o português europeu, como afirmam Duarte e Brito, possui as duas¹⁷.

5.7 Questão translinguística na comparação com o espanhol: avaliando Rivero (1984)

Rivero (1984) analisa o fenômeno das Relativas Livres numa perspectiva diacrônica. De acordo com seu estudo, o espanhol do século XIII apresenta dois tipos de RLs: o que ela chama

¹⁷ Outra análise poderia ser feita no sentido de entender o desaparecimento da preposição interveniente não como o fator que conduz à mudança, mas como um mero efeito desse processo. (Agradeço a Charlotte Galves por essa dica em comunicação pessoal). Nesse caso, poder-se-ia sugerir que a gramaticalização de [o que] poderia ter seguido o processo de gramaticalização do *o que* interrogativo; essa abordagem pressuporia um retorno aos dados para avaliação mais segura. É uma possibilidade de análise que permanece em aberto para investigações futuras.

sentenças *quantos que* versus sentenças *quanto*. É o que se pode observar nos dados listados a seguir:

- (29) a. *Quantos aqui sedemos yacemos en mal banno*
'quantos aqui sejamos estamos em má posição'
Todos quantos estejam aqui estão em má posição
- b. *Quien matar te pudiere sera bien soldado*
'quem matar-te pudesse seria bom soldado'
Quem te matasse seria bom soldado

(RIVERO 1984, p. 86)

- (30) *Quantos qe la udieron esta sancta razon todos a la gloriosa dizien su benediction.*
'quantos que a ouviram esta santa razão todos a a gloriosa dizem sau bênção'
(Todos) quantos ouviram esta santa razão davam à gloriosa sua bênção.

(RIVERO 1984, p. 87)

A autora analisa a sentença de (30) como relativas comuns com núcleo, com a palavra-Wh como antecedente e o complementador (ou talvez elemento relativizador) *que* em Comp, enquanto sentenças como as de (29) são analisadas como relativas que não dispõem de um antecedente expreso e apresentam o sintagma-Wh em Comp. Isso mostra que Rivero adota a hipótese do Comp para Relativas Livres do tipo de (29) e a hipótese do núcleo (ou hipótese de base) para o tipo de sentença de (30). Seu objetivo é mostrar como o segundo grupo de sentenças desaparece no espanhol moderno e como a análise do Comp precisa ser estendida para todas as instâncias de relativas livres no espanhol moderno.

Construo aqui uma análise alternativa para o que pode ter afetado o espanhol antigo de modo a fazer que o segundo grupo de sentenças tenha desaparecido. Minha argumentação principal é que Relativas Livres do espanhol do século XIII parecem se comportar exatamente como as sentenças [o que] do português. O espanhol apresentaria, dessa maneira, dois grupos de sentenças: um grupo em que *quantos* representa um item lexical híbrido que satisfaz os traços de operador em C e que também se comporta com base em propriedades do tipo D, e um grupo em que *quantos* materializa o DP, corresponde ao determinante.

Seria o caso de que em enunciados do tipo de (30), a palavra *quantos* funcione como um determinante comum, exatamente como *o*, do português e que a palavra *qe/que* seja de fato o

relativizador/operador que carrega os traços-Wh necessários para entrar *agree* com C. Assim, a mesma análise delineada para o português em seção anterior seria aplicável também ao espanhol.

Vejamos então como é possível implementar esse tipo de propostas. Começemos por considerar (30), repetida aqui como (31)

(31) [DP *Quantos* [CP *qe la udieron esta sancta razon*] todos a la gloriosa dizien su benediction].

‘*quantos que a ouviram esta santa razão todos a a gloriosa dizem sua bênção*’
(Todos) *quantos* ouviram esta santa razão davam à gloriosa sua bênção.

Se considerarmos *quantos* como sendo a realização do DP (não como um operador-wh), podemos supor que o item *qe* é o elemento que funciona segundo os padrões de um operador e que é o responsável pelas operações formais de traços-wh em C¹⁸. Um bom teste para tentar verificar essa ideia seria tentar apagar o elemento *quantos* da sentença; isso certamente produziria um resultado agramatical, considerando o fato de que um DP é exigido para satisfazer os requerimentos do predicador da matriz e não um CP. Assim, o núcleo *quantos* é crucial para a gramaticalidade da sentença, já que é ele quem a tipifica como uma estrutura D, necessária para a interpretação.

(32) *[*qe la udieron esta sancta razon*] todos a la gloriosa dizien su benediction

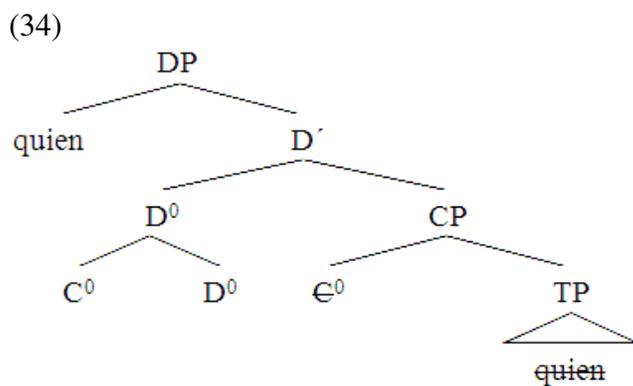
No que concerne às sentenças em (29), supõe-se que elas apresentem uma estrutura como (28), com o sintagma-Wh em Spec-DP e não em Comp tal como proposto por Rivero. Exatamente como em português, a forma morfológica do sintagma-Wh que integra essas sentenças reflete um processo de incorporação dos núcleos sintáticos C e D. Isso inevitavelmente tipifica RLs em posição argumental como DPs, fato que pode ser confirmado, caso se leve em consideração fatores como a distribuição, por exemplo. Uma RL fica bem onde um DP é esperado.

Consideremos (29)b, repetida abaixo como (33):

(33) [Quien matar te pudiere] sera bien soldado
‘quem matar-te pudesse seria bom soldado’
Quem te matasse seria bom soldado

¹⁸ Sem entrar em discussões polêmicas sobre o comportamento sintático de sujeitos-Wh, podemos assumir com Agbayani (2006), que apenas os traços relevantes do elemento-Wh entram numa operação de *agree* com C.

Como fica claro, é toda a sentença entre colchetes, encabeçada pelo operador relativo, que funciona como o argumento do predicado matriz, contrariamente ao que acontece em sentenças como (30). A estrutura de (33) é a que se mostra em (34) a seguir:



Se essa hipótese estiver correta, não deveríamos esperar encontrar nenhuma sentença com [*quien que*] no espanhol e é exatamente o que acontece. Rivero não registra nenhuma sentença contendo o composto *quien que* (cf. Rivero 1984, p. 87).

Assim sendo, proponho que o mais viável é pensar que o espanhol deve ter trilhado o mesmo caminho descrito para a evolução desse tipo de sentença que se observa em português. As razões por que o paradigma em (27) teria sido abandonado em função do paradigma em (28), entretanto, ainda requer estudo detalhado.

5.8. Conclusões Parciais

Tentei, neste capítulo, delinear uma análise que explique a natureza do composto [o que] nas relativas livres do PB. Argumentei que o português clássico apresentava duas estruturas subjacentes para sentenças contendo o grupo *o que*: uma em que *o* ocupa a posição do antecedente e que está em Spec-CP, que eu chamei relativas semilivres, e outra em que [o que] é tomado como uma unidade (alternando-se com quem e posicionado em Spec-DP, numa reavaliação da estrutura proposta por Medeiros Junior (2005; 2006)).

Procurei mostrar que o processo de reanálise conduziu os jovens aprendizes do português a convergirem para uma estrutura subjacente única – com base na exposição aos PLD ambíguos – que é [DP o que] CP], e que o espanhol parece ter trilhado o mesmo caminho.

A discussão desses fatos pode ainda ser retomada em trabalhos futuros a partir da análise de um conjunto maior de dados, ou mesmo da análise de dados de fases anteriores do português.

Este trabalho discutiu o fenômeno das orações relativas livres no PB buscando avaliar questões concernentes à sua estrutura sintática, sua interpretação semântica e sua evolução desde o português clássico até o PB. Utilizei, para fins de análise, o arcabouço teórico da gramática gerativa, na perspectiva da teoria de Princípios e Parâmetros, em sua versão conhecida como Programa Minimalista (Chomsky (1995) e trabalhos subsequentes).

O Capítulo 1 trouxe as perguntas de pesquisa e os problemas que se buscava resolver. Dentre eles, a questão de como orações relativas livres se estruturam sintaticamente, como as sentenças-Wh que integram essas estruturas se diferenciam das sentenças-Wh que integram as pseudo-clivadas. Ainda nesse capítulo, indaguei sobre a semântica de relativas livres em português quanto à operação de maximização que realiza o operador-Wh nessas estruturas. Também nesse capítulo, foram levantadas questões quanto ao funcionamento de RLs no PB e quanto à questão de como esse tipo de construção sintática evoluiu na história do português, além de questões quanto à possibilidade da ocorrência de RLs em PB que não estejam sujeitas aos efeitos de compatibilidade.

O capítulo 2 apresentou uma análise das construções conhecidas como orações relativas e uma visão da tipologia dessas estruturas sintáticas segundo o que propôs De Vries (2002). O capítulo tratou ainda da estrutura de clivadas e pseudo-clivadas, e de como as sentenças-wh que integram essas construções são por vezes associadas a sentenças relativas. O capítulo trouxe também uma avaliação inicial do fenômeno foco de nossa análise – as relativas livres – e de algumas de suas propriedades sintáticas.

Ainda no capítulo 2, avaliaram-se retrospectivamente as hipóteses sobre o processo de relativização na perspectiva da teoria da gramática, com vistas a definir a visão de relativização que seria adotada na tese. A hipótese de relativização adotada foi a de Kayne (1994) que prevê, no processo de relativização uma relação direta entre o CP relativo e o determinante que encabeça o nominal relativizado.

O capítulo 3, um dos mais densos, trouxe análises e algumas das respostas às perguntas postas no capítulo de abertura. Aí abordam-se basicamente duas questões: a estrutura de RLs e sua sujeição aos chamados efeitos de compatibilidade e a análise de pseudo-clivadas.

De início no capítulo, construiu-se um apanhado do fenômeno das relativas livres na perspectiva da teoria da gramática, de modo a se apresentarem as propostas de análise mais

relevantes dadas ao fenômeno na bibliografia. Após avaliação detida das propostas, optou-se pela adoção nesta tese da proposta de Relativização livre formulada em Medeiros Junior (2005), a saber, a que prevê que a derivação de relativas livres envolve uma operação complexa de confluência dos núcleos C e D implicados no processo de relativização. Esta hipótese foi adotada por se entender que ela explica melhor que as outras hipóteses fatos empíricos nos dados. Quanto à derivação e estrutura de RLs nesse capítulo ainda se aventou a possibilidade de que a hipótese de Ott (2011) seja tomada como alternativa à de Medeiros Junior (2005)

Quanto aos efeitos de compatibilidade, conhecidos na bibliografia como *matching*, concluiu-se que o português é uma língua em que os requerimentos de compatibilidade precisam se aplicar sempre, em concordância com o que propôs Marchesan (2008) e que, mesmo em casos de RLs em posição de sujeito, (que parte da bibliografia analisada afirma ser uma posição em que RLs estão isentas de requerimentos de compatibilidade em línguas *pro-drop*), relativas livres precisam se submeter ao *matching*. Os casos de incompatibilidade verificados em relativas livres contendo uma forma verbal *irrealis* foram atribuídos a uma diferença entre as estruturas de RLs comuns e essas construções especiais, conforme argumentou Medeiros Junior (2005). Quanto às RLs em posição de sujeito, os casos de aparente quebra do requerimento de incompatibilidade foram analisados nesta tese como construções de tópico (contendo interrogativas indiretas) e não exatamente como relativas livres.

A questão das pseudo-clivadas também foi analisada nesse capítulo e a conclusão foi a de que pseudo-clivadas especificacionais não contêm uma relativa livre, conforme argumentou Resenes (2009); assim, determinou-se que apenas as pseudo-clivadas predicacionais sejam entendidas como estruturas contendo uma relativa livre.

O capítulo 4 trouxe mais algumas respostas às perguntas postas em 1. Nesse capítulo, determinou-se com base na análise de questões empíricas nos dados que a melhor análise para RLs do PB constitui-se no sentido de entendê-las como DPs em posição argumental e como PPs em posição não argumental.

Também nesse capítulo, com base em questões semânticas e em evidências translinguísticas, constituiu-se a proposta de que toda RL do português seja uma RL do tipo *wh-ever*. Essa hipótese se estrutura de início no fato de que o mesmo tipo de restrição sintática que as RLs com *-ever* apresentam em inglês é também verificado em português, a saber, o fato de esse tipo sintagma-*wh* não poder tomar um nominal como antecedente. Argumentou-se ainda que a presença do sufixo -

ever nessas construções estaria diretamente relacionada à interpretação universal (de maximização) que RLs do PB apresentam para o operador-wh.

Finalmente, o capítulo retoma a hipótese de Ott (2011), construída com base na perspectiva de fases do Programa Minimalista, segundo a qual RLs, em sua derivação, apresentam-se em certo ponto como CPs e ao final como DPs. Entende-se que esta hipótese consiga dar conta dos fatos empíricos verificados nos dados do PB, mesmo que não tenha nada a dizer sobre a interpretação universal dada aos sintagmas-wh em RLs do PB. Essa hipótese foi considerada como uma análise alternativa à de Medeiros Junior (2005).

No capítulo 5, constituiu-se a análise das RLs na história do português. Toda a análise foi constituída com base no que se chamou aqui teoria de pistas sintáticas, como proposto em Lightfoot (1997, 1997, 2007), e na ideia de gramaticalização, tal como proposta em Roberts & Roussou (2003) e Roberts (2007).

Argumentou-se que, no português clássico, RLs apresentavam duas configurações distintas: uma em que no composto [o que] *o* e *que* representavam categorias independentes, sendo *o* a realização de D e *que* o operador wh, que constituíam uma construção relativa com um nominal nulo (relativa semilivre), e outra em que *o* e *que* formam uma unidade, tendo inclusive unidade semântica (correspondendo a *quem*) e que essas duas construções coexistem livremente. As estruturas seriam as seguintes: [DP o [CP que]] e [DP o que [CP]].

Observou-se que entre os séculos XVI e XVII, a frequência de ocorrência de uma preposição intervindo entre *o* e *que* (em construções como *o de que*, *o com que*, *o em que* e *o por que*) dava aos falantes pistas de um tipo de organização para RLs e que o desaparecimento gradativo da preposição entre esses elementos nos séculos seguintes pode ter sido o gatilho que detonou a mudança no PB. A proposta é que os falantes de novas gerações, com base no acesso aos dados linguísticos primários, tenham abandonado a primeira estrutura e convergido massivamente para a segunda, que é o que se encontra no PB.

Retomando: algumas questões foram propostas ao início do trabalho.

A primeira questão foi a seguinte: Como são derivadas RLs do PB? Se a derivação se dá via movimento? A análise dos dados mostrou que RLs do PB são derivadas preferencialmente via movimento e que problemas de subjacência podem evidenciar que a língua dispõe de uma estratégia alternativa com geração do sintagma-wh na base e geração de um resumptivo nulo no interior da sentença.

A segunda questão levantada concernia à natureza estrutural de RLs com uma forma verbal *irrealis*; a questão era a seguinte: O que há na derivação de relativas livres com uma forma verbal *irrealis* que as aproxima das interrogativas indiretas?

Quanto a essa questão, chegou-se à conclusão de que nem toda infinitiva do tipo das sentenças indicadas nos dados em análise é uma relativa livre; entende-se que o requisito mínimo para que uma sentença seja chamada relativa livre é a ocorrência de efeito de compatibilidade; as sentenças que aparentam ser relativas livres, mas que autorizam operações sintáticas como o pied-piping da preposição, por exemplo, resultando em estrutura em que não ocorre matching não podem ser consideradas relativas livres.

A terceira pergunta dizia respeito à forma morfológica do sintagma-wh em RLs; a questão era a seguinte: A forma final do sintagma-wh em relativas livres representa de fato algum tipo de amálgama de natureza puramente morfológica ou, como revelam os dados acima, há alguma implicação sintática para a constituição da morfologia desse termo? E, se isso de fato ocorre, que tipo de requerimento sintático é responsável pela realização dessa operação complexa na derivação de RLs?

A conclusão quanto a isso foi a de que a derivação de relativas livres parecem mesmo envolver uma operação de incorporação (nos moldes do que propõe Baker (1985)) dos núcleos sintáticos C e D envolvidos no processo de relativização, intuição a que se chega pela impossibilidade de preenchimento do núcleo ou do antecedente de relativas livres, juntamente com outras questões semânticas que envolvem o sintagma-wh desse tipo de sentença.

Uma quarta questão tinha a ver com a semântica de relativas livres e o que se colocava era mais ou menos o seguinte: Seria possível afirmar que sintagmas-Wh de RLs do português portem um sufixo *-ever* nulo? Se isso é possível, como isso se relaciona com o fato de se supor uma incorporação dos núcleos C e D no processo de derivação desse tipo de construção sintática?

A análise mostrou que o fato de relativas livres terem uma leitura primordialmente universal para o sintagma-wh que as integra pode conduzir à conclusão de que as relativas livres do PB devem conter um sufixo *-ever* nulo, associado ao núcleo D, que seria responsável pela interpretação generalizante e que estaria diretamente implicado na operação de confluência dos núcleos sintáticos C e D: a presença de um traço de afixo em D⁰, materializado na presença do sufixo nulo *-ever* seria responsável pela incorporação de C e D obedecendo ao filtro do afixo desgarrado (*Stray affix filter*), tal como proposto em Lasnik (1995).

Uma quinta pergunta foi formulada e tinha a ver com os efeitos de compatibilidades que se supõe afetarem relativas livres; a questão era: Relativas livres do PB estão ou não sujeitas aos efeitos de compatibilidade? Se estão, como explicar os dados em que ocorre a incompatibilidade? Eles confirmam ou não hipóteses como a de Hirschbüler & Rivero (1983) e (Suñer) 1984?

A análise dos dados mostrou que a conclusão mais apropriada para este ponto é a seguinte: RLs do PB precisam obrigatoriamente estar sujeitas a efeitos de compatibilidade. A análise deixou claro que muitos dos casos com dados em que a compatibilidade não ocorre são casos em que não ocorrem de fato RLs: algumas sentenças consideradas RLs com uma forma verbal *irrealis* ou em posição de sujeito. No caso das sentenças *irrealis*, a conclusão foi a de que o que é proposto por Marchesan (2008) está correto: só são relativas livres as sentenças que apresentarem efeitos de compatibilidades. Além disso, quanto aos dados com RLs supostamente em posição de sujeito, avaliou-se que havia motivos suficientes para se entender essas estruturas não como RLs, mas como perguntas indiretas em posição de tópico, não se aplicando a elas qualquer análise que se atribua a RLs típicas.

Quanto às pseudoclivadas, a questão levantada foi: as sentenças clivadas podem ou não conter RLs?

Nesta tese, assumimos com Resenes (2009) que apenas pseudoclivadas predicacionais contêm RLs, mas não as pseudoclivadas especificacionais, dadas questões pertinentes ao comportamento sintático-semântico de cada um desses tipos de construção sintática.

Quanto à história da língua, observou-se inicialmente que RLs apresentavam um comportamento alternante no português clássico, mostrando-se ora com a configuração de RLs típicas, com a estrutura proposta em Medeiros Junior (2005), ora com a de relativas semilivres com a forma [o *ec* que]. A questão que se colocou quanto às RLs na história do português foi a seguinte: É de fato possível propor que RLs do Português Clássico apresentam-se com duas estruturas, que no PB convergem para uma única? Se é verdade, para qual das estruturas de RLs convergem os falantes do PB?

A análise dos dados mostrou que parece mesmo que RLs no português clássico alternavam duas formas básicas, uma com o composto [o que] em Spec,DP e outra com o e que separados em contextos sintáticos diferentes, o que podia ser notado nos dados em que uma preposição intervinha entre o determinante e o elemento relativizador. Avaliou-se aqui que o desaparecimento progressivo dessa preposição interveniente pode ter conduzido os falantes de novas gerações a – por um processo de reanálise – reinterpretar [o *ec* que] como uma unidade [o que], num processo que

também pode ser entendido como uma instância de gramaticalização, nos termos de Roberts e Roussou (2003), segundo o qual, material funcional é formado a partir de material lexical já existente.

Algumas questões permaneceram em aberto para futuras investigações, como a possibilidade de se entender que a forma final do sintagma-wh em inglês reflita uma operação de incorporação dos núcleos funcionais C (realizado por *that*) e D (realizado pelo sufixo *-ever*) e que essa forma final seja constituída em uma operação pós sintaxe, no módulo morfológico, por exemplo, ou mesmo as consequências da implementação da proposta de Ott (2011) para o português.

Além disso, também fica para investigações futuras a possibilidade do emparelhamento de preposições na derivação de RLs, como o que aparece em alguns dados analisados no capítulo 4, seção 4.3, questão ainda não muito bem compreendida.

- AGBAYANI, B. Pied piping, feature movement and Wh-Subjects. In: CHENG, L. & CORVER, N. (eds). *On Wh-Movement – Moving on*. MA, MIT Press, 2006.
- AKMAJIAN, A. On deriving cleft sentences from pseudocleft sentences. In: *Linguistic Inquiry*. v. 1, p. 149-168, 1970.
- ALQUARISH, A. *Free Relative Clauses in Modern Standard Arabic and Hejazi Arabic*. MS. Paper Presented in: *Conchester which hunt: A Workshop on Relative Clauses*. University of Essex, 2010.
- ALVARENGA, D. *Sobre interrogativa indireta no português*. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, MG, 1981.
- AREAS, K. *Aspectos Estruturais da Relativização em Português – Uma Análise baseada no Modelo Raising*. Tese de Mestrado. UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.
- AREAS, K. O modelo *raising* de descrição de cláusulas relativas: evidências do português. *Revista da ABRALIN*, Santa Catarina, v. II, p. 9-22, 2005.
- AREAS, K. *A antinaturalidade de pied-piping em orações relativas*. Tese de Doutorado, UFRJ, 2007.
- BAKER, M. C. *Incorporation: A theory of grammatical function changing*. University of Chicago Press, 1988.
- BAKER, M. C. The Mirror Principle and Morphosyntactic Explanation. In: *Linguistic Inquiry* 16, pp. 373-415, 1985.
- BASILICO, D. Head Position and Internally Headed Relative Clauses. *Language*, 72, pp. 498-533, 1996.

BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 35ª ed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1994.

BENICÀ, P. Headless relatives in some Old Italian varieties, in R. D'Alessandro, A. Ledgeway, I. Roberts, *Synctactic variation. The dialects of Italy*, Cambridge University Press, Cambridge, UK, 2010.

BENVENISTE, E. *Problemas de Linguística Geral I*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2006.

BERTOLLO S. & CAVALLO G. The syntax of Italian free relative clauses. *Generative Grammar in Geneva*, 8: 59-76, 2012.

BIANCHI, V. *Consequences of antisymmetry: Headed Relative Clauses*. Mouton de Gruyter: Berlin, 1999.

BOŠKOVIČ, Z. *Move vs Agree*. Handout apresentado no Curso de Sintaxe Minimalista, Universidade de São Paulo, SP. Setembro, 2008.

BRESNAN, J. & GRIMSHAW, J. The syntax of free relatives in English. *Linguistic Inquiry*, Massachusetts, v. 3, n. 9, pp. 331-391, 1978.

CAPONIGRO, I. On the semantics of indefinite free relatives. In: KOPEN, M. v., SIO, J & De VOS, M. (eds.). *Proceedings of ConSOLEX*, Leiden: SOLE. pp. 49-62, 2001.

CAPONIGRO, I. Free Relatives as DPs with a Silent D and a CP Complement. In: SAMIIAN, V. (ed.) *Proceedings of the Western Conferences on Linguistics 2000 (WECOL 2000)*, Fresno, California: California State University, 2002.

CAPONIGRO, I. The Semantic contributions of Wh-words and Type Shifts: Evidence from Free Relatives Crosslinguistically. *Proceedings of Semantics and Linguistic Theory (SALT) XIV*. Itaca, NY: CLS Publications, Cornell University, 2003.

CHOMSKY, N. "Conditions on transformations", in: S. Anderson & P. Kiparsky (eds.), *A Festschrift for Morris Hall*, Holt, Rinehart and Winston, New York, 1973.

CHOMSKY, N. On Wh Movement. In: CULICOVER, P. W. WASOW, T. & AKMAJIAN, A. (eds.) *Formal Syntax*. New York: Academic Press, 71-132, 1977.

CHOMSKY, N. *The Minimalist Program*. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.

CHOMSKY, N. *Minimalist enquiries: The framework*. Manuscript, Cambridge: Massachusetts Institute of Technology, 1998.

CHOMSKY, N. Derivation by Phase. In: KENSTOWICZ, M. (ed) *Ken Hale: a life in Language*. Cambridge, MA: MIT Press, pp. 1-52, 2001.

CHOMSKY, N. Beyond Explanatory Adequacy. In: BELLETTI, A. (ed) *The Cartography of Syntactic Structures. Vol. 3, Structures and beyond*. Oxford: Oxford University Press, pp. 104-131, 2004.

CHOMSKY, N. On Phases. In: FRIDIN, R. & ZUBIZARRETA, M. L. *Foundational Issues in Linguistic Theory: Essays in honor of Jean Roger Vergnaud*. Cambridge, MA: MIT Press, pp. 133-166, 2008.

CHOMSKY, N. Problems of Projection. In: *Lingua*, 130: 33-49, 2013.

CITKO, B. On Headed, Headless and Light-headed Relatives. In: *Natural Language and Linguistic Theory*, 22: 95-126, 2004.

CITKO, B. An Argument against Assimilating Appositive Relatives to Coordinate Structures. In: *Linguistic Inquiry*, V. 39, N° 4, pp. 633-655, 2008.

COHEN, M. A. de M. Orações Relativas Restritivas em Português – Registro Formal e Informal. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, MG, 1981.

COSTA, J. & Duarte, I. Minimizando a Estrutura: Uma Análise Unificada das Construções de Clivagem em Português. In Clara Correia e Anabela Gonçalves (eds.) *Actas do XVI ENAPL*. Lisboa: APL/Colibri, pp. 627-638, 2006.

CUNHA, C. & CINTRA, L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DAYAL, V. Free Relatives and Ever: Identity and Free Choice Readings. Proceedings of *SALT 7* pp. 99-116. Ithaca. N.Y. CLC Publications, Cornell University, 1997.

De VRIES, M. *The Syntax of Relativization*. Utrecht: Lot, 2002.

De VRIES, M. The Fall and Rise of Universals in Relativization. In: *Journal of Universal Language* 6, pp. 125-157, 2005.

De VRIES, M. The syntax of appositive relativization: On specifying coordination, false free relatives, and promotion. *Linguistic Inquiry* 37:229–270, 2006.

DONATI, C. On Wh Head Movement. In: CHENG, L. & CORVER, N. (eds). *Wh-Movement – Moving on*. MA, MIT Press, 2006.

DUARTE, Inês & BRITO, Ana Maria. ‘Orações Relativas e Construções Aparentadas’. In MATEUS et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, pp. 655-694, 2003

EILAM, A. *The Crosslinguistic Realization of -ever: Evidence from Modern Hebrew*, ms. University of Pennsylvania, 2007.

GALVES, C. & FARIA, P. *Tycho Brahe Parsed Corpus of Historical Portuguese*, 2010. URL: <http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/en/index.html>.

GROHMANN, K., HORNSTEIN, N., NUNES, J. *Understanding Minimalism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

GROSS, A & RIEMSDIJK, H. v. Matching Effect in Free Relatives: A parameter of Core Grammar. In: *Proceedings of Pisa Colloquium on Markedness*, Annali della Scuola Normale Superiore, Pisa, 1981.

GROSU, A. & LANDMAN, F. Strange relatives of the third kind. *Natural Language Semantics*, 6, pp. 125-170, 1998.

GROSU, A. Strange Relatives at the Interface of two Milenia. *GLOT International* v. 6, N° 6, pp. 145-167, 2002.

HANKAMER, J. On the Non-Cyclic Nature of Wh-Clefting. *Proceedings of CLS* 10, p. 221- 233. Chicago, IL:CLS, 1974.

HARRIS, A. & CAMPBELL, L. *Historical Syntax in Cross-Linguistic Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

HELLER, D. & WOLTER, L. Identity and Indeterminacy in *-ever*. In: FRIEDMAN, T. & ITO, S. (eds.). *SALT XVIII*. Ithaca, NY: Cornell University, pp. 394-410, 2008.

HIGGINS, R. *The Pseudocleft Construction in English*. Outstanding Dissertations in Linguistics. Garland, New York, 1979.

HIRSCHBÜHLER, P. & RIVERO, M. L. Remarks on free relatives and matching phenomena. *Linguistic Inquiry*, 14 (3), 1983.

HOGOBOOM, S. L. A. Subject extraction out of Free Relatives in Norwegian. In: Nordlid. *Proceedings of the 19th Scandinavian Conference of Linguistics*, vol. 31.1, 78-87, 2003.

IATRIDOU, S. & VARLOKOSTA, S. A Crosslinguistic perspectives on pseudoclefts. *Proceedings of NELS 26*, pp. 117-131, 1996.

IATRIDOU, S. & VARLOKOSTA, S. Pseudoclefts crosslinguistically. In: *Natural language Semantics*, 6, pp. 3-28, 1998.

IZVORSKI, R. *(Non-) Matching Effects in Free Relatives and pro-drop* University of Pennsylvania, USA, ms, 1996.

IZVORSKI, R. Non-Indicative *Wh*-Complements of Possessive and Existential Predicates. In: TAMANJI, P. N. & KUSUMOTO, K. (eds.). *Proceedings of NELS 28*, 159-173, 1998.

IZVORSKI, R. Free Adjunct Free Relatives. In: *WCCFL 19 Proceedings*, ed. Billerey and Lillehaugen. PP 232-245. Sommerville, MA. Cascadilla Press, 2000.

JACOBSON, P. On the Quantificational Force of English Free Relatives. In: E. Bach et ali. (eds) *Quantification in Natural Language*. Kluwer, Dordrecht, pp. 451-486, 1995.

JULIEN, M. *Syntactic Heads and Word Formation*. New York: Oxford University Press, 2002.

KATO, M. Orações relativas: variação universal e variação individual no português. In: *Estudos Linguísticos V*, pp. 1-16, 1981.

KATO, M. & NUNES, J. *Two Sources for Relative Clause Formation in Brazilian Portuguese*. Paper presented at the Eighth Colloquium on Generative Grammar. Universidade de Lisboa, 19-22/4/98, 1998.

KATO, M. & Nunes, J. A uniform raising analysis for standard and nonstandard relative clauses. In: Jairo Nunes. (Org.). *Minimalist Essays on Brazilian Portuguese Syntax*. 1ª ed. amsterdam/Filadelfia: John benjamins, v. , p. 93-120, 2009.

KATO, M. & RIBEIRO, I. Cleft Sentences and wh-questions in Brazilian Portuguese: a diachronic analysis. Trabalho apresentado no LSRL-35 (Linguistic Symposium on Romance Languages -35) Austin, Texas, 2005.

KAYNE, Richard. *The Antisymmetry of Syntax* (Linguistic Inquiry Monographs, 25) Cambridge, MA: MIT Press, 1994.

KIM, Yong-Beom. Internally Headed Relative Clause Constructions in Korean. In: Language, Information and Computation (PACLIC 11), 1996, pp. 403-413, 1996.

KOOPMAN, H. The Spec Head Configuration. In: KOOPMAN, H. *The Syntax of Specifiers and Heads: Controlled essays of Hilda J. Koopman*, London-New York: Routledge, 2000.

LARSON, Richard K. Missing Prepositions. and the Analysis of English Free Relative Clauses. *Linguistic Inquiry*, 18 (2), 1987.

LASNIK, H. Verbal Morphology: Syntactic Structures Meets the Minimalist Program. In *Evolution and revolution in linguistic theory: Essays in honor of Carlos Otero*, ed. by H. Campos and P. Kempchinsky, 251-275. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 1995.

LEHMANN, C. On The Typology of Relative Clauses. *Linguistics* 24, pp. 661-680, 1986.

LESSA DE OLIVEIRA, A. *Orações Relativas do Português: questões teóricas e fatos de aquisição*. Tese de Doutorado, Unicamp, Campinas-SP, 2008.

LESSA-DE-OLIVEIRA, Adriana S. C. Dados de mudança no sistema de relativização em português brasileiro. *Estudos Linguísticos* (São Paulo), Campinas-SP, v. XXXV, p. 224-233, 2006.

LI, Y. *X⁰: A Theory of the Morphology-Syntax Interface*. Cambridge, MA: MIT Press, 2005.

LIGHTFOOT, D. Catastrophic change and learning theory. *Lingua* 100: 171–192, 1997.

LIGHTFOOT, D. *The development of language: acquisition, change and evolution*. Oxford: Blackwell, 1999.

LIGHTFOOT, D. *How New Languages Emerge*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

LOBATO, Lucia M. P. *Sintaxe gerativa do Português. Da Teoria padrão à teoria da regência e ligação*. Belo Horizonte, Vigília, 1986.

MARCHESAN A. C., *As Relativas Livres em Português Brasileiro e os Requerimentos de Compatibilidade*. Tese de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

MARCHESAN A. C., Debatendo o texto de Paulo Medeiros Junior: Problemas de efeito de compatibilidade em relativas livres. In: Encontro nacional do Grupo de Trabalho de Teoria da Gramática/GTTG – ANPOL, 2011. Universidade Federal de Alagoas, 2011.

MARCHESAN A. C., *As Relativas Livres no Português Brasileiro*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

MEDEIROS JÚNIOR, P. *O caso das relativas e o Caso nas relativas: uma análise minimalista de relativas livres e sintagmas-Qu no português brasileiro*. A sair nos Anais do 10º SILEL. UFU, Uberlândia. MG, 2004.

MEDEIROS JUNIOR, P. *Sobre sintagmas-Qu e Relativas Livres no Português*. Dissertação de Mestrado. UnB, Brasília – DF, 2005.

MEDEIROS JUNIOR, P. Relativas Livres: Uma Proposta para o Português. In *Revista de Estudos da Linguagem*, 14 (2) pp. 429-455 UFMG. Belo Horizonte, MG, 2006.

MEDEIROS JUNIOR, P. Sobre Orações Relativas Livres em Posição de Adjunto: Considerações sintático-semânticas sobre as Construções com *Quando* e *Onde*. In: *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 17, nº 1 UFMG, Belo Horizonte, MG, pp. 47-67, 2009.

MEILLET, A. 'L' evolution des formes grammaticales'. Reprint 1958 in A. Meillet, *Linguistique Historique et Linguistique G'enerale*, Paris: Champion, pp. 130–158, 1912.

MEINUNGER, A. "The structure of cleft and pseudo-cleft sentences". In M. Moosally & R. Blight (eds), *Texas linguistic forum 38. The syntax and semantics of predication*, pp. 235-246, 1997.

MIOTO, C. & NEGRÃO, E. V. As sentenças clivadas não contêm uma relativa. In: CASTILHO, A.T. de; TORRES DE MORAIS, M. A., LOPES, R.E.V.; CYRINO, S.M.L. 143 (orgs). *Descrição, História e Aquisição do Português Brasileiro*. São Paulo, FAPESP; Campinas, Pontes, p. 159-183, 2007.

MIOTO, C. As Interrogativas no Português Brasileiro e o Critério WH. *Letras de Hoje*. Porto Alegre. V. 29, n^o 2, pp. 19-33, 1994.

MODESTO, M. *As construções clivadas no português do Brasil: relações entre interpretação focal, movimento sintático e prosódia*. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, 2001.

MÓIA, T. *Sintaxe das Orações Relativas sem Antecedente Expresso do Português*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1992.

MÓIA, T. A sintaxe das Orações Relativas sem Antecedente Expresso no Português. In: *Quatro Estudos em Sintaxe do Português*. Lisboa: Edições Colibri, 1996.

MÓIA, T. Aspectos Sintático-Semânticos das Orações Relativas com *quando* e *como*", *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Coimbra, 28-30 de Setembro de 2000)*, Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, pp. 349-361, 2001.

MUNRO, P. *Mojave syntax*. New York & London : Garland (Garland Studies in American Indian Linguistics), 1976.

OTT, D. A note on free relative clauses in the theory of phases. *Linguistic Inquiry* 42(1), pp. 183-192, 2011

PERES, João A. & MÓIA, Telmo. *Áreas críticas da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1995.

REBUSCHI, G. Basque Semi-Free Relative Clauses and the Structure of DPs. In: *Lapurdum*, nº 8, pp. 457-478, 2003.

RESENES, M. *Sentenças Pseudoclivadas do português brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

RIVERO, M. L. Diachronic Syntax and Learnability: Free Relatives in the 13th Century Spanish. In: *Journal of Linguistics* 20, pp. 81-129, 1984.

van RIEMSDIJK, H. *Free Relatives*. SynCom Case 44, 2000.

ROBERTS, I. & ROUSSOU, A. A Formal Approach to “Grammaticalisation”, 1999.

ROBERTS, I. & ROUSSOU, A. *Syntactic Change: A Minimalist Approach to Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

ROBERTS, I. *Diachronic Syntax*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

ROCHA, M. L. D. F. *Sintagmas QU em Interrogativas Indiretas e Relativas Livres do Português*. Dissertação de Mestrado. UnB, Brasília, 1990.

ROORYCK, J. Generalized Transformations and the Wh-cycle: Free Relatives as Bare Wh-CPs. *Groninger Arbeiten zur germanistischen Linguistik* 37, pp. 195-208, 1994.

ROSS, John. R. *Constraints on Variables in Syntax*. Doctoral Dissertation, MIT, 1967.

SIMPSON, A. *Wh-Movement and the Theory of Feature Checking*. Amsterdam: John Benjamins B. V., 2000.

SMITH, C. Determiners and Relative Clauses in a generative Grammar of English. In *language*, 40, 1964.

SMITS, R. The relative and Cleft Constructions of the Germanic and Romance Languages. Tese de doutorado, Katholieke Univeriteit Brabant. Foris, Dordrecht, 1988.

TAGHVAIPOR, M. Persian Free Relatives. In: MULLER, S. (ed.). *Proceedings of the HPSG 05 Conference*. Department of Informatics, University of Lisbon, 2005.

TARALLO, F. L. *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*. PhD dissertation, University of Pennsylvania, 1983.

TREDINNICK, V. On the Distribution and Interpretation of the suffix *ever* in English Free Relatives. In: *Proceedings of CONSOLE II* Tübingen, 1994.

TREDINNICK, V. *On the Semantics of Free Relatives With -ever*. Doctoral Dissertation, University of Pennsylvania, 2005.

VERGNAUD, J. R. *French Relative Clauses*. Doctoral Dissertation, MIT, 1974.

VOGEL, R. Towards an Optimal Typology of the Free Relatives Construction. IATL 8. Papers from the Sixteenth Annual Conference and from The Research Workshop of the Israel Science Foundation. *The Syntax and Relative Clause Constructions*. ed. Alexander Grosu. Tel Aviv University. 107-119, 2001.

VOGEL, R. Free Relative Constructions in OT Syntax. Resolving Conflicts in Grammars. In *Sonderheft Optimality Theory*, Caroline Ferry & Gisbert Fanselow (eds). Hamburg: Helmut Burske Verlag. 119-162, 2002.

VOGEL, R. Surface Matters. Case conflicts in Free Relative Constructions and Case Theory. In: *New Perspectives on Case Theory* Eds. Ellen Brandner and Heike Zinsmeister. CSLI Publications. 269-299, 2003.

WILDER, C. Transparent Free Relatives. *ZAS Papers in Linguistics 10*, pp. 191-199, 1998.